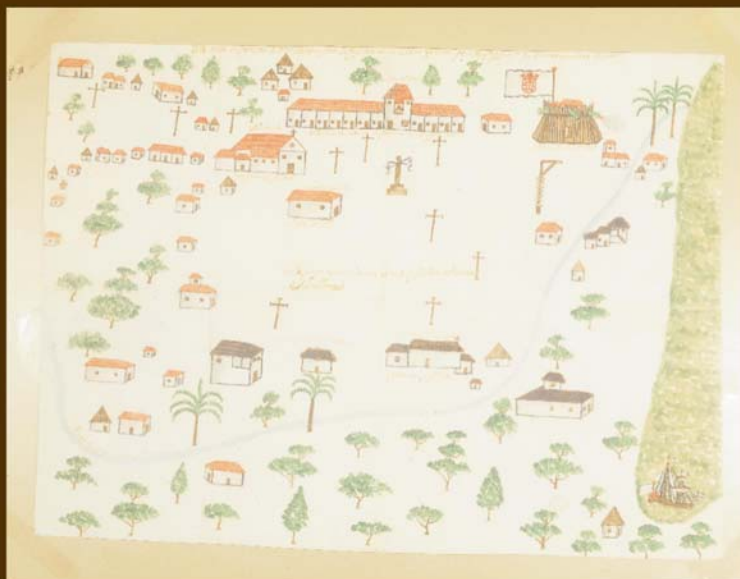


Coleção Documentos da Educação Brasileira

Documentos de Política Educacional no Ceará: Império e República



2 Ementário da Legislação Educacional do Ceará

Organização | Sofia Lerche Vieira

Colaboração | Maria do Socorro Sales Felipe Bezerra

Maria do Nascimento Vasconcelos | Priscila Holanda Costa

Rosalina Rocha Araújo Moraes

Brasília | DF | 2006



Ministério
da Educação



Presidente da República Federativa do Brasil **Luis Inácio Lula da Silva**

Ministro da Educação **Fernando Haddad**

Secretário Executivo do MEC **José Henrique Paim Fernandes**

Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) **Reynado Fernandes**

Diretora de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais (DTDIE) **Orosinda Maria Taranto Goulart**

Coordenadora-Geral de Linha Editorial e Publicações (CGLP) **Lia Scholze**

Coordenadora de Produção Editorial **Rosa dos Anjos Oliveira**

Coordenadora de Programação Visual **Márcia Terezinha dos Reis**

Editor Executivo **Jair Santana Moraes**

Revisão **Vessilo Monte**

Projeto Gráfico, Capa Diagramação e Arte Final **Marcos Hartwich**

Imagem da capa **Autor: não identificado**. Fortaleza – ca. 1730 – "*Villa Nova da Fortaleza de N. S.ra da Assumpção da Capitania do Ceará Grande, q. S. Mag.e q. Deos g.de foy cervido mandar criar em 1726*". Fonte: Original manuscrito do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

Tiragem **1.000 exemplares**

Editoria Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo I, 4º Andar, Sala 418

CEP: 70047-900 – Brasília-DF – Brasil | Fones: (61)2104-8438, (61)2104-8042

Fax: (61)2104-9812 | editoria@inep.gov.br

Distribuição Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo II, 4º Andar, Sala 414

CEP: 70047-900 – Brasília-DF – Brasil | Fone: (61)2104-9509

publicacoes@inep.gov.br | www.inep.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Documentos de política educacional no Ceará : Império e República / Organização : Sofia Lerche Vieira e Isabel Maria Sabino de Farias ; colaboração : Delane Lima Nogueira ... [et al.]. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

113 p. + 4 CD-ROM – (Coleção Documentos da Educação Brasileira)

Conteúdo dos CD-ROMs: 1. A educação nas constituições do Ceará ; 2. Ementário da legislação educacional do Ceará ; 3. Leis de reforma da educação do Ceará ; 4. Guia de fontes em política educacional do Ceará.

ISBN 85-86260-43-6 (impresso). – ISBN 85-86260-44-4 (v. 1) – ISBN 85-86260-45-2 (v. 2). – ISBN 85-86260-46-0 (v. 3). – ISBN 85-86260-47-9 (v. 4).

1. Política educacional. 2. Legislação educacional – Ceará. I. Vieira, Sofia Lerche. II. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. II. Série.

CDU 37.014.3(813.1)

Sumário

	Página
▪ Apresentação	5
▪ Introdução	7
▪ Ementário – Império	17
▪ Ementário – República	41
▪ Bibliografia	125

Apresentação

A coleção “Documentos da Educação Brasileira” é uma iniciativa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no sentido de preservar a história e a memória da educação brasileira. O presente trabalho, *Documentos de Política Educacional no Ceará: Império e República*, direcionado para o resgate de documentos significativos produzidos a partir do Império, dá seqüência aos volumes anteriormente publicados na coleção. Textos produzidos no âmbito de diferentes Estados brasileiros, antes de difícil acesso, agora estão disponibilizados a pesquisadores e a outros interessados neste campo.

O material é fruto de paciente e metucioso trabalho de pesquisa iniciado em 2001 (Vieira, 2002) e que vem tendo continuidade mediante dois projetos financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O primeiro deles (*Política educacional e magistério: cenários históricos e contemporâneos na Capitania do Siará Grande*) foi realizado entre 2003 e 2005 (Vieira; Farias, 2005); o segundo (*Desejos de reforma: inventário da legislação – Brasil e Ceará*) teve início em março de 2005 e deverá ser concluído em fevereiro de 2008.

Os Documentos reunidos na presente coleção estão organizados em quatro volumes, assim denominados:

- *Guia de fontes em política educacional do Ceará;*
- *A educação nas Constituições do Ceará;*
- *Ementário da legislação educacional do Ceará;*
- *Leis de reforma da educação do Ceará.*

O primeiro desses documentos resulta de informações coletadas e sistematizadas pelo projeto concluído em 2005. Os demais volumes fazem parte do inventário realizado pela segunda iniciativa.

O *Guia de fontes em política educacional do Ceará* contém uma catalogação dos relatórios provinciais, das mensagens governamentais, dos planos de governo e das Constituições Estaduais (Vieira; Farias, 2005). Os Relatórios eram expedidos na Província do Ceará durante o período Imperial. Com o advento da República e a reestruturação político-organizacional do Estado, a Mensagem Governamental passa a ser o documento oficial emitido anualmente pelo Chefe do Poder Executivo visando prestar contas das atividades desenvolvidas no ano anterior. Os Planos de Governo são documentos mais recentes, caracterizando-se por conter diretrizes, princípios, metas e estratégias de ação a serem desenvolvidas nas mais diversas áreas durante uma gestão pública. Condensam, portanto, as propostas e compromissos de um governo.

As Constituições Estaduais traduzem outra importante dimensão da política educacional captada pelo estudo e, por isso mesmo, são também referenciadas no primeiro volume da coleção.

Dada sua relevância histórica, as Constituições do Estado do Ceará foram republicadas, em iniciativa conjunta da Assembléia Legislativa do Estado

do Ceará e da Universidade Estadual do Ceará (Pompeu; Farias; Vieira, 2005). Uma análise dos dispositivos sobre educação nas nove Cartas Magnas cearenses integra o segundo volume dos documentos ora publicados, sob a denominação *A educação nas Constituições do Ceará*. O estudo procede a um levantamento aprofundado das Constituições brasileiras e cearenses, buscando articular uma análise entre o texto e o contexto da educação nas referidas Cartas Magnas. São apresentados como anexo os dispositivos sobre educação nas Constituições do Ceará.

A exuberância do material encontrado motivou uma organização das leis identificadas, dando origem ao terceiro volume da coleção, o *Ementário da legislação educacional do Ceará*, elaborado com o intuito de facilitar aos que lidam com este elemento da política educacional o acesso às fontes. Toda a legislação foi agrupada por títulos, em ordem cronológica, apresentando uma subdivisão interna entre Império e República. São documentadas 338 leis do Império e 1.171 da República, totalizando 1.509 leis de educação, que constituem o corpo desse volume.

O trabalho de sistematização abriu caminho para identificar os documentos mais significativos de iniciativas de reforma da educação no Ceará. Assim, a partir dele se organizou um quarto conjunto de textos denominado *Leis de reforma da educação do Ceará*, que contém o detalhamento da legislação educacional, abrangendo 36 documentos. Nesse volume estão reunidos textos importantes para o conhecimento do pensamento pedagógico cearense no Império e na Primeira República, bem como em outros momentos da história da educação no Ceará.

Como outras pesquisas de catalogação de fontes, também esta se orienta em primeira instância para o registro e preservação da memória documental. Isto significa dizer que sua contribuição está mais voltada para facilitar o acesso aos pesquisadores da política educacional cearense e de sua história a documentos de pouca ou nenhuma circulação. Cabe ressaltar, contudo, que a pesquisa também deverá oferecer resultados objetivos em termos de novos conteúdos de investigação. Os primeiros estudos começam a ser divulgados e deverão ter continuidade ao longo do período de vigência da iniciativa.

Sofia Lerche Vieira
Organizadora

Introdução

A legislação representa um importante componente da política educacional. Ao lado de planos, programas e projetos configura-se como um dos instrumentos do Poder Público para acionar as alternativas buscadas para a educação em diferentes momentos históricos. Considerando o Brasil um país onde a preservação da memória documental nem sempre foi uma prioridade das políticas públicas, a reconstrução das iniciativas realizadas requer um esforço especial de mapeamento de fontes que permitam identificar os projetos que a sociedade buscou ao longo do tempo. Sob tais circunstâncias, a legislação educacional, dimensão por vezes negligenciada dentre os pesquisadores da área, oferece preciosos elementos para uma compreensão dos contornos da política educacional no passado e no presente.

O aparato legal é apenas uma dentre as muitas dimensões de uma política, expressando, via de regra, o *valor público* perseguido para a educação nos diversos contextos. A compreensão de seu significado, contudo, deve sempre ser mediada pelo conhecimento das condições concretas de sua implementação, em termos de viabilidade política, técnica e financeira. Se isto é possível para as políticas do presente, uma vez que é relativamente simples confrontar a legislação com as iniciativas que na prática traduzem (ou não) as intenções legais, o mesmo não se aplica em relação às ações do passado que, não raro, perdem-se no véu das especulações. Por isso mesmo o entendimento da política educacional requer abordagens multidisciplinares onde, cada vez mais, o concurso de outras áreas das ciências sociais se faz necessário, a exemplo da História, que vem se constituindo em um campo preferencial dos educadores do presente.

Cientes de que as leis e seus instrumentos correlatos se inserem na esfera dos *valores proclamados*, como bem colocou há tanto tempo mestre Anísio Teixeira, nossa atividade de pesquisa tem privilegiado o recurso a seu estudo para uma compreensão da política educacional (Vieira, 1982, 1990, 1992 e 2000). Nos últimos anos passamos a nos deter de forma mais deliberada e sistemática sobre a legislação cearense. Este esforço foi iniciado com a publicação do livro **História da educação no Ceará**: sobre promessas, fatos e feitos (Vieira, 2002) e teve continuidade através de dois projetos de pesquisa financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O primeiro deles (**Política educacional e magistério**: cenários históricos e contemporâneos na Capitania do *Siará Grande*) foi realizado entre 2003 e 2005, em parceria com a professora Isabel Maria Sabino de Farias, contando com a colaboração de pesquisadores e bolsistas de iniciação científica da UECE. O segundo projeto (**Desejos de reforma**: inventário da legislação – Brasil e Ceará), começou em março de 2005 e deverá ser concluído em fevereiro de 2008. O material acerca da legislação educacional cearense, objeto da presente publicação, é fruto dessas duas iniciativas, sobre as quais é oportuno acrescentar algumas considerações.

▪ Primeiro mapeamento

O projeto integrado de pesquisa **Política educacional e magistério** foi financiado com recursos do CNPq (Edital Universal/2002), contando com uma bolsa de produtividade em pesquisa (PQ/CNPq) e bolsas de iniciação científica

(CNPq e FUNCAP). Sua organização envolveu três sub-projetos, quais sejam: a) “Política educacional no Ceará – um inventário de fontes de pesquisa”; b) “Políticas de formação de professores – a legislação como mapa”; e, “Ofício de professor no Ceará – lembranças de vida”. Estes estudos, articulados e complementares, tiveram na proposta do inventário de fontes seu eixo central, assegurando às demais iniciativas a matéria-prima para sua concretização. Além da parceria antes referida, a pesquisa contou com a colaboração das professoras Maria Gláucia Menezes Teixeira Albuquerque e Ana Ignez Belém Lima Nunes, da UECE.

O inventário de fontes sobre política educacional no Ceará resultou na identificação de documentos produzidos pelo governo, assim como por instituições escolares. Para fins do Relatório Técnico apresentado ao CNPq foram catalogados os relatórios provinciais, as mensagens governamentais, os planos de governo e as Constituições Estaduais (Vieira; Farias: 2005).

Os Relatórios eram expedidos na Província do Ceará durante o período Imperial. Tinham como finalidade prestar contas à Assembléia Legislativa das atividades na Província no ano anterior à sua apresentação. Sua elaboração, de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo – o Presidente da Província – envolvia os relatórios apresentados pelos diversos setores da Província, a exemplo do “Relatório do Diretor da Instrução Pública” e do “Relatório do Diretor da Segurança Pública”. Com o advento da República e a reestruturação político-organizacional do Estado, a Mensagem Governamental passa a ser o documento oficial emitido anualmente pelo Chefe do Poder Executivo visando prestar contas das atividades desenvolvidas no ano anterior.

Os Planos de Governo são documentos mais recentes, caracterizando-se por conter diretrizes, princípios, metas e estratégias de ação a serem desenvolvidas nas mais diversas áreas durante uma gestão pública. Condensam, portanto, as propostas e compromissos de um governo. No Ceará, como no resto do país, o planejamento como atividade governamental emerge no contexto da ideologia nacional desenvolvimentista em ampla difusão no período getulista. Sua continuidade no tempo é assegurada pela sistemática do planejamento público que tem aperfeiçoado seus instrumentos através dos Planos Pluri-Anuais (PPA), apresentados a cada quatro anos pelo Executivo e aprovado pelo Legislativo.

Os Relatórios e Mensagens identificados pelo primeiro dos três sub-projetos supra-citados resultou no **Guia de Fontes em Política Educacional do Ceará**, que integra o conjunto dos documentos ora publicados em versão digital pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP).

As Constituições Estaduais traduzem outra dimensão da política educacional captada pelo estudo. O Ceará, ao longo de sua história, promulgou nove Cartas Magnas, cuja importância expressa a busca de ordenamento jurídico para o Estado em diferentes momentos de sua história. O material desta parte da pesquisa resultou em publicação conjunta da coletânea dos nove textos constitucionais editada pela Assembléia Legislativa do Estado do Ceará e pela Universidade Estadual do Ceará (Pompeu; Farias; Vieira, orgs. 2005). Uma versão ampliada deste material integra o conjunto de documentos ora publicados pelo INEP, sob a denominação: **A educação nas Constituições do Ceará**.

Todas as fontes catalogadas pela pesquisa são documentos governamentais produzidos no âmbito dos órgãos da administração pública cearense. A análise desses textos permite visualizar a ação do Poder Público em diferentes momentos da história, buscando captar o projeto educacional nelas delineado. Servem como testemunho dos homens que o produziram e do seu tempo (Belloto, 1982). Aliás, a não dissociação entre o fenômeno político e sócio-educacional, assim como o reconhecimento da relação entre o nacional e o local, revela-se como um pano de fundo propício para situar o projeto educacional nos diferentes períodos históricos. Embora nem sempre seja explícita a relação entre as mudanças políticas e as mudanças educacionais, as primeiras parecem exercer forte influência sobre as segundas.

Realizado em vários acervos cearenses, concentrando-se, sobretudo na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel e na Biblioteca César Cals de Oliveira da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, o mapeamento de fontes feito pelo projeto **Política educacional e magistério** compreendeu o período do Império e da República, abrangendo um extenso recorte temporal que vai de 1840 a 2004¹. O material coletado pela pesquisa oferece aos pesquisadores um caminho menos árduo de acesso às fontes. A partir deste trabalho e de levantamento semelhante realizado junto ao Arquivo Público do Estado do Ceará (Bezerra, 2006a), todos os documentos básicos da política educacional cearense passam a estar acessíveis e disponíveis abrindo um caminho para que os estudiosos possam reconstruir a trajetória percorrida pela política educacional no Estado.

O esforço empreendido através desta pesquisa justifica-se pelo entendimento de que tão importante quanto oferecer uma nova contribuição sobre momentos decisivos da história da educação cearense é a possibilidade de descortinar novos olhares sobre nosso legado histórico. Somente a consciência do passado, iluminada pelo conhecimento do presente, pode ajudar construir um futuro mais promissor. Os dilemas da educação de ontem e de hoje nos impulsionam a continuar nesta direção e persistir na busca de novas possibilidades. Por isso mesmo, a pesquisa sobre as fontes da política educacional do Ceará prossegue através de novo projeto, aprofundado no próximo tópico.

▪ Segundo mapeamento

Como desdobramento do trabalho anterior, em 2005 teve início novo projeto que deverá ser concluído em fevereiro de 2008. Nesta segunda pesquisa, antes referida (**Desejos de reforma**), contamos com o apoio de uma bolsa de produtividade em pesquisa (PQ/CNPq) e quatro bolsas de iniciação científica (CNPq e FUNCAP). O trabalho se detém sobre um aspecto importante da política educacional: a legislação. Tomando como referência as leis nacionais e estaduais de educação visa captar os movimentos de reforma delineados em momentos históricos diversos.

O estudo pretende contribuir para o avanço da pesquisa em educação, abrindo perspectivas de novas alternativas de investigação. Ao final do projeto será possível oferecer um amplo conjunto de informações sobre as reformas empreendidas ao longo da história da educação no país, bem como perceber as articulações entre as intenções e iniciativas desenvolvidas no contexto

¹ Para maiores esclarecimentos, ver: Vieira; Farias (2005a), Quadro I – Documentos Catalogados.

nacional e local. A perspectiva é inventariar leis brasileiras e cearenses, explicitando as políticas que deram o tom à educação em diversos momentos históricos (do Império aos dias atuais) no Brasil e no Ceará.

Nesta reconstrução, tanto quanto possível, procura-se delinear um itinerário onde seja possível compreender a educação no Brasil e no Ceará de modo articulado ao contexto mais amplo. Com este movimento pretende-se apontar possíveis relações entre o geral e o particular. Embora estes nexos nem sempre sejam explícitos ou plenos, a intenção é identificar sintonias desta natureza nas idéias expressas na matéria a ser pesquisada – a legislação educacional.

A busca de articulação entre o nacional (Brasil) e o local (Ceará) expressa um desejo de entendimento *se e como* a dinâmica local expressa a nacional. O local, nas peculiaridades que o caracterizam, tende a refletir o nacional, imprimindo-lhe cores e significados próprios. Isto porque supõe uma “outra hierarquia, esta inflexionada pelos interesses do lugar que pode não ser exatamente os do poder central e vice-versa” (Iokoi, 2000: 07). Importa, desse modo, não perder a luz sobre o local e suas especificidades, mas, antes, estar ciente de um global que sobre ele exerce influências. Se esta verdade já se colocava num contexto de trocas mundiais, como se deu quando os primeiros colonizadores aqui chegaram, mais ainda num cenário onde o capital se movimenta em tempo real (Carnoy, 1999). Hoje, como ontem, os anseios de modernização se explicam numa dinâmica entre “o todo e as partes” (Goldmann, 1975).

Detendo-se sobre um dos aspectos que começou a ser mapeado pela investigação anterior, o presente estudo amplia o leque de informações sobre a legislação educacional, através de nova inserção junto a acervos públicos locais. Ao mesmo tempo, estende esta incursão a arquivos localizados em outros estados visando empreender um mapeamento das leis de reforma nacionais. Ao final da pesquisa se disponibilizará um inventário dos *desejos de reforma* expressos na legislação brasileira e cearense. O **Ementário** e as **Leis de Reforma**, ora apresentados, representam um produto deste esforço em relação ao material coletado no Ceará.

▪ **Ementário e Leis de Reforma**

Ao iniciarmos a pesquisa sobre o inventário da legislação cearense, imaginávamos que iríamos nos deparar com um considerável volume de informações. Durante o estudo anterior já havíamos identificado 433 leis da educação (Vieira; Farias: 2005, p. 11). À medida em que o trabalho de campo de coleta de dados nas bibliotecas selecionadas teve seu curso foi possível perceber que as referências encontradas ultrapassavam de forma significativa as expectativas iniciais. Assim, no decorrer do levantamento, optou-se por proceder ao registro das ementas leis localizadas, tendo em vista um posterior enquadramento.

A idéia de produzir um Ementário a partir do material encontrado surgiu como um desdobramento natural e de utilidade prática àqueles que em função de necessidades profissionais ou pessoais as mais diversas necessitam trabalhar com a legislação educacional. Os interessados são professores e estudantes, assim como a aqueles que lidam diretamente com as questões legais em sua vida cotidiana – advogados, técnicos de setores jurídicos das secretarias de educação e outros órgãos do sistema.

De uma maneira geral, o material encontrado é de quantidade e qualidade diferenciada. É verdade que boa parte das fontes localizadas corresponde a um conjunto por demais extenso de medidas de caráter estritamente burocrático. Nem por isso tais informações deixam de apresentar algum valor. Como bem dizia Tocqueville ao estudar o período que antecede a Revolução Francesa, os arquivos do passado sempre têm o que ensinar. Nesse sentido tudo que vem à luz em algum momento se encaixa no quebra-cabeça que se quer recompor. A repetição quase exaustiva de medidas sobre determinados assuntos oferece no mínimo pistas para posterior investigação, indicando a necessidade de buscar significados por vezes ocultos nas entrelinhas dos textos. É oportuno reconhecer, por outro lado, que em meio a uma massa de informações repetitivas e cartoriais, emergem textos de precioso valor histórico para o conhecimento das idéias que fundamentaram as reformas educacionais.

A despeito do esforço empreendido na localização das fontes, é oportuno registrar que o material identificado não corresponde à totalidade da legislação produzida. A precariedade das formas de registro da informação ao longo do tempo é uma variável a considerar nesse aspecto. Assim, algumas lacunas foram detectadas durante a coleta de dados, como se pode ver nos quadros que contêm um detalhamento das ementas encontradas:

Quadro I

IMPÉRIO										
Inventário de Documentos (1828- 1888)										
1828	1829	1830	1831	1832	1833	1834	1835	1836	1837	
1	-	-	-	-	-	-	-	2	6	9
1838	1839	1840	1841	1842	1843	1844	1845	1846	1847	
1	1	1	2	5	2	24	3	12	13	64
1848	1849	1850	1851	1852	1853	1854	1855	1856	1857	
6	7	1	4	8	2	7	8	12	7	62
1858	1859	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867	
11	7	6	4	10	3	4	3	3	7	58
1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	
4	13	6	12	7	9	6	7	7	1	72
1878	1879	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	
4	20	12	10	14	5	1	5	2	-	73
1888										
-										0
Total										338

Verifica-se que o Império é fértil na produção de 338 instrumentos legais, ficando a descoberto o intervalo entre 1829 e 1835, assim como os anos de 1887 e 1888. É oportuno examinar que em relação à República o contingente de leis identificadas nos acervos visitados é ainda mais exuberante, como se pode ver a seguir:

Quadro II

REPÚBLICA										
Inventário de Documentos (1889- 2005)										
1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	
24	1	2	14	14	8	15	6	19	3	106
1899	1900	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907	1908	
16	9	10	6	8	16	9	16	22	10	122
1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	
7	5	10	-	14	9	15	27	26	24	137
1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	
11	20	10	22	14	25	21	14	13	9	159
1929	1930	1931	1932	1934	1935	1936	1937	1938	1939	
12	2	15	1	28	27	39	19	12	7	162
1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	
-	-	-	-	-	-	-	9	28	24	61
1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	
8	6	27	23	8	3	3	12	8	9	107
1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	
7	10	6	3	12	9	17	8	5	8	85
1971	1972	1973	1974	1975	1976	1978	1979	1980	1981	
5	3	2	6	2	1	1	3	1	2	26
1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	
3	4	6	6	6	7	1	5	4	2	44
1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	
4	10	5	6	7	6	5	13	4	17	77
2002	2003	2004	2005							
17	30	23	15							85
Total										1.171

Somando-se os documentos legais identificados no Império aos 1.171 produzidos na República, os números totalizam 1.509 leis de educação, que constituem o corpo do **Ementário**. O mesmo está organizado em ordem cronológica, apresentando uma subdivisão interna entre Império e República. As leis são apresentadas na forma em que constam dos acervos onde foram localizadas, contendo em geral uma ordem numérica e uma ementa. Duas colunas são apresentadas na lateral de cada documento, remetendo aos seus acervos e aos respectivos setores de origem, como se pode ver no exemplo:

Exemplo de Localização dos Acervos

IMPÉRIO		
Ano: 1828	ACERVO	SETOR
Autoriza o Poder Executivo no técnico e profissional	AL	AG

Figura. I

A localização dos documentos é representada por legendas relativas aos acervos onde os mesmos estão localizados, conforme detalhamento a seguir:

Quadro III

ACERVO	SIGLA
Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel	MF
Assembléia Legislativa	AL
Arquivo Público do Estado do Ceará	AP
Procuradoria Geral do Estado do Ceará	PGE
SETOR	SIGLA
Acervo Geral	AG
Internet	INT
Microfilmagem	MF
Obras Raras	OR

O **Ementário** abriu caminho para identificar os documentos mais significativos de iniciativas de reforma da educação no Ceará. Assim, a partir dele se organizou um segundo conjunto de textos denominados **Leis de reforma**, que contém o detalhamento da legislação educacional, abrangendo 36 textos. Como o projeto “Identificação, inventário e catalogação de fontes sobre a educação no Ceará” (Bezerra, 2006a), antes mencionado, também envolve catalogação de leis da educação, não reproduzimos os textos já publicados na esfera de abrangência da referida pesquisa, mesmo porque se trata de publicação muito recente. Incluímos dentre o material ora apresentado dois documentos importantes para o conhecimento do pensamento pedagógico cearense no Império e na Primeira República, a saber: o “Regulamento Organico da Instrucção Publica e Particular da Provincia do Ceará” (1881), “Regimento Interno das Escolas Primarias da Provincia do Ceará” (1881) e o “Regimento Interno das Escolas Publicas do Ensino Primário” (1915). Também inserimos na presente coletânea os principais textos da Reforma Lourenço

Filho – a Lei nº 1.953, de 02 de agosto de 1922 e o “Regulamento da Instrução Pública” que lhe dá seqüência. Embora ambos tenham sido publicados anteriormente por Nogueira (2001: 217-280), julgamos que por ser obra menos recente valeria a pena reproduzi-la, tendo em vista o espírito de difusão buscado pela Coleção Documentos de Educação do INEP.

Como outras pesquisas de catalogação de fontes, também esta se orienta em primeira instância para o registro e preservação da memória documental. Isto significa dizer que sua contribuição está mais voltada para facilitar o acesso aos pesquisadores da política educacional cearense e de sua história a documentos de pouca ou nenhuma circulação. Cabe ressaltar, contudo, que o estudo também deverá oferecer resultados objetivos em termos de novos conteúdos de investigação. Os primeiros frutos da iniciativa já começam a surgir sob a forma de artigos e monografias (Bezerra, 2006b; Moraes, 2006 e Vieira; Meneghel; Robl, 2006) aos quais em breve hão de se somar outros.

Antes de concluir esta Nota Introdutória é oportuno agradecer a algumas pessoas e instituições que tornaram possível este trabalho:

- Ao que fazem o INEP, em especial, Orosinda Maria Taranto Goulart, diretora da Diretoria de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais (DTDIE), Lia Scholze, coordenadora-geral de linha editorial e publicações, e Jair Santana Moraes, editor executivo, que acolheram com entusiasmo a idéia desta publicação quando primeiro buscamos apoio à difusão de parte da documentação gerada pelo projeto **Política educacional e magistério** e que tiveram a paciência de esperar até que o material estivesse em versão final;
- Ao corpo técnico das instituições onde a pesquisa se concentrou: Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel e Biblioteca César Cals de Oliveira da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, sobretudo aqueles que tão bem nos acolheram em cada um desses acervos. No primeiro, Maria Helena Costa e Gertrudes Costa Sales, respectivamente diretora e coordenadora do setor de microfilmagens, e Francisco de Assis Aquino de Souza, Madalena Figueiredo e Augusta Dias Branco, responsáveis pelo setor de obras raras daquele acervo. No segundo, agradecemos o particular interesse da professora Gina Marcílio Pompeu do Instituto de Ensino Superior e Pesquisa (INESP) e o solícito apoio de Tereza Ralpp (bibliotecária) e Márcia Cândido (Setor de Informação e Documentação) da mesma casa;
- As bolsistas de iniciação científica do projeto **Desejos de reforma**, que não mediram esforços em proceder à coleta e ao registro do material da pesquisa, empenhando-se com compromisso e competência na árdua tarefa da pesquisa: Priscila Holanda Costa, Rosalina Rocha Araújo Moraes, Maria do Socorro Sales Felipe Bezerra e Maria do Nascimento Vasconcelos;
- Ao prof. José Arimatéa Barros Bezerra e seus colaboradores, que contribuíram para a localização de documentos no Arquivo Público do Estado do Ceará;

- Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) e ao Centro de Educação (CED) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), pelas condições financeiras e institucionais para a realização do projeto;
- A todos e a cada um em particular, o nosso MUITO OBRIGADO.

Fortaleza, agosto/2006.

Sofia Lerche Vieira

EMENTÁRIO

IMPÉRIO

Nº	EMENTA	Ano: 1828	ACERVO	SETOR
1	Lei nº 2.618, de 1º de outubro de 1828 - Autoriza o Poder Executivo a fundar um estabelecimento de ensino técnico e profissional agrícola.		AL	AG
Nº	EMENTA	Ano: 1836	ACERVO	SETOR
2	Lei nº 50, de 20 de setembro de 1836 – Sancionada pelo presidente José Martiniano de Alencar. (Dispõe sobre os ordenados das escolas de primeiras letras)		MP	MF
3	Lei nº 53, de 25 de setembro de 1836 - Dispõe sobre o ordenado dos professores de meninas.		MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1837	ACERVO	SETOR
4	Regulamento nº 08, de 14 de junho de 1837 - O presidente da província ordena as seguintes instruções para execução da Lei Provincial de 20 de Setembro de 1836.		MP	MF
5	Lei nº 75, de 19 de setembro de 1837 - Sancionada pelo presidente José Martiniano de Alencar. (Concessão de aposentadoria ao professor de primeiras letras da capital, Joaquim Francisco de Paula)		MP	MF
6	Lei nº 82, de 20 de setembro de 1837 - Sancionada pelo presidente José Martiniano de Alencar. (Cria cadeira de gramática latina na Vila de São João do Príncipe)		MP	MF
7	Lei nº 88, de 20 de setembro de 1837 – Publicada pelo presidente José Martiniano de Alencar. (Orça receita e fixa despesa das câmaras municipais)		MP	MF
8	Lei nº 91, de 05 de outubro de 1837 – Sancionada pelo presidente José Martiniano de Alencar. (Cria temporariamente uma escola normal de primeiras letras na capital da província)		MP	MF
9	Lei nº 109, de 08 de outubro de 1837 - Sancionada pelo presidente José Martiniano de Alencar. (Aprovação de instrução de professores de primeiras letras)		MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1838	ACERVO	SETOR
10	Lei nº 131, de 31 de agosto de 1838 – Sancionada pelo presidente Manoel Felizardo de Souza e Mello. (Dispõe sobre o ordenado dos professores de filosofia, geometria, retórica e francês)		MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1839	ACERVO	SETOR
11	Lei nº 184, de 19 de setembro de 1839 - Cria cadeiras de primeiras letras para o ensino de meninos nas povoações de Barbalho e Sant`Anna em villa do Crato.		MP	MF

Nº	EMENTA	Ano: 1840	ACERVO	SETOR
12	Lei nº 215, de 05 de setembro de 1840 - Não tendo professores de logica, rhetorica e philosophia, alumno algum perceberão sómente metade de seu respectivo ordenado considerando-se como licenciado para todo o anno lectivo.		MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1841	ACERVO	SETOR
13	Lei nº 222, de 04 de janeiro de 1841 - Dispõe sobre a aposentadoria do professor de grammatica latina de Sobral, Gregorio Francisco de Torres e Vasconcelos.		MP	MF
14	Lei nº 235, de 16 de janeiro de 1841 - Sancionada pelo presidente José Martiniano de Alencar. (Autorização de despesas financeiras de 1841)		MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1842	ACERVO	SETOR
15	Lei nº 245, de 26 de outubro de 1842 - Dispõe sobre o ordenado do professor da cadeira de latim da cidade de Januaria.		MP	MF
16	Lei nº 251, de 15 de novembro de 1842 - Crea 7 cadeiras de primeiras letras nas freguesias de S. Cosme e Damião, Telha, Maria Pereira, Arneiroz e nas povoações do Saboeiro , Choeira e Boa Viagem.		MP	MF
17	Lei nº 274, de 13 de dezembro de 1842 - Sancionada pelo presidente José Martiniano de Alencar. (Autorização de despesas financeiras de 1843)		MP	MF
18	Lei nº 280, de 13 de dezembro de 1842 - Publicada pelo presidente José Martiniano de Alencar. (Autorização de despesas financeiras de 1844)		MP	MF
19	Lei nº 281, de 13 de dezembro de 1842 - Sancionada pelo presidente José Joaquim Coelho. (Cria uma cadeira de ensino mútuo substitutiva da de meninos na capital da provincia)		MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1843	ACERVO	SETOR
20	Lei nº 294, de 1º de agosto de 1843 - nº 16 - Orça receita e fixa despesa provincial para o anno de 1844.		MP	MF
21	Resolução nº 287 de 20 de julho de 1843 – nº 9 – Deroga o art. 2º da Lei nº 18 de 23 de Novembro de 1842. (O Governo proverá inteiramente as cadeiras de Retórica e Filosofia Racional e Moral, durante p impedimento de seus atuais professores)		MP	MF

Nº	EMENTA	Ano: 1844	ACERVO	SETOR
22	Decreto nº 299, de 15 de julho de 1844 - nº 1 - Crea hum Lycêo nesta cidade da Fortaleza.		MP	MF
23	Lei nº 304, de 15 de julho de 1844 - Sancionada pelo presidente José Maria da Silva Bittancourt. (Cria um Liceu na capital)		MP	MF
24	Resolução nº 304, de 24 de julho de 1844 - nº 6 – Permite desde já a aposentadoria aos Empregados Provinciaes.		MP	MF
25	Resolução nº 308, de 1º de agosto de 1844 - nº 10 - Transfere a Cadeira de 1ª Letras da Povoação de Sant'Anna do Araripe para a do Assaré.		MP	MF
26	Resolução nº 309, de 1º de agosto de 1844 - nº 11 - Crea huma Cadeira de 1ª Letras na Povoação de Taboleiro de Aréa em S. Bernardo.		MP	MF
27	Lei nº 313, de 1º de agosto de 1844 – Transferencia da cadeira de primeiras letras de povoação de Santa Anna para povoação de Assaré.		MP	MF
28	Lei nº 314, de 1º de agosto de 1844 – Ceia uma cadeira de primeiras letras na povoação de Taboleiro D' Aréa no municipio de S. Bernardo.		MP	MF
29	Resolução nº 318, de 09 de agosto de 1844 - nº 20 - Reduz a 21 annos a idade exigida para os professores de 1ª letras e latinidade.		MP	MF
30	Resolução nº 319, de 09 de agosto de 1844 - nº 21 - Crea huma cadeira de 1ª letras na povoação de Milagres, no municiepo de Jardim.		MP	MF
31	Resolução nº 328, de 21 de agosto de 1844 - nº 30 - Manda prover a cadeira do municiepo de Jardim.		MP	MF
32	Resolução nº 330, de 21 de agosto de 1844 - nº 32 - Crea duas cadeiras de latinidade nas villas de Baturité e Granja.		MP	MF
33	Resolução nº 333, de 02 de setmbro de 1844 - nº 35 - Crea mais huma cadeira de 1ª letras nesta capital.		MP	MF
34	Resolução nº 335, de 03 de setembro de 1844 - nº 37 - Fixa a despeza das camaras municipaes da capital, Aracaty, Sobral, Icó e Riacho Sangue.		MP	MF
35	Resolução nº 337, de 03 de setembro de 1844 - nº 39 - Orça receita e fixa despeza dos municiepos de Fortaleza, Aracaty, Icó, Sobral e das villas do Riacho do Sangue.		MP	MF
36	Resolução nº 338, de 03 de setembro de 1844 - nº 40 - Orça receita e fixa despezas provincial para o anno de 1845.		MP	MF
37	Resolução nº 355, de 12 de setembro de 1844 - nº 16 - Orça receita e fixa despeza provincial para o anno de 1846.		MP	MF

38	Resolução nº 356, de 12 de setembro de 1844 - nº 17 - Dispõe sobre o regulamento para o Lyceu desta capital.	MP	MF	
39	Resolução nº 358, de 12 de setembro de 1844 - nº 19 - Approva as contas das camaras municipaes das cidades de Fortaleza, Icó, Sobral e Aracaty e villa de Granja, Lavras, Crato, Jardim, Cascavel e Imperatriz no anno de 1846.	MP	MF	
40	Lei nº 333, de 21 de agosto de 1844 - Provimto da cadeira de primeiras letras da villa de Jardim.	MP	MF	
41	Lei nº 338, de 02 de setembro de 1844 - Crea mais de uma cadeira de primeiras letras na capital.	MP	MF	
42	Lei nº 340, de 03 de setembro de 1844 - Autoriza despesas financeiras em Fortaleza para o anno 1845.	MP	MF	
43	Lei nº 342, de 03 de setembro de 1844 - Orça receita e fixa despesas em Fortaleza nos 8 meses, a contar do 1º de maio de 1844 ao ultimo de Dezembro do mesmo anno.	MP	MF	
44	Resolução nº 488, de 16 de agosto de 1844 - nº 14 - Crea uma cadeira de primeiras letras de Missão Velha.	MP	MF	
45	Lei nº 343, de 03 de setembro de 1844 - Sanccionada pelo presidente José Maria da Silva Bittancourt. (Orça receita e fixa despesa provincial para o anno 1845)	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1845	ACERVO	SETOR
46	Lei nº 366, de 12 de setembro de 1845 - Orça a Receita e Fixa a Despesa provincial para o anno de 1846.	MP	MF	
47	Lei nº 361, de 12 de setembro de 1845 - Sanccionada pelo presidente Ignácio Corrêa de Vasconcellos. (Dispõe sobre o regulamento do Liceu da capital).	MP	MF	
48	Regulamento nº 19, de 04 de julho de 1845 - Subordina as escolas de instrucção primaria e de humanidades ao Lyceu da cidade.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1846	ACERVO	SETOR
49	Lei nº 366, de 29 de julho de 1846 - Crea no Lyceu da capital a cadeira de lingua ingleza separada de francez.	MP	MF	
50	Lei nº 375, de 22 de agosto de 1846 - Crea cadeira de grammatica latina na villa da Imperatriz.	MP	MF	
51	Lei nº 380, de 28 de agosto de 1846 - Crea lugar se secretario do Lyceu desta cidade.	MP	MF	
52	Lei nº 390, de 05 de setembro de 1846 - Sanccionada pelo presidente Ignácio Corrêa de Vasconcellos. (Estabelece concurso para as escolas de primeiras letras de meninas fora da capital da província)	MP	MF	

53	Resolução nº 370, de 12 de agosto de 1846 - nº 12 - Crea duas cadeiras, ma de latinidade, e outra de Mninas na Villa da Imperatriz.	MP	MF	
54	Resolução nº 375, de 28 de agosto de 1846 - nº 17 - Cria o lugar de Secretario do Lyceu dessta Capital com o ordenado de trezentos mil reis annuaes.	MP	MF	
55	Resolução nº 392, de 26 de setembro de 1846 - nº 34 - Approvando as contas das camaras municipaes das cidades de Fortaleza, Sobral, Aracati, e Icó, e das Villas do Aquiraz, Lavras, Crato, Baturuté, Imperatriz, Villa Nova do Ipú, Villa Viçosa, e Granja até o fim de dezembro de 1845.	MP	MF	
56	Lei nº 393, de 26 de setembro de 1846 - nº 35 - Fixa a Despeza Provincial e Orça a Receita para o anno de 1847.	MP	MF	
57	Resolução nº 395, de 26 de setembro de 1846 - nº 37 - Ellevando o ordenado do porteiro do Lycêo desta capital a 300\$000 rs.	MP	MF	
58	Lei nº 397, de 26 de setembro de 1846 - Orça receita e fixa despezas nos municieos de Frotaleza, Sobral, Aracaty e Icó e das villas do Aquiraz, Lavras, Crato, Baturité, Imperatriz, Villa Nova do Ipú, Villa Viçosa e Granja.	MP	MF	
59	Resolução nº 398, de 26 de setembro de 1846 - Sanccionada pelo presidente Ignácio Corrêa de Vasconcellos. (Orça receita e fixa despesa provincial para o ano de 1847)	MP	MF	
60	Resolução nº 400, de 26 de setembro de 1846 - Dispõe sobre o ordenado do porteiro do Lycêo da capital.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1847	ACERVO	SETOR
61	Lei nº 398, de 14 de julho de 1847 - nº 4 - Cria uma cadeira de primeiras letras na povoação de Monte Mor-velho.	MP	MF	
62	Resolução nº 401, de 03 de agosto de 1847 - nº 7 - Elleva a 400\$000 reis a gratificaçãodo director do Lycêo desta capital.	MP	MF	
63	Resolução nº 406, de 05 de agosto de 1847 - nº 9 - Revoga vários artigos da lei nº 385 de 5 de Setembro do anno passado.	MP	MF	
64	Resolução nº 408, de 09 de agosto de 1847 - nº 11 - Elleva o ordenado do professor publico de grammatica latina de Sobral a 600\$000 reis.	MP	MF	
65	Resolução nº 410, de 09 de agosto de 1847 - nº 13 - Crea nesta capital uma segunda cadeira de primeiras letras para meninas.	MP	MF	
66	Resolução nº 412, de 13 de agosto de 1847 - nº 15 - Elleva o ordenado da professora de primeiras letras da villa de Quixeramobim a 400\$000 reis.	MP	MF	
67	Resolução nº 413, de 13 de agosto de 1847 - nº 16 - Crea substituto para as sete aulas do Lycêo da capital.	MP	MF	

68	Resolução nº 419, de 25 de agosto de 1847 - nº 22 - Crea huma cadeira de Francez na cidade de Aracaty.	MP	MF	
69	Resolução nº 425, de 27 de agosto de 1847 - nº 28 - Elleva o ordenado do professor da cidade de Sobral a 600\$000 reis annuais.	MP	MF	
70	Lei nº 426, de 27 de agosto de 1847 - nº 29 - Dispões sobre as maneiras de substituir os lentes do Lycêo e modo de se prestar a livraria.	MP	MF	
71	Resolução nº 429, de 27 de agosto de 1847 - nº 32 - Elleva a 500\$000 reis annuais o ordenado do professor de Grammatica Latina da villa da Granja.	MP	MF	
72	Lei nº 432, de 1º de setembro de 1847 - nº 35 - Orça receita e fixa a despeza provincial para o anno de 1848.	MP	MF	
73	Resolução nº 434, de 06 de setembro de 1847 - nº 37 - Approva contas de varias camaras municipaes da provincia para o anno de 1848.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1848	ACERVO	SETOR
74	Resolução nº 442, de 31 de julho de 1848 - nº 8 - Imcompatibilidade do emprego de lente, substituto do Lycêo da capital e professor de instrucção primaria e secundaria da provincia que seja por eleição popular.	MP	MF	
75	Resolução nº 443, de 31 de julho de 1848 - nº 9 - Substituição para as sete aulas do Lycêo da Capital.	MP	MF	
76	Resolução nº 453, de 04 de agosto de 1848 - nº 19 - Autorização para o presidente da provincia reformar o regulamento do Lycêo desta capital.	MP	MF	
77	Resolução nº 456, de 20 de agosto de 1848 - nº 22 - Abolle gratificação de professores de 16 cadeiras de primeiras letras.	MP	MF	
78	Lei nº 468, de 31 de agosto de 1848 - nº 34 - Orça receita e fixa a despeza para o anno de 1849.	MP	MF	
79	Lei nº 471, de 31 de agosto de 1848 - nº 37 - Approva as contas de varias camaras municipaes da provincia para o anno de 1849.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1849	ACERVO	SETOR
80	Resolução nº 483, de 11 de agosto de 1849 - nº 9 - Concede licença ao professor de primeiras letras Francisco de Paula Cavalcante.	MP	MF	
81	Resolução nº 487, de 16 de agosto de 1849 - nº 13 - Crea uma cadeira de primeiras letras de Mecejana e outra na Barra do Aracaty.	MP	MF	
82	Resolução nº 493, de 18 de dezembro de 1849 - nº 19 - Marca a cada uma professora publica de primeiras letras desta capital 500\$000 reis annuaes.	MP	MF	

83	Resolução nº 495, de 19 de dezembro de 1849 - nº 21 - Elleva a 300\$000 reis o ordenado da professora de primeiras letras da villa da Granja.	MP	MF	
84	Resolução nº 500, de 31 de dezembro de 1849 - nº 26 - Approva as contas de varias camaras para o anno de 1850.	MP	MF	
85	Lei nº 501, de 31 de dezembro de 1849 - nº 27 - Orça a receita e fixa a despeza provincial para o anno de 1850.	MP	MF	
86	Resolução nº 501 de 24 de dezembro de 1849 - nº 31 - Marcando as habilitações dos professores publicos e particulares.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1850	ACERVO	SETOR
87	Resolução nº 531, de 11 de dezembro de 1850 - nº 21 - Orça receita e fixa despeza provincial para o anno de 1851.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1851	ACERVO	SETOR
88	Resolução nº 555, de 27 de novembro de 1851 - nº 19 - Mandando que os mestres de instrucção primaria possuão usar os castigos physicos por falta de obediência ou desrespeito, ficando assim revogado o art. 26 da resolução nº 31 de 24 de dezembro de 1849.	MP	MF	
89	Resolução nº 558, de 30 de novembro de 1851 - nº 22 - Crea cadeiras de primeiras letras de meninos na villa de Baturité e de meninas na povoação de Sant'Anna do Acaraú.	MP	MF	
90	Resolução nº 565, de 11 de dezembro de 1851 - nº 29 - Orça a receita e fixa a despeza provincial para o anno de 1852.	MP	MF	
91	Resolução nº 567, de 13 de dezembro de 1851 - nº 31 - Approva contas de varias camaras municipaes da provincia para o anno 1852.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1852	ACERVO	SETOR
92	Resolução nº 569, de 30 de setembro de 1852 - nº 2 - Crea uma cadeira de primeiras letras na povoação de Tamboril.	MP	MF	
93	Resolução nº 575, de 05 de outubro de 1852 - nº 8 - Crea duas cadeiras de primeiras letras nesta capital uma para o sexo masculino e outra para o sexo feminino.	MP	MF	
94	Resolução nº 588, de 21 de outubro de 1852 - nº 21 - Prohibe o provimento das cadeiras de latim vagas exceto do Lycêo.	MP	MF	
95	Resolução nº 595, de 30 de outubro de 1852 - nº 28 - Autoriza o presidente da provincia prover as cadeiras substitutas do Lycêo.	MP	MF	
96	Resolução nº 596, de 30 de outubro de 1852 - nº 29 - Concede a licença a um lente e substituto do Lycêo.	MP	MF	

97	Resolução nº 598, de 05 de novembro de 1852 - nº 31 - Concede licença ao professor de primeiras letras.	MP	MF	
98	Resolução nº 601, de 08 de novembro de 1852 - nº 34 - Crea cadeiras de primeiras letras para o sexo masculino na villa Santa Cruz, povoação de Assaré, Tabuleiro D'Aréa, S. Pedro de Ibiapina, e S. Francisco da Uruburetama.	MP	MF	
99	Lei nº 608, de 16 de novembro de 1852 - nº 41 - Orça receita e fixa despeza para o anno de 1853.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1853	ACERVO	SETOR
100	Resolução nº 615, de 16 de setembro de 1853 - nº 4 - Crea cadeiras de primeiras letras, 3 para o sexo masculino e 3 para o sexo feminino.	MP	MF	
101	Lei nº 636, de 31 de dezembro de 1853 - nº 25 - Orça receita e fixa despeza provincial para o anno 1854.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1854	ACERVO	SETOR
102	Resolução nº 648, de 29 de setembro de 1854 - nº 5 - Crea uma cadeira de primeiras letras em São João do Principe.	MP	MF	
103	Resolução nº 653, de 04 de outubro de 1854 - nº 20 - Reforma a instrucção primaria da provincia.	MP	MF	
104	Resolução nº 665, de 4 de outubro de 1854 – (Reforma a instrucção primária da província)	MP	MF	
105	Resolução nº 680, de 28 de outubro de 1854 - nº 37 - Crea cadeira de primeiras letras para o sexo masculino na provincia de S. Benedito.	MP	MF	
106	Resolução nº 681, de 28 de outubro de 1854 - nº 38 - Concessão de licença ao lente substituto de Geographia do Lycêo da capital.	MP	MF	
107	Resolução nº 690, de 03 de novembro de 1854 - nº 47 - Crea cadeiras de primeiras letras para meninas nas povoações de Arneiroz e Santa Quitéria.	MP	MF	
108	Resolução nº 692, de 03 de novembro de 1854 - nº 49 - Orça receita e fixa despeza provincial para o anno de 1855.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1855	ACERVO	SETOR
109	Resolução nº 699, de 31 de julho de 1855 - nº 3 - Revogação do artigo 49 do regulamento que acompanhou a Resolução nº 20 de 27 de Novembro de 1951 com relação sómente aos lentes e substitutos do Lycêo.	MP	MF	
110	Resolução nº 701, de 31 de julho de 1855 - nº 5 - Concede licença a um professor de primeiras letras.	MP	MF	

111	Resolução nº 708, de 25 de agosto de 1855 - nº 12 - Elleva os ordenados de professores de Granja, Crato ao mesmo ordenado dos professores de Icó, Aracaty e Sobral.	MP	MF	
112	Resolução nº 709, de 27 de agosto de 1855 - nº 13 - Crea uma cadeira de primeiras letras para o sexo feminino na villa de São Bernardo.	MP	MF	
113	Resolução nº 710, de 27 de agosto de 1855 - nº 14 - Elleva a 700\$000 reis a gratificação do diretor de Lycêo.	MP	MF	
114	Resolução nº 721, de 03 de setembro de 1855 - nº 25 - Concede seis meses de licença com ordenado ao secretário do Lycêo.	MP	MF	
115	Resolução nº 727, de 08 de setembro de 1855 - nº 31 - Despende despesas com a thesouraria que se achar e dever aos professores e professoras de instrução primaria.	MP	MF	
116	Resolução nº 728, de 08 de setembro de 1855 - nº 32 - Orça a receita e fixa a despesa para o anno 1856.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1856	ACERVO	SETOR
117	Resolução nº 745, de 18 de julho de 1856 - nº 1 - Crea cadeiras de primeiras letras para o sexo masculino, uma no povoado de São Matheus, e outra no povoado de Pedra Branca.	MP	MF	
118	Resolução nº 750, de 05 de agosto de 1856 - nº 6 - Autoriza gratificação ao professor de inglez do Lycêo.	MP	MF	
119	Resolução nº 751, de 05 de agosto de 1856 - nº 7 - Considera vitalicios os professores publicos do primeiro e segundo grão do ensino primario.	MP	MF	
120	Resolução nº 754, de 05 de agosto de 1856 - nº 10 - Autoriza o presidente da provincia a crear nesta cidade uma caza de educandos.	MP	MF	
121	Resolução nº 759, de 08 de agosto de 1856 - nº 15 - Crea duas cadeiras de primeiras letras para o sexo masculino, uma no povoado de Siupê, e outra no de Thrahiry.	MP	MF	
122	Resolução nº 760, de 08 de agosto de 1856 - nº 16 - Crea três cadeiras de primeiras letras para o sexo feminino.	MP	MF	
123	Resolução nº 764, de 14 de agosto de 1856 - nº 20 - Crea quatro cadeiras de primeiras letras para o sexo feminino.	MP	MF	
124	Resolução nº 767, de 14 de agosto de 1856 - nº 23 - Iguala os ordenados dos professores de latim das cidades.	MP	MF	
125	Resolução nº 771, de 21 de agosto de 1856 - nº 27 - Dispensa um professor de primeiras letras da cidade de Icó.	MP	MF	
126	Resolução nº 780, de 03 de setembro de 1856 - nº 36 - Marca o ordenado de 400\$000 reis ao professor de primeiras letras de Mecejana.	MP	MF	

127	Resolução nº 791, de 26 de setembro de 1856 - nº 47 - Orça a receita e fixa a despesa provincial para o anno de 1857.	MP	MF	
128	Regulamento - Da criação e empregados do collégio.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1857	ACERVO	SETOR
129	Resolução nº 799, de 03 de agosto de 1857 - nº 6 - Crea no Lycêo uma cadeira de lingua nacional.	MP	MF	
130	Resolução nº 800, de 22 de agosto de 1857 - nº 7 - Crea no Lycêo uma aula de desenho.	MP	MF	
131	Resolução nº 801, de 25 de agosto de 1857 - nº 8 - Crea 15 cadeiras de ensino primario para o sexo masculino e 2 para o sexo feminino.	MP	MF	
132	Resolução nº 809, de 11 de setembro de 1857 - nº 16 - Determina aos professores de primeiro grão.	MP	MF	
133	Resolução nº 818, de 16 de setembro de 1857 - nº 25 - Crea no Lycêo dois lugares, um de amanuense e outro de bedel, que servirá tambem de archivista.	MP	MF	
134	Resolução nº 819, de 02 de outubro de 1857 - nº 26 - Concede prazo para um professor primario se habilitar nas materias exigidas para cadeira de 2º grão.	MP	MF	
135	Resolução nº 833, de 02 de outubro de 1857 - nº 40 - Orça a receita e fixa despesa provincial para o anno de 1858.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1858	ACERVO	SETOR
136	Resolução nº 838, de 09 de agosto de 1858 - nº 1 - Transferencia da cadeira de primeiras letras de Jiqui para Catinga do Góes.	MP	MF	
137	Resolução nº 840, de 09 de agosto de 1858 - nº 3 - Creando quatro cadeiras de primeiro grão para o sexo masculino e três para o sexo de minino na capital.	MP	MF	
138	Resolução nº 855, de 30 de agosto de 1858 - nº 18 - Concedendo licença para lente da cadeira de lingua nacional do lycêo.	MP	MF	
139	Resolução nº 856, de 1ª de setembro de 1858 - nº 19 - Igualando o ordenado dos professores de latim aos professores de 1ª letras dos lugares onde exercem seu magisterio.	MP	MF	
140	Resolução nº 857, de 1º de setembro de 1858 - nº 20 - Concedendo aos professores interinos a gratificação que percebem os professores vitalicios.	MP	MF	
141	Resolução nº 858, de 1º de setembro de 1858 - nº 21 - Creando três cadeiras para o ensino primario do sexo masculino e uma para o sexo feminino.	MP	MF	

142	Resolução nº 859, de 04 de setembro de 1858 - nº 22 - Rege sobre a incompatibilidade dos lentes e substitutos do lycêo.	MP	MF	
143	Resolução nº 862, de 04 de setembro de 1858 - nº 25 - Direitos concedidos a um professor.	MP	MF	
144	Resolução nº 864, de 04 de setembro de 1858 - nº 27 - Concessão de aposentadoria ao ex-professor de Baturité.	MP	MF	
145	Resolução nº 865, de 16 de setembro de 1858 - nº 28 - Orça a receita e fixa a despesa provincial para o anno de 1859.	MP	MF	
146	Resolução nº 866, de 16 de setembro de 1858 - nº 29 - Marca ordenado e gratificação ao director do lycêo.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1859	ACERVO	SETOR
147	Resolução nº 879, de 19 de julho de 1859 - nº 1 - Autoriza aposentadoria do director do collegio de Educandos João José Saldanha Marinho.	MP	MF	
148	Resolução nº 885, de 23 de julho de 1859 - nº 7 - Crea 3 cadeiras do ensino primario, 2 para o sexo masculino nas povoações de Marrecos e Arrondes, e 1 para o sexo feminino no povoado de Ipú.	MP	MF	
149	Resolução nº 889, de 27 de julho de 1859 - nº 11 - Concede licença ao professor de 1ª letras da cidade de Baturité.	MP	MF	
150	Resolução nº 905, de 11 de agosto de 1859 - nº 22 - Reforma da instrucção publica.	MP	MF	
151	Resolução nº 912, de 13 de setembro de 1859 - nº 34 - Crea cadeira de ensino primario para o sexo masculino.	MP	MF	
152	Resolução nº 914, de 13 de setembro de 1859 - nº 36 - Reintegração de cadeiras de primeiras letras do sexo feminino da villa Jardim de uma professora.	MP	MF	
153	Resolução nº 917, de 13 de setembro de 1859 - nº 39 - Orça a receita e fixa despesa provincial para o anno de 1859.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1860	ACERVO	SETOR
154	Resolução nº 920, de 30 de julho de 1860 - nº 2 – Crea duas cadeiras de ensino primario para o sexo feminino, uma na villa de Milagres, e outra na da Caxoeira.	MP	MF	
155	Resolução nº 927, de 09 de agosto de 1860 - nº 9 – Authorisa conceder licença aos lentes de lingua nacional, de Inglez e de Geometria do Lycêo desta capital.	MP	MF	
156	Resolução nº 928, de 09 de agosto de 1860 - nº 10 – Authorisa Presidente da Provincia a reformar o Regulamento da casa dos Educandos e approvando o contracto celebrado pelo respectivo Director com Virgilio Mariano Pereira.	MP	MF	

157	Resolução nº 929, de 09 de agosto de 1860 - nº 11 – Authorisa o Presidente da Provincia a conceder seis meses de licença com ordenado ao Vce-Director do Collegio dos Educandos Manoel Rufino de Oliveira Jamacarú.	MP	MF
158	Resolução nº 937, de 16 de agosto de 1860 - nº 19 – Authorisando p Presidente da Provincia, a crear lugares de inspectores de districtos literarios para as aulas de instrucção primaria, marcando ordenado aos professores e professoras da Capital e aos de latim da Provincia, e gratificações a estes e aos mais professores e professoras de 1ª letras, e estabelecendo algumas medidas sobre a Intrucção Publica.	MP	MF
159	Resolução nº 945, de 15 de agosto de 1860 - nº 27 - Orçando a receita e fixando despeza para o anno 1861.	MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1861	ACERVO
160	Resolução nº 946 de 29 de Agosto de 1861 - nº 28 - Concede licença para professor de latim da cidade de Aracaty.	MP	MF
161	Resolução nº 978 de 13 de Agosto de 1861 - nº 42 – Authorisando o Presidente da provincia a admittir mais 6 menores no collegio de educandos.	MP	MF
162	Resolução nº 1.001, de 10 de setembro de 1861 - nº 35 - Orçando a receita e fixando a despeza para o anno de 1862.	MP	MF
163	Resolução nº 1.003, de 30 de setembro de 1861 - nº 37 - Approvando contas de varias camaras municipaes do anno de 1860 e fixando suas despezas para o anno de 1962.	MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1862	ACERVO
164	Resolução nº 1.018, de 08 de novembro de 1862 - nº 10 - Crea duas cadeiras do ensino primario para o sexo masculino, uma na povoação de Porteiras e outra na de Mucuripe.	MP	MF
165	Resolução nº 1.019, de 10 de novembro de 1862 - nº 11 - Crea lugar de vice-director do collegio de educandos, e extingue o de professor do ensino primario do mesmo.	MP	MF
166	Resolução nº 1.021, de 14 de novembro de 1862 - nº 13 - Reintegra professor primario da villa Maria Pereira.	MP	MF
167	Resolução nº 1.022, de 14 de novembro de 1862 - nº 14 - Revogação do artigo 6º da resolução 937 de 16 de Agosto de 1860.	MP	MF
168	Resolução nº 1.026, de 21 de novembro de 1862 - nº 18 - Crea uma cadeira do ensino primario para o sexo masculino dos districto do Parazinho.	MP	MF

169	Resolução nº 1.033, de 27 de novembro de 1862 - nº 25 - Elleva o numero de educando dos collegio desta capital para 70.	MP	MF
170	Resolução nº 1.042, de 9 de dezembro de 1862 – nº 34 - Determinando que os trabalhos das aulas do ensino primário principiêm as 10 horas da manhã e terminem as 2 da tarde, suprimindo a cadeira da língua nacional do Liceu, transferindo a de desenho para o Colégio de Educandos e estabelecendo algumas medidas.	MP	MF
171	Resolução nº 1.044, de 09 de dezembro de 1862 - nº 36 - Orça a receita e fixa a despeza provincial para o anno financeiro de 1863.	MP	MF
172	Resolução nº 1.046, de 12 de dezembro de 1862 - nº 38 - Crea uma cadeira de latim na cidade de Quixeramobim.	MP	MF
173	Resolução nº 1.051, de 21 de dezembro de 1862 - nº 43 - Crea uma oficina de funileiro no collegio dos educandos.	MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1863	ACERVO
174	Resolução nº 1.066, de 10 de dezembro de 1863 - nº 7 - Determina que nas aposentadorias dos professores primarios sejam computados o tempo de serviço.	MP	MF
175	Resolução nº 1.089, de 17 de dezembro de 1863 - nº 30 - Concede financiamento ao collegio dos orphãos desvalidos.	MP	MF
176	Resolução nº 1.095, de 29 de dezembro de 1863 - nº 36 - Fixa e despeza provincial para o anno financeiro de 1864.	MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1864	ACERVO
177	Resolução nº 1.124, de 14 de novembro de 1864 - nº 16 - Concede aposentadoria a um professor da cadeira de latim da cidade de Aracaty.	MP	MF
178	Resolução nº 1.136, de 05 de dezembro de 1864 - nº 20 - Reforma a instrucção publica.	MP	MF
179	Reolução nº 1.141, de 07 de dezembro de 1864 - nº 33 - Fixa a despeza e orça a despeza provincial para o anno de 1865.	MP	MF
180	Resolução nº 1.142, de 07 de dezembro de 1864 - nº 34 - Restaura a cadeira de primeiras letras do sexo feminino da villa do Ipú e um para Aracaty.	MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1865	ACERVO
181	Resolução nº 1.176, de 29 de agosto de 1865 - nº 26 - Crea diversas cadeiras de ensino primario para o sexo masculino e feminino.	MP	MF
182	Resolução nº 1.186, de 08 de setembro de 1865 - nº 36 - Fixa a receita e fixa a despeza provincial para o anno 1866.	MP	MF

183	Resolução nº 1.187, de 12 de setembro de 1865 - nº 37 - Approva as contas da camaras municipaes de 1865 e fixa as despesas para o anno de 1866.		MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1866	ACERVO	SETOR
184	Resolução nº 1.193, de 20 de dezembro de 1866 - nº 6 - Crea 9 cadeiras de primeiras letras em diversas localidades.		MP	MF
185	Resolução nº 1.202, de 20 de dezembro de 1866 - nº 15 - Orça a receita e fixa as despesas provinciais para o anno 1867.		MP	MF
186	Resolução nº 1.203, de 20 de dezembro de 1866 - nº 16 - Approva as contas das camaras municipais da provincia para o anno 1867.		MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1867	ACERVO	SETOR
187	Resolução nº 1.204, de 27 de julho de 1867 - nº 1 - Determinando que os trabalhos das aulas do ensino primario tenham principio ás dez horas da manhã, e terminem ás duas da tarde.		MP	MF
188	Resolução nº 1.207, de 13 de agosto de 1867 - nº 5 - Concede aposentadoria de um professor de instrucção elemental da cidade de Quixeramobim.		MP	MF
189	Resolução nº 1.210, de 23 de agosto de 1867 - nº 7 - Crea 8 cadeiras de ensino primario para o sexo masculino em diversos lugares.		MP	MF
190	Resolução nº 1.211, de 24 de agosto de 1867 - nº 8 - Concede licença a uma professora de primeiras letras da cidade de Quixeramobim.		MP	MF
191	Resolução nº 1.215, de 26 de agosto de 1867 - nº 12 - Determinando que as professoras do ensino primario das cidades, villas e povoações da provincia vençam os mesmos ordenados que os professores.		MP	MF
192	Resolução nº 1.232 de 03 de dezembro de 1867 - nº 29 - Orçando a receita e fixando a despesa provincial para o anno financeiro a decorrer do 10 de janeiro ao ultimo de dezembro de 1868.		MP	MF
193	Resolução nº 1.233, de 05 de dezembro de 1867 - nº 30 - Approva contas das camaras municipaes da provincia para o anno de 1866 e fixa despesas para o anno financeiro de 1868.		MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1868	ACERVO	SETOR
194	Resolução nº 1.240, de 30 de novembro de 1868 - nº 7 - Crea duas cadeiras de primeiras letras para o sexo masculino e uma para o feminino em diversas localidades.		MP	MF
195	Resolução nº 1.247, de 22 de dezembro de 1868 - nº 11 - Crea cadeiras de instrucção primaria para o sexo masculino na povoação de Mundaú e para o feminino na villa Pará-Curú e povoação de Acarape.		MP	MF

196	Resolução nº 1.253, de 28 de dezembro de 1868 - nº 20 - Classifica as escolhas publicas de instrucção primaria para ambos os sexos.		MP	MF
197	Resolução nº 1.258, de 28 de dezembro de 1868 - nº 24 - Crea mais uma cadeira de primeiras letras para o sexo feminino nesta capital.		MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1869	ACERVO	SETOR
198	Resolução nº 1.262, de 02 de janeiro de 1869 - nº 9 - Altera o regulamento da instrucção publica de 2 de janeiro de 1855 a mais instrucção relativas.		MP	MF
199	Resolução nº 1.264, de janeiro de 1869 - nº 54 - Orçando a receita e fixando a despesa provincial para o anno financeiro, a decorrer do de janeiro ao ultimo de dezembro de 1869.		MP	MF
200	Resolução nº 1.266, de 02 de janeiro de 1869 - nº 33 - Crea 3 cadeiras de instrucção primaria para o sexo masculino nas povoações de Santa Rosa, Cochocó e Flores.		MP	MF
201	Resolução nº 1.267, de 02 de janeiro de 1869 - nº 34 - Crea duas cadeiras de instrucção primaria para o sexo masculino nas povoações de Paruna e Gonzaguinha.		MP	MF
202	Resolução nº 1.270, de 11 de janeiro de 1869 - nº 37 - Approva as contas das camaras municipais para o anno 1868 e fixa despesas para o anno 1869.		MP	MF
203	Resolução nº 1.281, de 28 de setembro de 1869 - nº 6 - Crea 3 cadeiras de instrucção elementar para diversas povoações.		MP	MF
204	Resolução nº 1.287, de 15 de outubro de 1869 - nº 12 - Crea 3 cadeiras de ensino primario para o sexo feminino em diversas localidades.		MP	MF
205	Resolução nº 1.289, de 16 de outubro de 1869 - nº 14 - Crea 3 cadeiras de instrucção primaria em diversas localidades.		MP	MF
206	Resolução nº 1.299, de 29 de outubro de 1869 - nº 24 - Crea 10 cadeiras de instrucção elementar em diversas localidades.		MP	MF
207	Resolução nº 1.301, de 31 de outubro de 1869 - nº 26 - Concessão de licença a um professor de Cascavel.		MP	MF
208	Resolução nº 1.302, de 02 de novembro de 1869 - nº 27 - Orça a receita e fixa a despesa provincial para o anno de 1870.		MP	MF
209	Resolução nº 1.308, de 08 de novembro de 1869 - nº 31 - Approva as contas das camaras municipais do anno de 1869 e fixa as despesas para o anno de 1870.		MP	MF
210	Resolução nº 1.312, de 24 de setembro de 1869 - nº 2 - Crea 6 cadeiras de instrucção primaria para o sexo masculino em diversas povoações.		MP	MF

Nº	EMENTA	Ano: 1870	ACERVO	SETOR
211	Resolução nº 1.315, de 12 de setembro de 1870 - nº 5 - Crea 1 cadeira de instrução primária para o sexo masculino na povoação de Boa Esperança.		MP	MF
212	Resolução nº 1.322, de 1º de outubro de 1870 - nº 12 - Crea 1 cadeira de instrução primária do sexo masculino na povoação de Lameiro.		MP	MF
213	Resolução nº 1.346, de 27 de outubro de 1870 - nº 36 - Crea 3 cadeiras de instrução elementar em diversas localidades.		MP	MF
214	Resolução nº 1.363, de 12 de novembro de 1870 - nº 53 - Orça a receita e fixa as despesas provinciais para o ano 1871.		MP	MF
215	Resolução nº 1.366, de 23 de novembro de 1870 - nº 56 - Approva as contas das camaras municipais do ano de 1870 e fixa despesas para o ano de 1871.		MP	MF
216	Resolução nº 1.381, de 23 de dezembro de 1870 - nº 71 - Reforma da instrução primária da provincia.		MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1871	ACERVO	SETOR
217	Resolução nº 1.403, de 02 de agosto de 1871 - nº 3 - Crea cadeiras de instrução primária para o sexo feminino em diversas localidades.		MP	MF
218	Lei nº 1.404, de 02 de agosto de 1871 - nº 4 - Crea 3 cadeiras de instrução primária para o sexo masculino em diversas povoações.		MP	MF
219	Lei nº 1.410, de 10 de agosto de 1871 - nº 10 - Crea na capital 1 cadeira noturna de instrução elementar para o sexo masculino.		MP	MF
220	Lei nº 1.411, de 10 de agosto de 1871 - nº 11 - Crea 1 cadeira de instrução primária para o sexo masculino na cidade do Crato e outra em Sobral.		MP	MF
221	Resolução nº 1.412, de 10 de agosto de 1871 - nº 12 - Restaura as cadeiras de latim nas cidades de Icó e Baturité.		MP	MF
222	Resolução nº 1.417, de 25 de agosto de 1871 - nº 17 - Crea cadeiras de instrução primária para ambos os sexos em diversas localidades.		MP	MF
223	Resolução nº 1.424, de 09 de setembro de 1871 - nº 24 - Crea 1 cadeira de instrução primária para o sexo masculino na cidade de Maranguape.		MP	MF
224	Resolução nº 1.431, de 14 de setembro de 1871 - nº 31 - Concede licença a uma professora do ensino primario da cidade de Baturité.		MP	MF
225	Resolução nº 1.436, de 30 de setembro de 1871 - nº 36 - Crea cadeiras de instrução primária para ambos os sexos em diversas localidades.		MP	MF

226	Resolução nº 1.439, de 30 de setembro de 1871 - nº 39 - Orça a receita das camaras minicipaes para o anno de 1872.	MP	MF	
227	Resolução nº 1.440, de 02 de outubro de 1871 - nº 40 - Marca a receita e fixa a despeza provincial para o anno 1872.	MP	MF	
228	Resolução nº 1.443, de 11 de outubro de 1871 - nº 43 - Substitue o atual lyceu da capital para um internato.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1872	ACERVO	SETOR
229	Resolução nº 1.491, de 16 de dezembro de 1872 - nº 29 - Transfere a cadeira publica de ensino primario da Graça para Sobral.	MP	MF	
230	Resolução nº 1.497, de 21 de dezembro de 1872 - nº 35 - Crea cadeiras de instrucção primaria em diversas localidades.	MP	MF	
231	Resolução nº 1.498, de 21 de dezembro de 1872 - nº 36 - Crea diversas cadeiras de instrucção primaria.	MP	MF	
232	Resolução nº 1.506, de 26 de dezembro de 1872 - nº 44 - Autoriza o presidente da provincia a reforma da instrucção publica.	MP	MF	
233	Resolução nº 1.508, de 31 de dezembro de 1872 - nº 46 - Crea cadeira de instrucção primaria para ambos os sexos em diversas localidades.	MP	MF	
234	Resolução nº 1.512, de 31 de dezembro de 1872 - nº 50 - Extingue as cadeiras noturnas nas cidades da Fortaleza, Crato e Sobral.	MP	MF	
235	Resolução nº 1.517, de 31 de dezembro de 1872 - nº 53 - Orça a receita e fixa a despeza provincial para o anno 1873.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1873	ACERVO	SETOR
236	Resolução nº 1.518, de 02 de janeiro de 1873 - nº 56 - Orça a receita e fixa as despezas das camaras municipaes para o anno 1873.	MP	MF	
237	Resolução nº 1.522, de 02 de janeiro de 1873 - nº 60 - Despede uma quantia para custear a educação de 10 meninos surdos-mudos ou cegos.	MP	MF	
238	Resolução nº 1536, de 14 de agosto de 1873 - nº 13 - Concede licença a um professor primario de Maranguape.	MP	MF	
239	Resolução nº 1.544, de 23 de agosto de 1873 - nº 21 - Crea na capital 2 cadeiras de ensino primario para o sexo feminino.	MP	MF	
240	Resolução nº 1.546, de 30 de agosto de 1873 - nº 23 - Concede licença ao professor do Acaraú.	MP	MF	
241	Resolução nº 1.563, de 09 de setembro de 1873 - nº 40 - Elleva o ordenado do professor de latim de Quixeramobim.	MP	MF	
242	Resolução nº 1.578, de 18 de setembro de 1873 - nº 53 - Crea na capital 2 cadeiras de ensino primario para o sexo masculino.	MP	MF	

243	Resolução nº 1.582, de 19 de setembro de 1873 - nº 59 - Orça a receita e fixa as despesas provincial para o anno 1874.	MP	MF	
244	Resolução nº 1.584, de 26 de setembro de 1873 - nº 61 - Orça e receita e fixa as despesas das camaras municipaes para o anno 1875.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1874	ACERVO	SETOR
245	Resolução nº 1.602, de 06 de Agosto de 1874 - nº 11 - Concede licença ao professor de latim da cidade de Granja.	MP	MF	
246	Resolução nº 1.623, de 04 de setembro de 1874 - nº 32 - Transfere cadeiras de latim de Granja para Maranguape e de ensino primario do sexo masculino se Siupé para São Gonçalo.	MP	MF	
247	Resolução nº 1.635, de 19 de setembro de 1874 - nº 44 - Orça receita e fixa despesas provincial para o anno de 1875.	MP	MF	
248	Lei nº 1.653, de 12 de outubro de 1874 - Approva o regulamento da instrucção publica, confeccionando pelo presidente da provincia em 19 de dezembro do anno passado, com algumas alterações.	MP	MF	
249	Resolução nº 1.654, de 12 de outubro de 1874 - nº 63 - Estabelece estatuto do lyceu da capital.	MP	MF	
250	Resolução nº 1.655, de 24 de outubro de 1874 - nº 64 - Orça a receita e fixa as despesas das camaras municipaes para o anno 1875.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1875	ACERVO	SETOR
251	Resolução nº 1.656, de 26 de julho de 1875 - nº 1 - Crea mais uma cadeira de primeiras letras para o sexo feminino na cidade de Telha.	MP	MF	
252	Lei nº 1.663, de 03 de agosto de 1875 - nº 8 - Estabelece o modo de serem pagos os lentes do lyceu da gratificação, de que trata a resolução n. 793 de 23 de julho de 1861.	MP	MF	
253	Lei nº 1.666, de 11 de agosto de 1875 - nº 11 - Autoriza as camaras municipaes a pagar uma gratificação aos professores particulares, onde não houver publico.	MP	MF	
254	Resolução nº 1.668, de 19 de agosto de 1875 - nº 13 - Regulamento da biblioteca publica.	MP	MF	
255	Resolução nº 1.671, de 19 de agosto de 1875 - nº 16 - Crea uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino na povoação de Aracaty-assú.	MP	MF	
256	Resolução nº 1.684, de 02 de setembro de 1875 - nº 29 - Crea cadeiras de ensino primario na povoação de Sitiá e Coité em Baturité.	MP	MF	
257	Resolução nº 1.692, de 11 de setembro de 1875 - nº 37 - Transfere diversas cadeiras de ensino primario.	MP	MF	

Nº	EMENTA	Ano: 1876	ACERVO	SETOR
258	Lei nº 1.709, de 25 de julho de 1876 - nº 8 - Crea uma cadeira de ensino primario, para o sexo feminino na povoação de São Pedro, do municipio do Crato.		MP	MF
259	Lei nº 1.715, de 28 de julho de 1876 - nº 14 - Crea uma cadeira de instrucção primaria para o sexo masculino no Barro Vermelho e restaura a do Paço Imperial.		MP	MF
260	Lei nº 1.716, de 28 de julho de 1876 - nº 15 - Crea uma cadeira de instrucção primaria para o sexo masculino em Paripueira.		MP	MF
261	Lei nº 1.717, de 31 de julho de 1876 - nº 16 - Crea uma cadeira de instrucção primaria no Juazeiro e supprime a de Cococy.		MP	MF
262	Lei nº 1.725, de 09 de agosto de 1876 - nº 24 - Crea duas cadeiras de instrucção primaria na povoação de Pernambucoinho.		MP	MF
263	Lei nº 1.752, de 14 de setembro de 1876 - nº 51 - Crea uma cadeira de instrucção primaria na cidade de Sobral.		MP	MF
264	Lei nº 1.753, de 14 de setembro de 1876 - nº 52 - Crea uma cadeira de instrucção primaria para o sexo masculino na povoação de Pitombeira.		MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1877	ACERVO	SETOR
265	Lei nº 1.761, de 25 de julho de 1877 - nº 3 - Permite que os professores primarios, cujas cadeiras não forem frequentadas por causa da seca; sejam addidos a outras.		MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1878	ACERVO	SETOR
266	Lei nº 1.781, de 16 de dezembro de 1878 - nº 12 - Transfere a cadeira de primeiras letras do sexo feminino da povoação de Várzea (ilegível) de S. Ana do Brejo Grande.		MP	MF
267	Lei nº 1.783, de 16 de dezembro de 1878 - nº 14 – Concede licença ao professor de latim da cidade de Sobral.		MP	MF
268	Lei nº 1.785, de 16 de dezembro de 1878 - nº 16 – Concede licença a professora primaria da capital.		MP	MF
269	Lei nº 1.790, de 28 de dezembro de 1878 - nº 21 - Autoriza o presidente a reformar a instrucção publica da provincia.		MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1879	ACERVO	SETOR
270	Lei nº 1.805, de 14 de janeiro de 1879 - nº 36 - Approva a reforma da biblioteca publica.		MP	MF

271	Lei nº 1.806, de 11 de janeiro de 1879 - nº 37 - Approva aposentadoria dos professores primarios.	MP	MF
272	Lei nº 1.823, de 1º de setembro de 1879 - nº 2 - Crea uma escolla mixta na provoação de Maracanaú.	MP	MF
273	Lei nº 1.827, de 03 de setembro de 1879 - nº 6 - Concede licença ao professor publico da capital.	MP	MF
274	Lei nº 1.830, de 03 de setembro de 1879 - nº 9 - Concede licença ao professor publico de Villa Viçosa.	MP	MF
275	Lei nº 1.831, de 09 de setembro de 1879 - nº 10 - Concessão de aposentadoria aos professores publicos.	MP	MF
276	Lei nº 1.834, de 16 de setembro de 1879 - nº 13 - Concede licença ao professor de latim de Aracaty.	MP	MF
277	Lei nº 1.840, de 17 de setembro de 1879 - nº 19 - Transfere a cadeira primaria da povoação de Caldas para Cajoeiras.	MP	MF
278	Lei nº 1.841, de 19 de setembro de 1879 - nº 20 - Dispensa do exame físico dos candidatos do magisterio.	MP	MF
279	Lei nº 1.842, de 24 de setembro de 1879 - nº 21 - Crea cursos nocturnos em três aulas primarias da Fortaleza.	MP	MF
280	Lei nº 1.847, de 27 de setembro de 1879 - nº 28 - Crea escollas mixtas de ensino primario no Camocim.	MP	MF
281	Lei nº 1.848, de 27 de setembro de 1879 - nº 29 - Reintegra em qualquer cadeira a professora de Bom Jesus.	MP	MF
282	Lei nº 1.854, de 06 de outubro de 1879 - nº 33 - Crea uma escolla mixta de ensino elementar na estrada empedrada do Benfica, Capital.	MP	MF
283	Lei nº 1.859, de 09 de outubro de 1879 - nº 38 - Approva o credito suplementar para divisão de despesas (instrução primaria).	MP	MF
284	Lei nº 1.858, de 09 de outubro de 1879 - nº 37 - Concede licença a professora de Boa Viagem.	MP	MF
285	Lei nº 1.863, de 23 de outubro de 1879 - nº 42 - Jubilação concedida ao lente de rhetoricos do Lyceu.	MP	MF
286	Lei nº 1.864, de 23 de outubro de 1879 - nº 43 - Approvação de aposentadoria da professora do ensino primario de Aquiraz.	MP	MF
287	Lei nº 1.866, de 25 de outubro de 1879 - nº 45 - Approvação de aposentadoria de professora primaria.	MP	MF
288	Lei nº 1.868, de 25 de outubro de 1879 - nº 47 - Approvação de aposentadoria de professora primaria.	MP	MF
289	Lei nº 1.876, de 25 de outubro de 1879 - nº 55 - Orça a receita e fixa a despeza para o anno de 1880.	MP	MF

Nº	EMENTA	Ano: 1880	ACERVO	SETOR
290	Lei nº 1.880, de 15 de julho de 1880 - nº 1 - Crea na cadeia da capital uma escola do ensino primario e o lugar do capellão.		MP	MF
291	Lei nº 1.886, de 29 de julho de 1880 - nº 7 - Crea cadeiras mixtas do ensino primario em diversas localidades.		MP	MF
292	Lei nº 1.908, de 06 de setembro de 1880 - nº 29 - Separa o ensino de historia do de geografia no Lyceu da Capital.		MP	MF
293	Lei nº 1.915, de 15 de setembro de 1880 - nº 36 - Concede licença aos professores.		MP	MF
294	Lei nº 1.916, de 18 de setembro de 1880 - nº 37 - Classifica as cadeiras de ensino primario dos arrebaldes da capital.		MP	MF
295	Lei nº 1.917, de 18 de setembro de 1880 - nº 38 - Transfere para a povoação dos Remedios á escola primaria da povoação de São José.		MP	MF
296	Lei nº 1.918, de 18 de setembro de 1880 - nº 39 - Restaura a cadeira do sexo masculino de São Bento da Amontada.		MP	MF
297	Lei nº 1.919, de 18 de setembro de 1880 - nº 40 - Supprime as cadeiras de latim que se acham vagas e as que forem vagantes.		MP	MF
298	Lei nº 1.920, de 18 de setembro de 1880 - nº 41 - Crea uma cadeira mixta na estrada de Mecejana, nesta capital.		MP	MF
299	Lei nº 1.924, de 24 de setembro de 1880 - nº 45 - Concede licença ao professor primario de Missão Velha.		MP	MF
300	Lei nº 1.926, de 27 de setembro de 1880 - nº 47 - Concede licença á professora da Villa do Acarahu.		MP	MF
301	Lei nº 1.932, de 02 de agosto de 1880 - nº 33 - Orça a receita e fixa a despesa para o ano de 1884.		MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1881	ACERVO	SETOR
302	Regulamento Organico da Instrucção Publica e Particular da Provincia do Ceará - 1881		AP	AG
303	Regimento Interno das Escolas Primarias da Provincia do Ceará -		AP	AG
304	Lei nº 1.935, de 02 de agosto de 1881 - Crea uma escola do sexo masculino na povoação de Humaistá.		MP	MF
305	Lei nº 1.938, de 05 de agosto de 1881 - Restabelece a cadeira do sexo masculino da villa do Arneiroz e crea uma outra do mesmo sexo na povoação de Ipueira.		MP	MF
306	Lei nº 1939, de 05 de agosto de 1881 - Crea cadeiras mixtas na povoação de de Cala Bocca, Beberibe, Jacu e Buritiy.		MP	MF
307	Lei nº 1.940, de 19 de agosto de 1881 - Concede licença ao diretor geral de instrucção publica.		MP	MF

308	Lei nº 1.957, de 13 de setembro de 1881 - nº 24 - Approva aposentadoria concedendo a divisão de empregados da instrução publica.		MP	MF
309	Lei nº 1.958, de 13 de setembro de 1881 - nº 25 - Considera de primeira categoria as cadeiras de ensino primario na capital.		MP	MF
310	Lei nº 1.961, de 13 de setembro de 1881 - nº 28 - Orça a receita e fixa a despesa para o ano de 1882.		MP	MF
311	Lei nº 1.962, de 15 de setembro de 1881 - nº 29 - Concede seis loterias em beneficio do Instituto de Agronomia e Collegio de Educandos Artifices.		MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1882	ACERVO	SETOR
312	Lei nº 1.968, de 25 de julho de 1882 - nº 3 - Concede seis loterias em beneficio do Instituto de Agronomia e Collegio de Educandos Artifices.		MP	MF
313	Lei nº 1.977, de 29 de julho de 1882 - nº 12 - Autoriza ao Presidente da Provincia a dar nova organização ao ensino secundario e reformar uma parte do Regulamento da instrução primaria.		MP	MF
314	Lei nº 1.984, de 19 de agosto de 1882 - Reintegrar o professor na cadeira da povoação de são Gonçalo do Amarante.		MP	MF
315	Lei nº 1.989, de 12 de agosto de 1882 - nº 24 - Transfere para Quixeramobim a cadeira de latim de São Bernardo das Russas.		MP	MF
316	Lei nº 1.992, de 14 de agosto de 1882 - nº 27 - Crea uma cadeira de instrução primaria.		MP	MF
317	Lei nº 1.991, de 14 de Agosto de 1882 - nº 26 - Concede uma loteria de cem contos de reis, annualmente, em favor da instrução dos meninos pobres e da emancipação dos escravos existentes na Provincia.		MP	MF
318	Lei nº 1.993, de 14 de agosto de 1882 - nº 28 - Crea uma escolla de instrução primaria na povoação de Arronches.		MP	MF
319	Lei nº 1.997, de 19 de agosto de 1882 - Concede licença ao secretario da instrução publica.		MP	MF
320	Resolução nº 1.465, de 14 de outubro de 1982 - nº 3 - Crea 1 cadeira de ensino primario para sexo masculino em diversas localidades.		MP	MF
321	Lei nº 2.033, de 18 de dezembro de 1882 - nº 68 - Orça a receita e fixa a despesa da provincia para o ano de 1883.		MP	MF
322	Lei nº 2.005, de 06 de setembro de 1882 - nº 40 - Crea diversas cadeiras do ensino primario e restaura outras.		MP	MF

323	Lei nº 2.012, de 06 de setembro de 1882 - nº 47 - Concede em escola do sexo masculino a escola mixta da povoação de Burity.		MP	MF
324	Lei nº 2.018, de 06 de setembro de 1882 - nº 33 - Concede cinco loterias em benefício da Biblioteca da sociedade e reforma clube e para fundação de aulas nocturnas.		MP	MF
325	Lei nº 2.033, de 06 de setembro de 1882 - nº 68 - Orça a receita e fixa a despesa para o ano de 1883.		MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1883	ACERVO	SETOR
326	Lei nº 2.040, de 03 de novembro de 1883 - nº 7 - Restaura a resolução que creou a cadeira de latim da cidade de São Bernardo das Russas.		MP	MF
327	Lei nº 2.044, de 08 de novembro de 1883 - nº 11 - Autoriza a concessão de licença ao lente de geometria do lyceo.		MP	MF
328	Lei nº 2.049, de 16 de novembro de 1883 - nº 16 – Reintegra o ex-professor na cadeira de Millagres.		MP	MF
329	Lei nº 2.058, de 1º de dezembro de 1883 - nº 23 - Provimento de cadeira do ensino primario (ilegivel).		MP	MF
330	Lei nº 2.060, de 15 de dezembro de 1883 - nº 35 - Orça a receita e fixa a despesa para o ano de 1884.		MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1884	ACERVO	SETOR
331	Lei nº 2.083 de 02 de setembro de 1884 - nº 17 - Orça a receita e fixa a despesa para o ano de 1885.		MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1885	ACERVO	SETOR
332	Lei nº 2.093 de 25 de novembro de 1885 - nº 5 - Reintegra nas cadeiras do Icó e Missão Velha uns professores.		MP	MF
333	Lei nº 2.095, de 25 de novembro de 1885 - nº 7 - Converte em ensino mixto o das cadeiras do sexo masculino da povoação de Ipueiras e do feminino da Villa de Arneiroz.		MP	MF
334	Lei nº 2.099, de 25 de novembro de 1885 - nº 11 - Crea uma cadeira do sexo feminino na Villa de São Bento da Amontada.		MP	MF
335	Lei nº 2.109, de 03 de dezembro de 1885 - nº 21 - Supprime, restaura e converte em ensino mixto diversas cadeiras de instrucção publica.		MP	MF
336	Lei nº 2.111, de 03 de dezembro de 1885 - nº 23 - Orça a receita e fixa a despesa para o anno de 1886.		MP	MF

Nº	EMENTA	Ano: 1886	ACERVO	SETOR
337	Lei nº 2.130, de 20 de novembro de 1886 - nº 21 - Supprime a cadeira do sexo feminino da capital.		MP	MF
338	Lei nº 2.131, de 29 de novembro de 1886 - nº 23 - Orça a receita e fixa a despesa para o anno de 1987.		MP	MF

EMENTÁRIO

REPÚBLICA

Nº	EMENTA	Ano: 1889	ACERVO	SETOR
339	Lei nº 2.141, de 29 de julho de 1889 - nº 4 - Revoga a lei 2/111 de 12 de dezembro de 1885.		MP	MF
340	Lei nº 2.143, de 29 de julho de 1889 - nº 6 – Renova o contrato sobre o predio em que funciona o Collegio da Imaculada Conceição.		MP	MF
341	Lei nº 2.145, de 06 de agosto de 1889 - nº 8 - Restaura e converte em mixta a cadeira de ensino primario do sexo masculino da povoação de Bom Jesus, em Iguatú.		MP	MF
342	Lei nº 2.146, de 06 de agosto de 1889 - nº 9 - Concede vantagens aos lentes do Lyceu.		MP	MF
343	Lei nº 2.149, de 10 de agosto de 1889 - nº 12 - Crea cadeira do ensino primario em Quixadá e São Francisco da Califórnia.		MP	MF
344	Lei nº 2.150, de 10 de agosto de 1889 - nº 13 - Restaura a primeira cadeira de ensino primario do sexo masculino da Cidade do Crato.		MP	MF
345	Lei nº 2.153, de 10 de agosto de 1889 - nº 17 - Restaura a cadeira de ensino primario do sexo masculino da Villa do Saboeiro e crea uma cadeira do ensino mixto na povoação de São Domingos em Brejo Santo.		MP	MF
346	Lei nº 2.156, de 12 de agosto de 1889 - nº 21 - Crea uma cadeira mixta de instrucção primaria da povoação de Pitombeira em S'Ana.		MP	MF
347	Lei nº 2.157, de 12 de agosto de 1889 - nº 24 - Crea uma cadeira de instrucção primaria para o sexo masculino em São Francisco.		MP	MF
348	Lei nº 2.163, de 17 de agosto de 1889 - nº 34 - Crea uma cadeira mixta na povoação de Pariqueira e outra na de Livramento.		MP	MF
349	Lei nº 2.165, de 17 de agosto de 1889 - Crea cadeira do ensino primario do sexo masculino na povoação de Belem em Quixeramobim.		MP	MF
350	Lei nº 2.170, de 17 de agosto de 1889 - nº 40 - Converte, restaura e crea cadeira de ensino primario na povoação de Barra de Sitiú.		MP	MF
351	Lei nº 2.174, de 27 de agosto de 1889 - nº 41 - Orça a receita e fixa a despeza para o anno de 1889 e 1890.		MP	MF
352	Decreto nº 19, de 17 de maio de 1889 - nº 41 - Restaura o regulamento do Lyceo de 18 de Junho de 1888.		MP	MF
353	Lei nº 2.145, de 06 de agosto de 1889 - Restaura e converte em mixta a cadeira de ensino primario do sexo masculino da povoação do Bom Jesus, da comarca da Iguatu.		MP	MF
354	Lei nº 2.146, de 06 de agosto de 1889 - Declara que o lente da cadeira de sciencias naturaes e os das escollas annexas a escolla		MP	MF

	Normal gosarão das mesmas vantagens e perceberão os mesmos vencimentos dos lentes do Lyceu.		
355	Lei nº 2.150, de 10 de agosto de 1889 - Restaura a 1ª cadeira de ensino primario do sexo masculino da cidade do Crato.	MP	MF
356	Lei nº 2.153, de 10 de agosto de 1889 - Restaura a cadeira do ensino primario do sexo masculino da villa do Saboeiro e crea uma cadeira do ensino mixto na povoação de São Domingos, do termo do Brejo Santos.	MP	MF
357	Lei nº 2.156, de 12 de agosto de 1889 - Crea uma cadeira mixta de instrucção primaria na povoação de Pitombeira, do termo de Santa Anna.	MP	MF
358	Lei nº 2.157, de 12 de agosto de 1889 - Crea uma cadeira de instrucção primaria para o sexo masculino na povoação de São Francisco (antiga Cruz), do termo do Acarahú.	MP	MF
359	Lei nº 2.163, de 17 de agosto de 1889 - Crea uma cadeira mixta na povoação de Paripueira e outra na do Livramento.	MP	MF
360	Lei nº 2.165, de 17 de agosto de 1889 - Crea uma cadeira do ensino primario do sexo masculino na povoação de Belém, do termo de Quixeramibim.	MP	MF
361	Lei nº 2.170, de 17 de agosto de 1889 - Converte, restaura e crea cadeira do ensino primario na povoação da Barra do Sitiá, Arêas, Graça, Burity e Caraço.	MP	MF
362	Lei nº 2.174, de 27 de agosto de 1889 - Orça a receita e despeza da provincia para o anno de 1889 e de 1890.	MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1890	ACERVO
363	Decreto nº 16, de outubro de 1890 - Fixa a receita e orça a despeza deste Estado para o anno de 1890.	MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1891	ACERVO
364	Lei nº 171, de 23 de março de 1891 - Determina que os professores da escolla do Estado expliquem aos alumnos assumpto dos dias de festa nacional, e manda que seja obrigatoria a leitura da Constituição nas mesmas escolas.	MP	MF
365	Decreto nº 02, de novembro de 1891 - Desliga a cadeira de Português da Pedagogia da Escola Normal.	MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1892	ACERVO
366	Lei nº 13, de 21 de março de 1892 - Restabelece o vencimento da escola primaria annexa a Escola Normal.	MP	MF

367	Lei nº 21, de 23 de outubro 1892 - Autoriza o Presidente do Estado a reorganizar a Instrução Pública.	MP	MF	
368	Lei nº 29, de 06 de maio de 1892 - Crea mais três cadeiras de ensino mixto na capital do Estado.	MP	MF	
369	Lei nº 30, de 07 de maio de 1892 - Restabelece a cadeira do sexo masculino da villa do Saboeiro.	MP	MF	
370	Lei nº 35, de 14 de novembro de 1892 - Fixa a receita e orça a despeza do Estado no exercicio de 1893.	MP	MF	
371	Lei nº 34, de 14 de maio de 1892 - Crea uma cadeira de ensino mixto na povoação de Belém.	MP	MF	
372	Lei nº 37, de 18 de maio de 1892 - Crea uma cadeira de ensino mixto na capital do Estado.	MP	MF	
373	Lei nº 38, de 19 de maio de 1892 - Crea uma cadeira do sexo masculino na povoação do Humaytá, do termo de Maria Pereira.	MP	MF	
374	Lei nº 39, de 19 de maio de 1892 - Converte a cadeira de latim da cidade do Aracaty em cadeira do ensino primario.	MP	MF	
375	Lei nº 53, de 15 de junho de 1892 - Crea uma cadeira do ensino mixto na povoação de Campo da Cruz, do termo de São Benedito.	MP	MF	
376	Lei nº 58, de 18 de junho de 1892 - Crea mais uma cadeira de ensino feminino da cidade do Aracaty.	MP	MF	
377	Lei nº 59, de 18 de junho de 1892 - Supprime a 2ª cadeira do sexo feminino da cidade do Aracaty.	MP	MF	
378	Lei nº 60, de 22 de junho de 1892 - Faculta exames vagos de todo o curso da Escola Normal.	MP	MF	
379	Lei nº 21, de 23 de outubro de 1892 - Autoriza o Presidente do Estado a reorganizar a Instrução Publica.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1893	ACERVO	SETOR
380	Decreto nº 48, de 26 de Julho de 1893 - Extingue a Secretaria da Instrução Publica, passando o respectivo serviço para uma secção que organiza na Secretaria do Interior e dá outras providencias (II).	MP	MF	
381	Lei nº 38, de 17 de julho de 1893 - Approva Credito de Tresentos mil reis aberto pelo Presidente do Estado, à verba do § 18 do art. 2º do orçamento vigente.	MP	MF	
382	Lei nº 39, de 17 de julho de 1893 - Abre um credito de quinze contos de réis para despesas com reconstrução de edificios para a Biblioteca e Lyceu.	MP	MF	
383	Lei nº 40, de 17 de julho de 1893 - Approva a aposentadoria da professora Francisca de Mattos Forte.	MP	MF	

384	Lei nº 50, de 29 de julho de 1893 - Restaura a cadeira do ensino primario da villa de Paracurú.	MP	MF	
385	Lei nº 75, de 19 de agosto de 1893 - Crea duas cadeiras de ensino primario.	MP	MF	
386	Lei nº 82, de 30 de agosto de 1893 - Restaura a cadeira do ensino primario do sexo masculino da povoação de (ilegível).	MP	MF	
387	Lei nº 99, de 14 de setembro de 1893 - Crea diversas cadeiras de ensino primario.	MP	MF	
388	Lei nº 103, de 16 de setembro de 1893 - Fixa os vencimentos dos professores da cadeia publica desta capital.	MP	MF	
389	Lei nº 106, de 16 de setembro de 1893 - Crea uma cadeira primaria do sexo masculino e uma agencia fiscal no lugar do municipio de Aracaty.	MP	MF	
390	Lei nº 112, de 22 de setembro de 1893 - Concede ao tabelião publico do termo de Jaguaribe-mirim José Bernardo Bezerra de Menezes um anno de licença, e a professora pública da cidade do Crato, Raymunda Guedes Teixeira, quatro mezes, com ordenado.	MP	MF	
391	Lei nº 113, de 22 de setembro de 1893 - Autoriza o Presidente do Estado a mandar pagar ao professor da extinta cadeira de latim de São Bernardo das Russas, o que o Estado se achar a dever-lhe de aluguel da casa em que funcionou a referida escola.	MP	MF	
392	Lei nº 117, de 07 de outubro de 1893 - Fixa a despeza e orça a receita do Estado no exercicio de 1894.	MP	MF	
393	Lei nº 118, de 07 de outubro de 1893 - Considera sem effeito o acto de 11 de novembro de 1891 que aposentou o professor primario Antonio Jayme de Alencar Araripe e manda que o mesmo funcionario reverta a actividade.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1894	ACERVO	SETOR
394	Lei nº 128, de 10 de agosto de 1894 - Concede um anno de licença com ordenado ao professor publico primario de Canindé Raymundo Eugênio de Souza.	MP	MF	
395	Lei nº 139, de 22 de agosto de 1894 - Converte em cadeira do sexo feminino a do ensino mixto da cidade do Aracaty.	MP	MF	
396	Lei nº 151, de 04 de setembro de 1894 - Amplia a competencia dos inspectores escolares para o provimento interino de cadeiras do ensino primario.	AL	AG	
397	Lei nº 170, de 13 de outubro de 1894 - Approva a aposentadoria da professora do ensino primario Maria Ibiapina de Carvalho.	MP	MF	
398	Lei nº 182, de 17 de outubro de 1894 - Converte em cadeira do sexo	MP	MF	

	masculino as do ensino mixto existente nas povoações de Santa Cruz e de Goyaninha.		
399	Lei nº 186, de 17 de setembro de 1894 - Reconhece as professoras Anna Eponina de Lima Sobreira e Iphigenia Amaral o direito de contar como exercicio de professora de 2ª categoria para o effeito de acesso á primeira, o tempo que tem de affectivo exercicio como adjunto da 1ª e 4ª cadeira da capital.	MP	MF
400	Lei nº 190, de 20 de setembro de 1894 - Concede seis mezes de licença, com ordenado, a professora do ensino mixto da villa de Guarany - Marta Monica da Conceição.	MP	MF
401	Lei nº 193, de 05 de outubro de 1894 - Fixa a despeza e orça a receita do Estado no exercicio de 1895.	AL	AG
Nº	EMENTA	Ano: 1895	ACERVO SETOR
402	Lei nº 200, de 24 de julho de 1895 - Concede licença ao professor da 2ª cadeira da cidade de Aracaty.	MP	MF
403	Lei nº 203, de 26 de julho de 1895 - Autoriza despezas com reparo do predio da escola publica da praça Figueira de Mello.	MP	MF
404	Lei nº 206, de 26 de julho de 1895 - Autoriza despeza com a desapropriação das casas adjacentes ao Lyceu Cearense, a Bibliotheca Publica e a face occidental da praça General Tibúrcio.	MP	MF
405	Lei nº 223, de 23 de agosto de 1895 - Concede licença ao professor da cidade de Baturité Raymundo Joaquim da Silva Vianna.	MP	MF
406	Lei nº 235, de 03 de setembro de 1895 - Converte em cadeira do ensino mixto do sexo masculino da cidade de Pereiro e funde em uma só daquele ensino as duas existentes na povoação do Retiro.	MP	MF
407	Lei nº 244, de 06 de setembro de 1895 - Concede licença á professora da villa da Aquiraz, Emília Nepomuceno.	MP	MF
408	Lei nº 246, de 13 de setembro 1895 - Transfere para a povoação do Mondubim a cadeira do ensino mixto da povoação de California.	MP	MF
409	Lei nº 256, de 18 de setembro 1895 - Concede licença ao professor publico da cidade da União José Casimiro Delgado Perdigão.	MP	MF
410	Lei nº 260, de 20 de setembro de 1895 - Transfere diversas cadeiras do ensino primaria.	MP	MF
411	Lei nº 262, de 21 de setembro de 1895 - Da nova tabella regulando o aluguel de casas para escolas e o respectivo expediente.	MP	MF
412	Lei nº 263, de 21 de setembro de 1895 - Approva a jubilação dos professores Amália Joaquina de Moraes e castro e Rodolpho Rodrigues Leite.	MP	MF
413	Lei nº 268, de 30 de setembro de 1895 - Declara as vantagens dos professores da Escola Normal nos cassos de substituição.	MP	MF

414	Lei nº 270, de 30 de setembro de 1895 - Transfere para a povoação de São Bento d' Amontada a cadeira do sexo feminino da povoação de Pitombeiras.	MP	MF	
415	Lei nº 273, de 30 de setembro de 1895 - Approva, com algumas modificações, os actos que reformaram o regulamento do Lyceu cearense.	MP	MF	
416	Lei nº 279, de 1º de novembro de 1895 - Fixa a despesa e orça a receita do Estado no exercicio de 1896.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1896	ACERVO	SETOR
417	Lei nº 280, de 23 de julho de 1896 - Approva a aposentadoria da professora publica desta capital Urçula Maria da Guerra Passos.	MP	MF	
418	Lei nº 285, de 30 de julho de 1896 - Autoriza a reforma da instrucção publica primaria, normal e secundaria.	MP	MF	
419	Lei nº 292, de 03 de agosto de 1896 - Concede licença á professora publica de campo Grande.	MP	MF	
420	Lei nº 303, de 21 de agosto de 1896 - Concede licença á professora Josepha Olympia de Oliveira Veras.	MP	MF	
421	Lei nº 327, de 02 de setembro de 1896 - Autoriza o pagamento de vencimento de 20 de 4 a 3 de 5/1894 ao professor de francez do Lyceu padre Justino Domingues da Silva.	MP	MF	
422	Lei nº 343, de 25 de setembro de 1896 - Fixa a despesa e orça a receita ao exercicio de 1897.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1897	ACERVO	SETOR
423	Lei nº 344, de 22 de julho de 1897 - Prorroga a licença em que se acha a professora D. Maria Felicia Barreto.	MP	MF	
424	Lei nº 348, de 24 de julho de 1897 - Crea diversas cadeiras do ensino primario.	MP	MF	
425	Lei nº 349, de 24 de julho de 1897 - Approva a aposentadoria de duas professoras.	MP	MF	
426	Lei nº 359, de 03 de agosto de 1897 - Crea duas cadeira de ensino primario.	MP	MF	
427	Lei nº 378, de 03 de setembro de 1897 - Crea onze cadeiras de ensino primario.	MP	MF	
428	Lei nº 382, de 11 de setembro de 1897 - Crea cadeira de ensino primario nas provações de Macapá e Varzea Formosa.	MP	MF	
429	Lei nº 383, de 11 de setembro de 1897 - Crea cadeira do ensino primario nas provações de Mulungu e Marmaz.	MP	MF	

430	Lei nº 385, de 11 de setembro de 1897 - Concede licença á professora da povoação de Mondubim.	MP	MF	
431	Lei nº 393, de 25 de setembro de 1897 - Concede licença á professora da povoação de Guayuba Antonia de Cacho da Silva.	MP	MF	
432	Lei nº 401, de 27 de setembro de 1897 - Approva á aposentadoria do professor de Boa Viagem José Antonio da Paixão.	MP	MF	
433	Lei nº 404, de 27 de setembro de 1897 - Crea cadeira do ensino primario nas povoações de Paripueira, Caiçara e Lagoinha.	MP	MF	
434	Lei nº 410, de 28 de setembro de 1897 - Melhora os vencimentos de antiguidade do professor aposentado cônego João Francisco Pinheiro.	MP	MF	
435	Lei nº 412, de 28 de setembro de 1897 - Manda contar para todos os efeitos, o tempo de serviço prestados por Joaquim Floriano Delgado Perdição como professor.	MP	MF	
436	Lei nº 415, de 28 de setembro de 1897 - Approva a aposentadoria da professora Anna Carolina de Souza Muniz.	MP	MF	
437	Lei nº 416, de 28 de setembro de 1897 - Approva a aposetadoria da professora Senhoria Sarmiento Caminha.	MP	MF	
438	Lei nº 431, de 30 de setembro de 1897 - Reconhece ao professor aposentado José Prisco Rodrigues Lima, o direito á percepção do ordenado ao 1º de junho de 1891 a 30 de abril ultimo.	MP	MF	
439	Lei nº 433, de 18 de setembro de 1897 - Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o exercicio de 1898.	MP	MF	
440	Lei nº 409, de 28 de setembro de 1897 - Regula os vencimentos de diversos funcionarios publicos.	MP	MF	
441	Lei nº 418, de 29 de setembro de 1897 - Approva despesas efetuadas para conta do orçamento de 1896 e suppre diversos creditos de orçamento vigente.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1898	ACERVO	SETOR
442	Lei nº 513, de 31 de outubro de 1898 - Modifica diversos antigos do Regulamento da Escola Normal.	MP	MF	
443	Lei nº 518, de 31 de outubro de 1898 - Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o exercicio de 1899.	MP	MF	
444	Lei nº 922, de 11 de julho de 1898 - Autoriza a reforma da Escola Normal.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1899	ACERVO	SETOR
445	Leis do Estado do Ceará do Anno de 1899 - Instrucção Publica (despesas).	MP	MF	
446	Lei nº 344, de 14 de agosto de 1899 - Crêa-se uma escola de	MP	MF	

	commercio.		
447	Lei nº 511, de 10 de agosto de 1899 - Autoriza diversas aposentadorias.	MP	MF
448	Lei nº 532, de 29 de julho de 1899 - Crêa uma cadeira de ensino primario na cadeia d'esta cidade.	MP	MF
449	Lei nº 533, de 31 de julho de 1899 - Autoriza a suppresão de cadeira do ensino primario que não tiver determinada frequencia.	MP	MF
450	Lei nº 536, de 31 de julho de 1899 - Converte o ensino de diversas cadeiras de instrucção primaria e restaura e crêa outras.	MP	MF
451	Lei nº 539, de 09 de agosto de 1899 - Concede licença a diversos funcionarios.	MP	MF
452	Lei nº 544, de 14 de agosto 1899 - Crêa uma escola de commercio.	MP	MF
453	Lei nº 548, de 23 de agosto 1899 - Crêa diversas cadeiras do ensino primario.	MP	MF
454	Lei nº 551, de 25 de agosto de 1899 - Approva a concessão de diversas aposentadorias.	MP	MF
455	Lei nº 553, de 25 de agosto de 1899 - Concede licença a diversos empregados.	MP	MF
456	Lei nº 555, de 29 de agosto de 1899 - Autoriza o pagamento de vencimento de determinado periodo ao professor inteirino da povoação de Butity.	MP	MF
457	Lei nº 560, de 30 de agosto de 1899 - Elleva os vencimentos dos professores das cadeiras supplementares do Lyceu e das professoras adjuntas da Escola Nomal.	MP	MF
458	Lei nº 563, de 31 de agosto 1899 - Approva e autoriza aposentadoria e reforma.	MP	MF
459	Lei nº 570, de 31 de agosto de 1899 - Crêa e converte diversas cadeiras do ensino primario.	MP	MF
460	Lei nº 574, de 31 de agosto de 1899 - Fixa a despeza e orça a receita para o exercicio de 1900.	MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1900	ACERVO SETOR
461	Lei nº 577, de 07 de julho de 1900 - Autoriza a transferencia e suppresão de cadeira do ensino primario.	MP	MF
462	Lei nº 585, de 19 de julho de 1900 - Concede licença a diversos empregados.	MP	MF
463	Lei nº 590, de 24 de julho de 1900 - Dispõe sobre os vencimentos dos professores supplementares do Lyceu.	MP	MF
464	Lei nº 593, de 27 de julho de 1900 - Approva diversas reformas e	MP	MF

	aposentadorias.		
465	Lei nº 597, de 03 de agosto de 1900 - Autoriza a extinsão da Escola de Commercio.	MP	MF
466	Lei nº 612, de 16 de agosto de 1900 - Concede diversas licenças.	MP	MF
467	Lei nº 629, de 27 de agosto de 1900 – Concede diversas licenças.	MP	MF
468	Lei nº 634, de 31 de agosto de 1900 - Declara entender-se com ordenado a licença concedida ao professor Patricio Alves de Lima Filho.	MP	MF
469	Lei nº 635, de 02 de outubro de 1900 - Fixa a despeza e orça a receita do Estado no exercicio de 1901.	MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1901	ACERVO SETOR
470	Lei nº 590, de 24 de Junho de 1901 - Dispõe sobre os vencimentos dos professores supplementares do Lyceu.	MP	MF
471	Lei nº 638, de 18 de julho de 1901 - Concede diversas licenças.	MP	MF
472	Lei nº 635, de 02 de Outubro de 1901 - Fixa a despeza e orça a receita do Estado.	MP	MF
473	Lei nº 647, de 1º de agosto de 1901 - Autoriza o pagamento dos reparos feitos no predio estadual em que funciona a escola do sexo masculino da Vila do Aquiraz.	MP	MF
474	Lei nº 648, de 1º de agosto de 1901 - Concede diversas licenças.	MP	MF
475	Lei nº 658, de 22 de agosto de 1901 - Autorisa a abertura de credito para ocorrer as despesas com a publicação de um compendio de Arithmetica e com a reorganisação do Gabinete de Physica, Chimica e Historia Natural do Lyceu.	MP	MF
476	Lei nº 662, de 26 de agosto de 1901 - Concede licença á professora da Escola Normal D. Maria Esther da Silva Pamplona.	MP	MF
477	Lei nº 669, de 30 de agosto de 1901 - Concede diversas licenças.	MP	MF
478	Lei nº 676, de 04 de setembro de 1901 - Concede licença a uma professora.	MP	MF
479	Lei nº 681, de 1º de outubro de 1901 - Fixa a despeza e orça a receita do Estado p' o exercicio de 1902.	MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1902	ACERVO SETOR
480	Lei nº 682, de 22 de julho de 1902 - Isenta de impostos prediaes e de industria e profissão os dedios que forem adquiridos para escolasde meninos desvalidos.	MP	MF
481	Lei nº 685, de 23 de julho de 1902 - Faz applicavel o direito de gratificação de antiguidade aos empregados administrativos da Escola Normal e da Junta Comercial.	AL	AG

482	Lei nº 695, de 22 de agosto de 1902 - Concede licença a diversos funcionarios.	MP	MF	
483	Lei nº 700, de 29 de agosto de 1902 - Concede licença ao professor de S. Matheus e ao porteiro da Biblioteca do Estado.	AL	AG	
484	Lei nº 703, de 02 de setembro de 1902 - Autorisa a fundação de uma escola de agronomia.	AL	AG	
485	Lei nº 708, de 09 de outubro de 1902 - Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o exercicio de 1903.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1903	ACERVO	SETOR
486	Lei nº 682, de 22 de julho de 1903 - Isenta de impostos prediaes e de industria e profissão os predios que forem adquiridos para escolas de meninos desvalidos.	MP	MF	
487	Lei nº 695, de 22 de agosto de 1903 - Concede licença a diversos funcionarios.	MP	MF	
488	Lei nº 708, de 09 de outubro de 1903 - Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o exercicio de 1903.	MP	MF	
489	Lei nº 717, de 08 de agosto de 1903 - Autorisa a avocação por parte do Estado, da Faculdade Livre de Direito instituida n'esta capital.	AL	AG	
490	Lei nº 718, de 10 de agosto de 1903 - Adopta como livro de leitura nas escollas primarias o cathecismo da diocese.	AL	AG	
491	Lei nº 729, de 02 de agosto de 1903 - Regula a accumulção das funcções de lente da Faculdade Livre de Direito	AL	AG	
492	Lei nº 730, de 30 de agosto de 1903 - Autoriza a reforma do Lyceu, Escolla Normal e Curso Comercial e dispõe sobre os cargos de docentes e administrativos da Faculdade de Direito.	AL	AG	
493	Lei nº 742, de 02 de setembro de 1903 - Computa ao official da Secretaria da Escola Normal Justiniano Ferreira de Freitas Ramos o tempo em que serviu na Guerra do Paraguay.	AL	AG	
Nº	EMENTA	Ano: 1904	ACERVO	SETOR
494	Lei nº 747, de 26 de julho de 1904 - Concede licença a um lente da faculdade de Direito.	MP	MF	
495	Lei nº 748, de 16 de julho de 1904 - Autorisa a reforma do Lyceu, da Escola Normal, das Secretarias de estado e repartições subordinadas.	MP	MF	
496	Lei nº 749, de 26 de julho de 1904 - Anexa a Biblioteca Pública á Faculdade de Direito.	MP	MF	
497	Lei nº 750, de 26 de julho de 1904 - Concede licença a um professor do Lyceu.	MP	MF	
498	Lei nº 752, de 29 de julho de 1904 - Autoriza a extinsão da Escola de	MP	MF	

	Commercio.		
499	Lei nº 754, de 29 de julho de 1904 - Autoriza a reforma da Instrução Publica Primaria.	MP	MF
500	Lei nº 757, de 05 de agosto de 1904 - Concede licença ao professor suplementar da cadeira de latim do Lyceu.	MP	MF
501	Lei nº 763, de 12 de agosto de 1904 - Concede licença ao professor de São Matheus.	MP	MF
502	Lei nº 769, de 22 de agosto de 1904 - Concede licença as professoras de Bananeiras, Sucatinga e União.	MP	MF
503	Lei nº 771, de 22 de agosto de 1904 - Concede licença a diversos professores.	MP	MF
504	Lei nº 774, de 25 de agosto de 1904 - Concede diversas licenças.	MP	MF
505	Lei nº 778, de 27 de agosto de 1904 - Concede licença á professora da cidade de Barbalha e ao promotor de Baturité.	MP	MF
506	Lei nº 779, de 30 de agosto de 1904 - Concede diversas licenças.	MP	MF
507	Lei nº 783, de 31 de agosto de 1904 - Concede licença ao professor de arithimetica da Escola Normal.	MP	MF
508	Lei nº 784, de 31 de agosto de 1904 - Computa tempo de serviço a professora d. Candida Tavares da Glória Mendes.	MP	MF
509	Lei nº 785, de 14 de setembro de 1904 - Orça a receita e fixa a despeza do Estado para o exercicio de 1905.	MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1905	ACERVO
510	Regulamento da Instrução Primária do Estado do Ceará 1905 - Expedido em 13 de março de 1905, Pelo Presidente Exmo. Sr. Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly.	MP	MF
511	Lei nº 786, de 27 de julho de 1905 - Concede licença de professores.	AL	AG
512	Lei nº 795, de 07 de agosto de 1905 - Concede licença de professores.	AL	AG
513	Lei nº 796, de 08 de agosto de 1905 - Reconhece a um professor da Escola Normal o direito á gratificação de antiguidade.	AL	AG
514	Lei nº 811, de 29 de agosto de 1905 - Computa ao professor do Lyceu Francisco Borges de Moura o tempo em que exerceu inteiramente o cargo.	AL	AG
515	Lei nº 818, de 02 de setembro de 1905 - Approva aposentadoria de professores.	AL	AG
516	Lei nº 820, de 05 de agosto de 1905 - Reconhece á professora da Escola Normal d. Raymunda Cândida Nonnato o direito á gratificação de antiguidade.	AL	AG

517	Lei nº 825, de 13 de agosto de 1905 - Approva diversas aposentadorias e declara o nome do professor aposentado da cadeira da União.	AL	AG
518	Lei nº 831, de 20 de agosto de 1905 - Approva a aposentadoria da professora Filomena de Alencar Freitas.	AL	AG
Nº	EMENTA	Ano: 1906	ACERVO SETOR
519	Lei nº 838, de 18 de julho de 1906 - Concede diversas licenças.	MP	MF
520	Lei nº 840, de 20 de julho de 1906 - Approva aposentadoria de um professor do ensino primario.	AL	AG
521	Lei nº 843, de 21 de julho de 1906 - Concede licença a professores.	AL	AG
522	Lei nº 844, de 21 de julho de 1906 - Concede diversas licenças.	MP	AG
523	Lei nº 845, de 24 de julho 1906 - Autoriza a compra ou construção d'um predio destinado á Faculdade Livre de Direito do Estado.	AL	AG
524	Lei nº 846, de 27 de julho de 1906 - Autorisa a concessão de um premio ao alumno que complementar o curso da Faculdade Livre de Direito com o maior numero de notas distinctas.	AL	AG
525	Lei nº 849, de 1º de agosto de 1906 - Approva aposentadoria de professores.	AL	AG
526	Lei nº 854, de 07 de julho de 1906 - Concede licença a professores.	AL	AG
527	Lei nº 860, de 21 de julho de 1906 - Approva aposentadoria de professor primario.	AL	AG
528	Lei nº 863, de 25 de julho de 1906 - Concede licença de professores.	AL	AG
529	Lei nº 864, de 27 de julho de 1906 - Crea e restaura diversas cadeiras do ensino primario.	AL	AG
530	Lei nº 870, de 30 de agosto de 1906 - Autoriza a despeza com a restauração do gabinete de Physica e Chimica e Ciencias Naturaes do Lyceu.	MP	MF
531	Lei nº 871, de 30 de julho de 1906 - Approva a aposentadoria de um professor do ensino primario.	AL	AG
532	Lei nº 874, de 31 de julho de 1906 - Melhora a aposentadoria do professor Vicente José da Costa.	AL	AG
533	Lei nº 876, de 20 de setembro de 1906 - Fixa a despeza e orça a receita do Estado para o exercicio de 1907.	MP	MF
534	Lei nº 864, de 27 de agosto de 1906 - Crea e restaura diversas cadeiras do ensino primario.	MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1907	ACERVO SETOR

535	Regimento dos Grupos Escolares do Estado do Ceará - 1907	MP	OR
536	Lei nº 880, de 15 de julho de 1907 - Autoriza a reformar o regimento da Escola Normal.	MP	MF
537	Lei nº 881, de 18 de julho de 1907 - Approva diversas aposentadorias.	MP	MF
538	Lei nº 885, de 22 de julho de 1907 - Autoriza a reformar o regimento do Lyceu.	MP	MF
539	Lei nº 887, de 24 de julho de 1907 - Concede diversas licenças.	MP	MF
540	Lei nº 888, de 26 de julho de 1907 - Approva a aposentadoria de uma professora.	MP	MF
541	Lei nº 889, de 27 de julho de 1907 - Conta tempo de serviços e aoutoriza duas aposentadorias.	MP	MF
542	Lei nº 890, de 27 de julho de 1907 - Autoriza a criação de uma escola de artes e officios.	MP	MF
543	Lei nº 897, de 07 de agosto de 1907 - Approva a aposentadoria da professora de Canindé.	MP	MF
544	Lei nº 900, de 09 de agosto de 1907 - Concede diversas licenças.	MP	MF
545	Lei nº 902, de 14 de agosto de 1907 - Autoriza a compra ou construcção de um predio para instalação de outro grupo escolar.	MP	MF
546	Lei nº 904, de 14 de agosto de 1907 - Approva diversas aposentadorias.	MP	MF
547	Lei nº 905, de 20 de agosto de 1907 - Autoriza a aposentadoria de uma professora.	MP	MF
548	Lei nº 906, de 20 de agosto de 1907 - Crêa e restaura diversas cadeiras de ensino mixto.	MP	MF
549	Lei nº 908, de 20 de agosto de 1907 - Concede diversas licenças.	MP	MF
550	Lei nº 910, de 21 de agosto de 1907 - Autoriza a abertura de credito para ocorrer ao pagamento de vantagens.	MP	MF
551	Lei nº 912, de 23 de agosto de 1907 - Approva duas aposentadorias.	MP	MF
552	Lei nº 917, de 27 de agosto de 1907 - Approva a aposentadoria de uma professora.	MP	MF
553	Lei nº 918, de 28 de agosto de 1907 - Approva diversas aposentadorias.	MP	MF
554	Lei nº 919, de 31 de agosto de 1907 - Crêa cadeira de ensino mixto nas povoações do Cruzeiro e S. Lourenço.	MP	MF
555	Lei nº 921, de 25 de setembro de 1907 - Fixa a despeza e orça a receita do Estado para o exercicio de 1908.	MP	MF

556	Lei nº 920, de 29 de setembro de 1907 - Approva duas aposentadorias.	MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1908	ACERVO
557	Lei nº 922, de 11 de julho de 1908 - Autoriza a reforma da Escola Normal.	AL	AG
558	Lei nº 925, de 16 de julho de 1908 - Approva a aposentadoria de professores.	AL	AG
559	Lei nº 926, de 22 de julho de 1908 - Concede licença de professores.	AL	AG
560	Lei nº 929, de 28 de julho de 1908 - Approva aposentadoria de professores.	AL	AG
561	Lei nº 939, de 11 de agosto de 1908 - Computa ao lente de latim do Lyceu diversos periodos para effeito de aposentadoria.	AL	AG
562	Lei nº 940, de 12 de agosto de 1908 - Approva aposentadoria de uma professora.	AL	AG
563	Lei nº 945, de 14 de agosto de 1908 - Approva aposentadoria de professores.	AL	AG
564	Lei nº 957, de 28 de agosto de 1908 - Crea cadeiras de ensino mixto em diversos arraiaes e povoações.	AL	AG
565	Lei nº 959, de 31 de agosto de 1908 - Concede licença de professores.	AL	AG
566	Lei nº 963, de 30 de setembro de 1908 - Fixa a despeza e orça a receita do exercicio de 1909.	MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1909	ACERVO
567	Lei nº 968, de 22 de julho de 1909 - Concede licença de professores.	AL	AG
568	Lei nº 969, de 22 de julho de 1909 - Approva aposentadoria de professores.	AL	AG
569	Lei nº 974, de 07 de agosto de 1909 - Concede licença de professores.	AL	AG
570	Lei nº 975, de 09 de agosto de 1909 - Approva a aposentadoria do professor de União.	MP	MF
571	Lei nº 978, de 13 de agosto de 1909 - Computa diversos periodos aos professores de Geometria e Trigonometria do Lyceu.	AL	AG
572	Lei nº 990, de 31 de agosto de 1909 - Approva aposentadoria de professores.	AL	AG
573	Lei nº 991, de 04 de setembro de 1909 - Fixa a despeza e orça a receita do Estado para o anno de 1910.	MP	MF

Nº	EMENTA	Ano: 1910	ACERVO	SETOR
574	Lei nº 994, de 16 de julho de 1910-	Approva duas aposentadorias.	MP	MF
575	Lei nº 999, de 30 de julho de 1910 -	Concede diversas licenças.	MP	MF
576	Lei nº 1.016, de 1º de setembro de 1910 -	Conta tempo de serviço dos lentes da Faculdade de Livre de Direito para efeito de aposentadoria e percepção de gratificação por antiguidade.	MP	MF
577	Lei nº 1.019, de 1º de setembro de 1910 -	Concede diversas licenças.	MP	MF
578	Lei nº 1.021 de 10 de setembro de 1910 -	Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o exercicio de 1911.	MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1911	ACERVO	SETOR
579	Lei nº 1.023, de 17 de julho de 1911 -	Autoriza a concessão de aposentadoria, com todas as vantagens aos funcionarios qua contarem mais de trinta annos de affectivo exercicio.	MP	MF
580	Lei nº 1.024, de 19 de julho de 1911 -	Concede diversas licenças.	MP	MF
581	Lei nº 1.025, de 20 de julho de 1911 -	Computa tempo de serviço a diversos finccionarios.	MP	MF
582	Lei nº 1.035, de 28 de julho de 1911 -	Declara vitalicio os professores do Lyceu que posteriormente ao Regimento de 5 de maio de 1905, foram transferidos de cadeiras supplementares para os cargos cathedrauticos.	MP	MF
583	Lei nº 1042, de 09 de agosto de 1911 -	Autoriza a reforma da Faculdade Livre de Direito.	MP	MF
584	Lei nº 1.045, de 12 de agosto de 1911 -	Concede diversas licenças.	MP	MF
585	Lei nº 1.066, de 30 de agosto de 1911 -	Autoriza a abertura de credito para o pagamento de vencimento que competem a professora Generosa Pedrosa Moreira Colares.	MP	MF
586	Lei nº 1.068, de 30 de agosto de 1911 -	Concede diversas licenças.	MP	MF
587	Lei nº 1.069, de 31 de agosto de 1911 -	Approva diversas aposentadorias, jubilações e uma reforma.	MP	MF
588	Lei nº 1.073, de 28 de setembro de 1911 -	Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o exercicio de 1912.	MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1913	ACERVO	SETOR
589	Lei nº 1.075, de 26 de março de 1913 -	Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o exercicio de 1913.	MP	MF
590	Lei nº 1.078, de 26 de março de 1913 -	Restabelece a Escola do Commercio.	MP	MF

591	Lei nº 1.097, de 13 de agosto de 1913 - Abre um credito de cinquenta contos e seiscentos mil réis (50:600\$000).	MP	MF
592	Lei nº 1.103, de 20 de agosto de 1913 - Autoriza a reverter ao magisterio uma professora.	AL	AG
593	Lei nº 1.138, de 22 de setembro de 1913 - Approva a jubilação de um professor da Escola Normal.	AL	AG
594	Lei nº 1.142, de 22 de setembro de 1913 - Computa tempo de serviço para a aposentadoria de um professor publico.	MP	MF
595	Lei nº 1.145, de 23 de setembro de 1913 - Crea a cadeira de ensino mixto em diversas localidades.	AL	AG
596	Lei nº 1.147, de 23 de setembro de 1913 - Manda contar tempo de serviço a uma professora.	MP	MF
597	Lei nº 1.149, de 24 de setembro de 1913 - Autoriza a reforma do regulamento do Lyceu.	AL	AG
598	Lei nº 1.150, de 24 de setembro de 1913 - Autoriza a expedir novo regulamento para Faculdade de Direito.	AL	AG
599	Lei nº 1.156, de 30 de setembro de 1913- Dá nova classificação às escolas de ensino primario.	AL	AG
600	Lei nº 1.157, de 30 de setembro de 1913 - Approva uma aposentadoria.	MP	MF
601	Lei nº 1.169, de 03 de outubro de 1913 - Institui o imposto denominado Taxa Escolar.	MP	MF
602	Lei nº 1.170, de 03 de outubro de 1913- Fixa a despeza e orça a receita do Estado para o exercício de 1914.	MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1914	ACERVO
603	Lei nº 1.180, de 23 de julho de 1914 - Concede licença a um professor da Faculdade de Direito.	MP	MF
604	Lei nº 1.200, de 11 de agosto de 1914 - Converte o ensino de uma cadeira e crea diversas cadeiras do ensino primario.	MP	MF
605	Lei nº 1.203, de 17 de agosto de 1914 - Autorisa o Presidente a reintegrar nos respectivos cargos tres professoras.	MP	MF
606	Lei nº 1.208, de 19 de agosto de 1914 - Abre credito suplementar para occorrer as despesas com treze cadeiras do ensino primario e cinco cursos nocturnos instituidos por actos do Interventor Federal.	MP	MF
607	Lei nº 1.211, de 21 de agosto de 1914 - Declara effectivos os professores da Faculdade de Direito.	MP	MF

608	Lei nº 1.213, de 21 de agosto de 1914 - Sujeita a contribuição annual de 10\$000, 5\$000 e 3\$000 todo o chefe de familia que não tiver os seus filhos, que ainda não saibam ler e escrever matriculados em qualquer escola publica ou particular.	MP	MF	
609	Lei nº 1.216, de 25 de agosto de 1914 - Crea mais um lugar de professora na Escola de Applicaçãõ annexa a Escola Normal.	MP	MF	
610	Lei nº 1.226, de 27 de agosto de 1914 - Crea imposto sobre os vencimentos dos funcçionarios publicos.	MP	MF	
611	Lei nº 1.232, de 09 de setembro de 1914 - Autoriza a fazer reverter ao magisterio uma professora do ensino primario.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1915	ACERVO	SETOR
612	Lei nº 1.242, de 07 de junho de 1915 - Computa tempo de serviço a um professor da Faculdade de Direito do Estado.	MP	MF	
613	Lei nº 1.247, de 09 de junho de 1915 - Autoriza o Presidente do Estado a rever a aposentadoria de dois professores publico.	MP	MF	
614	Lei nº 1.248, de 15 de julho de 1915 - Autoriza o Presidente do Estado a reformar a Faculdade de Direito e o Lyceu do Ceará.	MP	MF	
615	Lei nº 1.263, de 06 de agosto de 1915 - Approva diversas aposentadorias e jubilações.	MP	MF	
616	Lei nº 1.275, de 24 de agosto de 1915 - Concede um anno de licença a professora Maria de Lourdes Ramos.	MP	MF	
617	Lei nº 1.280, de 25 de agosto de 1915 - Concede uma gratificação adicional de 25% a todos os funcçionarios publicos do Estado que completarem vinte e cinco annos de serviço effetivo e contar no exercicio do cargo.	MP	MF	
618	Lei nº 1.287, de 31 de agosto de 1915 - Crea diversas cadeiras de ensino primario.	MP	MF	
619	Lei nº 1.295, de 31 de agosto de 1915 - Crea na Colonia Christina uma escola destinada ao ensino da agricultura e pecuaria.	MP	MF	
620	Lei nº 1.298, de 31 de agosto de 1915 - Autoriza a jubilação de três professoras do ensino primario.	MP	MF	
621	Lei nº 1.300, de 31 de agosto de 1915 - Concede diversas licenças.	MP	MF	
622	Lei nº 1.305, de 05 de setembro de 1915 - Crea na capital mais um Grupo Escolar, um lugar de Inspector de alumnos em cada Grupo Escola e quinze cadeiras do ensino primario de quarta categoria.	MP	MF	
623	Lei nº 1.306, de 05 de setembro de 1915 - Autoriza o Presidente do Estado a subvencionar, annualmente, até a quantia de 10:000\$, a Escola de Commercio mantida pela Sociedade Phenix Caixerai.	MP	MF	

624	Lei nº 1.309, de 06 de setembro de 1915 - Mantem os artigos 52 do regulamento das três secretarias, 175 do Regulamento do Lyceu e 75 do regimento da Escola Normal.	MP	MF	
625	Lei nº 1.310, de 06 de setembro de 1915 - Fixa a despesa e orça a receita do Estado do Ceará, para o exercicio de 1916.	MP	MF	
626	Regimento Interno das Escolas Publicas do Ensino Primario – 1915	MP	OR	
Nº	EMENTA	Ano: 1916	ACERVO	SETOR
627	Lei nº 1.312, de 11 de julho de 1916 - Approva o regulamento da Faculdade de Direito expedido pelo Presidente do Estado em 2 de Setembro de 1915.	AL	AG	
628	Lei nº 1.313, de 11 de julho de 1916 - Crea uma cadeira do ensino primario na cidade de Maranguape.	AL	AG	
629	Lei nº 1.314, de 11 de julho de 1916 - Considera subsistente para todos os efeitos legaes as nomeações feitas pelo Presidente do Estado para Faculdade de Direito do Estado, de accordo com o regulamento de 2 de Setembro de 1915.	AL	AG	
630	Lei nº 1.317, de 11 de julho de 1916 - Eleva os vencimentos dos professores dos Grupos Escolares da capital e autoriza a agrupar as escolas primarias das demais cidades do Estado.	AL	AG	
631	Lei nº 1.318, de 11 de julho de 1916 - Autoriza o Presidente do Estado a prover independentemente de concurso a cadeira de Francez, actualmente vaga, na Escola Normal.	AL	AG	
632	Lei nº 1.320, de 17 de julho de 1916 - Concede ao professor jubilado Francisco José Garcez dos Santos as vantagens estabelecidas pela lei n. 1023, de 17 de Julho de 1911.	AL	AG	
633	Lei nº 1.321, de 21 de julho de 1916 - Autoriza o Presidente do Estado a abrir os creditos necessarios para pagamento de ordenados a que tiver direito o doutor Eduardo Rocha Salgado, no periodo de 1º de Julho a 27 de Outubro de 1912.	AL	AG	
634	Lei nº 1.322, de 21 de julho de 1916 - Concede diversas licença.	MP	MF	
635	Lei nº 1.323, de 01 de agosto de 1916 - Crea diversas cadeiras do ensino primario.	AL	AG	
636	Lei nº 1.324, de 08 de agosto de 1916 - Fixa os vencimentos das Inspectoras de alumnos do Grupo Escolar da cidade de Maranguape e das demais cidades do Estado.	AL	AG	
637	Lei nº 1.329, de 11 de agosto de 1916 - Concede licença a professores.	AL	AG	
638	Lei nº 1.340, de 21 de agosto de 1916 - Approva aposentadorias de professores.	AL	AG	

639	Lei nº 1.342, de 23 de agosto de 1916 - Approva as aposentadorias concedidas pelo Presidente do Estado ao promotor publico da comarca de Itapipoca e à professora da cadeira de francez da Escola Normal.	AL	AG
640	Lei nº 1.349, de 28 de agosto de 1916 - Autoriza o Presidente do Estado a mandar abonar vencimentos de categorias imediatamente superiores às professoras de 4º, 3º e 2º categorias que provarem respectivamente, ter mais de 10, 15 e 20 annos de serviço activo no magisterio publico.	AL	AG
641	Lei nº 1.357, de 30 de agosto de 1916 - Suspende a execução do Regulamento da Faculdade de Direito do Ceará, expedido em 2 de Setembro de 1915 e manda organizar o Regimento Interno da mesma Faculdade.	MP	MF
642	Lei nº 1.359, de 06 de setembro de 1916 - Fixa os vencimentos das Directoras do Grupo Escolar de Maranguape e das demais cidades do Estado.	AL	AG
643	Lei nº 1.363, de 06 de setembro de 1916 - Concede licença à professora D. Maria de Alencar Santiago.	AL	AG
644	Lei nº 1.371, de 06 de setembro de 1916 - Autoriza o Presidente do Estado a remodelar a Bibliotheca Publica e a instituir o Archivo Publico do Estado como dependencia administrativa da Bibliotheca.	AL	AG
645	Lei nº 1.372, de 06 de setembro de 1916 - Crea uma inspeccoria Geral da Instrucção Publica.	AL	AG
646	Lei nº 1.374, de 14 de setembro de 1916 - Concede a João Souto Maior uma pensão annual de 1:800\$000, para completar sua educação artistica até aos 21 annos de idade.	MP	MF
647	Lei nº 1.375, de 15 de setembro de 1916 - Crea uma inspeccoria Geral da Instrucção Publica.	AL	AG
648	Lei nº 1.383, de 02 de outubro de 1916 - Autoriza o Presidente Estado a crear, annexo a Inspectoria Geral de Instrucção Publica, o serviço de inspeccão escolar regional.	AL	AG
649	Lei nº 1.389, de 02 de outubro de 1916 - Crear diversas cadeiras do ensino primario e restaura a cadeira da povoação de Jequi, do municipio da União.	AL	AG
650	Lei nº 1.391, de 02 de outubro de 1916 - Autoriza o Governo do Estado a reconhecer de utilidade publica a << Faculdade de Pharmacia e Odontologia e curso de Partos do Ceará>>.	MP	MF
651	Lei nº 1.392, de 02 de outubro de 1916 - Crea diversas cadeiras do ensino primario.	AL	AG
652	Lei nº 1.393, de 02 de outubro de 1916 - Concede diversas licenças.	MP	MF
653	Lei nº 1.401, de 02 de outubro de 1916 - Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o exercicio financeiro de 1917.	MP	MF

Nº	EMENTA	Ano: 1917	ACERVO	SETOR
654	Lei nº 1.402, de 18 de agosto de 1917 - Approva as aposentadorias concedidas ao professor da Escola Normal, José de Barcellos, e á professora da cadeira do sexo femininoda cidade de São Bernardo das Russas, de Maria Barreto da Costa Leitão.		MP	MF
655	Lei nº 1.414, de 05 de setembro de 1917 – Autoriza o Presidente do Estado a crear na escola Normal as cadeiras de economia domestica, de dactylographia e stenographia e de gymnastica sueca.		MP	MF
656	Lei nº 1.417, de 05 de setembro de 1917 - Crea duas cadeiras mixtas de ensino primario sendo uma no sitio Cachoeira, municipio do Pereiro, e a outra na povoação de Jacarequara, municipio de Cascavel.		MP	MF
657	Lei nº 1.419, de 05 de setembro de 1917 - Concede licença á professora da villa de Tbjára, d. Octacilia da Paschoa Barreto.		MP	MF
658	Lei nº 1.422, de 05 de setembro de 1917 - Concede licença á professora da povoação de Sebastião de Lacerda, d. Luiza Ferreira de Sá.		MP	MF
659	Lei nº 1.425, de 08 de setembro de 1917 - Restaura as cadeiras do ensino primario de Sacco da Orelha, municipio de Pereiro, e crea outras da mesma natureza.		MP	MF
660	Lei nº 1.526, de 08 de setembro de 1917 - Equipara os vencimentos dos professores cathedaticos da Escola Normal ao dos professores supplementares das cadeiras de Francez, Historia Universal, Portuguez e Arithmetica do mesmo estabelecimento.		MP	MF
661	Lei nº 1.427, de 10 de setembro de 1917 - Autoriza o Presidente do Estado a reformar a Instrucção Publica Primaria e Secundaria, inclusive a Escola Normal.		MP	MF
662	Lei nº 1.439, de 26 de setembro de 1917 - Regula a concessão de licença aos funcionarios do Estado.		MP	MF
663	Decreto nº 1.446, de 29 de setembro de 1917 - Approva com uma modificação, o Regulamento Interno da Faculdade de Direito do Ceará, expedido com o decreto do Poder Esxecutivo n. 71 de 10 de Julho do corrente anno.		MP	MF
664	Lei nº 1.447, de 29 de setembro de 1917 - Approva a jubilação da cadeira de Arithmetica da Escola Normal Dr. Antonio Pinto Nogueira Brandão.		MP	MF
665	Lei nº 1.449, de 29 de setembro de 1917 - Computa tempo de serviço ao Monsenhor Liberato Dynisio da Costa, professora de francez da Escola Normal.		MP	MF
666	Lei nº 1.455, de 02 de outubro de 1917 - Restaura a cadeira do arraial Ipueiras, no municipio do Crato e Campo Grande.		MP	MF

667	Lei nº 1.461, de 02 de outubro de 1917 - Converte em cadeira do sexo masculino e cadeira do sexo feminino as duas mixtas existentes na povoação de Mondubim, no municipio de Parangaba.	MP	MF	
668	Lei nº 1.462, de 02 de outubro de 1917 - Crea duas cadeiras primarias, sendo uma em Cococy e outra em Giqui.	MP	MF	
669	Lei nº 1.463, de 08 de outubro de 1917 - Computa tempo de serviço ao professor da cadeira desta capital Monsenhor Vicente Pinto Teixeira.	MP	MF	
670	Lei nº 1.473, de 19 de outubro de 1917 - Crea diversas cadeiras mixta na povoação da Barra do Sitiá.	MP	MF	
671	Lei nº 1.574, de 19 de outubro de 1917 - Crea diversas cadeiras mixta na povoação da Barra do Sitiá.	MP	MF	
672	Lei nº 1.481, de 19 de outubro de 1917 - Approva diversos actos do Poder Exercutivo, abrindo creditos ao orçamento do corrente anno.	MP	MF	
673	Lei nº 1.495, de 31 de outubro de 1917 - Crea uma cadeira mixta no arraial Humaytá, do municipio de Camocim.	MP	MF	
674	Decreto nº 1.495, de 31 de agosto de 1917 - Concede licença á professora da escola mixta do Cajueiro da Bandeira D. Maria Dantas Ribeiro.	MP	MF	
675	Lei nº 1.498, de 31 de outubro de 1917 - Crea diversas cadeiras mixtas de ensino primario.	MP	MF	
676	Decreto nº 1.501, de 31 de outubro de 1917 - Approva a jubilação da professora da cadeira do sexo masculino da villa de Santa Quitéria, D. Arsenia Augusta de Magalhães.	MP	MF	
677	Lei nº 1.509, de 03 de novembro de 1917 - Dispensa a Ordem dos Maristas do imposto de transmissão relativo ao predio por ella adquirido para o estabelecimento de um collegio de instrucção primaria e secundaria nesta cidade.	MP	MF	
678	Decreto nº 1.513, de 07 de novembro de 1917 - Considera instituição de utilidade publica a Liga Cearense contra o Analfabetismo.	MP	MF	
679	Lei nº 1.516, de 07 de novembro de 1917 - Fixa a despeza e orça a receita do estado para o exercício financeiro de 1918.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1918	ACERVO	SETOR
680	Decreto nº 1.522, de 1º de agosto de 1918 - Concede á professora da aula suplementar de Arithmetica da Escola Normal, d. Betisa de Albuquerque Tavares Vieira, uma licença de cinco mezes, em prorogação.	MP	MF	
681	Decreto nº 1.523, de 1º de agosto de 1918 - Autoriza o Preseidente do Estado a conceder á professora da cadeira mixta da povoação de coqueirinho, do municipio de Itapipoca, d. Maria Laura Gomes	MP	MF	

	Fontenelle, uma licença de quatro mezes, com ordenado.		
682	Lei nº 1.525, de 1º de agosto 1918 - Cria uma cadeira mixta na cidade de Lavras, e suprime, em caso de vaga, a do arraial Rosario, da mesma cidade.	MP	MF
683	Decreto nº 1.534, de 19 de agosto de 1918 - Autoriza o governo a adquirir uma propriedade rural e entrega-la á Escola de Agronomia do Ceará para seu uso e gozo.	MP	MF
684	Decreto nº 1.538, de 19 de agosto de 1918 - Autoriza o Presidente do Estado a rever as aposentadorias das professoras primaria d.d. Maria do Carmo Maia e Achilina Elysa Gomes da Silva.	MP	MF
685	Lei nº 1.543, de 31 de agosto de 1918 - Fixa em 2% o imposto sobre os vencimentos do funcnionalismo publico do Estado.	MP	MF
686	Decreto nº 1.544, de 27 de agosto de 1918 - Autoriza o Presidente do Estado a rever a aposentadoria concedida á professora d. Izabel de Abreu Borges.	MP	MF
687	Lei nº 1.548, de 05 de setembro de 1918 - Cria uma cadeira mixta de ensino primario em cada um dos seguintes logares: - cidade de Cratheús, villa de São Benedicto e povoação de Carcará, no municipio de Senador Pompeu.	MP	MF
688	Decreto nº 1.549, de 06 de setembro de 1918 - Autoriza o Governo a rever as aposentadorias concedidas aos professores Manoel de Jesus Barreto e Balduino de Almeida Cabral da Silveira e as professoras Philomena Maria Libania de Souza Catunda e Maria Oliveira Lima.	MP	MF
689	Decreto nº 1.550, de 06 de setembro de 1918 - Autoriza o Governo a rever aposentadoria, por acto de 15 de Fevereiro de 1905, á professora Florinda Angelica da Sila Viana.	MP	MF
690	Lei nº 1.566, de 21 de setembro de 1918 - Restaura a cadeira mixta do arraial Morroás, no municipio de Tauhá.	MP	MF
691	Lei nº 1.573, de 04 de outubro de 1918 - Cria na povoação Barroso, no municipio de Aquiraz, uma cadeira mixta de ensino primario.	MP	MF
692	Lei nº 1.587, de 14 de outubro de 1918 - Converte em cadeira do sexo masculino e feminino as duas mixtas existentes na cidade de Cascavel e cria mais uma cadeira mixta na mesma cidade.	MP	MF
693	Decreto nº 1.610, de 29 de outubro de 1918 - Restaura a cadeira do ensino primario de Varzea Formosa, no municipio de Ipueiras.	MP	MF
694	Lei nº 1.616, de 19 de outubro de 1918 - Converte uma cadeira do sexo masculino duas cadeiras mixtas e em cadeira do sexo feminino cinco mixtas e cria três cadeiras.	MP	MF

695	Lei nº 1.625, de 29 de outubro de 1918 - Cria uma cadeira mixta de ensino primario na povoação Olho d'Agua do Pitaguary do municipio de Maranguape.	MP	MF	
696	Decreto nº 1.626, de 04 de novembro de 1918 - Approva com modificação, o Regulamento da Escola Normal do Estado do Ceará, expedido com o Decreto do Poder executivo n.150, de 18 de Outubro de 1918.	MP	MF	
697	Lei nº 1.927, de 04 de novembro de 1918 - Cria diversas cadeiras mixtas de ensino primario.	MP	MF	
698	Lei nº 1.929, de 04 de novembro de 1918 - Cria uma cadeira no arraial Pabussú, do municipio de Soure, e outra na villa de Saboeiro e converte a cadeira mixta existente nesta cidade.	MP	MF	
699	Decreto nº 1.630, de 04 de novembro de 1918 - Approva o regulamento dos Cursos Secundarios e Primarios Nocturnos das cidades de Sobral e Crato, baixado pelo Decreto n. 103, de 7 de Março de 1918.	MP	MF	
700	Decreto nº 1635, de 04 de novembro de 1918 - Autoriza o Presidente do Estado a reunir as Escolas Publicas Primarias da capital e das cidades em Grupos Escolar de cinco escolas.	MP	MF	
701	Lei nº 1.638, de 07 de novembro de 1918 - Restaura a cadeira do ensino mixto primario da povoação do Tanque do Meio, do municipio de Acarahú.	MP	MF	
702	Decreto nº 1.639, de 07 de novembro de 1918 - Concede uma pensão annual de 1.800\$000 a José Maria Sampaio, como auxiliar do Estado, para completar sua educação artistica.	MP	MF	
703	Lei nº 1.644, de 08 de novembro de 1918 - Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o exercicio financeiro de 1919.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1919	ACERVO	SETOR
704	Lei nº 1.645, de 30 de julho de 1919 - Fixa em seis contos de réis os vencimentos a que têm direito os professores cathedaticos da Faculdade de Direito, nomeados posteriormente á lei n. 1357, de 30 de Agosto de 1916.	AL	AG	
705	Lei nº 1.647, de 12 de agosto de 1919 - Fixa os vencimentos dos professores substitutos das sete primeiras seções da Faculdade de Direito e estabelece outras providências.	AL	AG	
706	Lei nº 1.651, de 29 de agosto de 1919 - Restabelece as cadeiras de ensino primario do sexo masculino da villa de Varzea Alegre e Santana do Cariry e cria outra igual em Villa de Laranjeiras.	AL	AG	
707	Lei nº 1.952, de 29 de agosto de 1919 - Concede respectivamente seis mezes de licença com ordenado, as professoras d. Edith Dinoá Costa, do 5º Grupo Escolar desta capital e d. Maria Leão, da povoação do Charito.	AL	AG	

708	Lei nº 1.661, de 15 de setembro de 1919 - Autorisa o Presidente do Estado, em época de calamidade publica, a conceder disponibilidade aos professores primarios, ou addilos á cadeira primaria das cidades mais próximas do local do seu exercicio.	AL	AG
709	Lei nº 1.672, de 26 de setembro de 1919 - Crea diversas cadeiras mixtas de ensino primario.	AL	AG
710	Lei nº 1.680 de 30 de setembro de 1919 - Eleva a cathegoria de servente-correios com os mesmos vencimentos e vantagens dos demais serventes-correios das Secreatrias do Estado e os actuaes serventes-correios da Junta Comercial e Escola Normal.	AL	AG
711	Lei nº 1.681 de 30 de setembro de 1919 - Cria no quadro do funcionalismo publico do Estado o logar de auxiliar da Bibliotheca da Faculdade de Direito .	AL	AG
712	Decreto nº 1.682 de 30 de setembro de 1919 - Adopta nas escolas publicas do Estado o livro denominado "Anno Escolar", de autoria do professor Joaquim da Costa Nogueira.	MP	MF
713	Decreto nº 1.683, de 30 de setembro de 1919 - Concede aos negociantes Conrado Cabral & Cia., por espaço de dez annos, isenção dos impostos estaduaes e municipaes para montagem e exploração de uma fabrica de camas de ferro com lastro de arame, nesta Capital ou em qualquer ponto do Estado.	MP	MF
714	Lei nº 1.698, de 04 de outubro de 1919 - Cria diversas escolas mixtas do ensino primario.	AL	AG
Nº	EMENTA	Ano: 1920	ACERVO
715	Lei nº 1.733, de 07 de agosto de 1920 - Transfere diversas cadeiras mixtas de ensino primario.	AL	AG
716	Lei nº 1.728, de 25 de julho de 1920 - Declara de utilidade publica as estações experimentais (fazendas modelo e escolas praticas de agricultura) que forem fundadas no Estado pelo engenheiro Trajano S. V. de Medeiros, sociedade ou empreza que organizar.	MP	MF
717	Lei nº 1.734, de 16 de agosto de 1920 - Supprime os cursos secundarios e primarios nocturnos de Sobral e Crato.	AL	AG
718	Lei nº 1.735, de 20 de agosto de 1920 - Cria uma bibliotheca da Secretaria da Assembléa Legislativa e dá outras providencias.	AL	AG
719	Lei nº 1.736, de 20 de agosto de 1920 - Concede licença ao dr. João Baptista Vieira, professor cathedratco de Direito Civil da Faculdade de Direito do Estado.	AL	AG
720	Lei nº 1.743, de 24 de agosto de 1920- Autoriza o Poder Executivo a conceder uma licença com ordenado, ao dr. Eduardo da Rocha Salgado professor de Medicina Legal e Direito da Faculdade de Direito.	AL	AG

721	Lei nº 1.748, de 03 de setembro de 1920 - Concede licença a diversos professores primarios.	AL	AG
722	Lei nº 1.750, de 06 de setembro de 1920 - Concede á professora publica do arraial Estrada de Ferro, do 8º districto de Fortaleza d. Francisca Campos de Araújo, uma licença de um anno, com ordenado, para tratar de sua saúde.	MP	MF
723	Lei nº 1.751, de 19 de setembro de 1920 - Supprime o serviço de inspeção escolar regional, creado em virtude da lei n. 1383, de 2 de outubro de 1916.	AL	AG
724	Lei nº 1.752, de 10 de setembro de 1920 – Desliga o logar de porteiro do Tribunal de Relação o de continuo do mesmo Tribunal, e dá outras providencias.	AL	AG
725	Lei nº 1.753, de 10 de setembro 1920 - Concede uma licença de seis mezes, com ordenado ao bacharel João Pompeu Pinto Accioly, professor de Pedagogia da Escola Normal do Estado.	AL	AG
726	Lei nº 1.764, de 17 de setembro 1920 - Autoriza o Poder Executivo a conceder uma licença de um anno, com o respectivo ordenado, a D. Luciola de Albuquerque, Directora do 1º Grupo Escolar desta capital.	AL	AG
727	Lei nº 1.761, de 17 de setembro de 1920 – Altera o art. 4º do Regulamento da Escola Normal, approved pelo Decreto Legislativo n. 1696, de 4 de Novembro de 1918.	AL	AG
728	Lei nº 1.762, de 17 de setembro de 1920 - Autoriza o Poder Executivo a conceder diversas licenças.	AL	AG
729	Lei nº 1.776, de 05 de setembro de 1920 - Approva jubilação da professora Francisca Baptista Gomes com ordenado anual de 457\$511.	AL	AG
730	Lei nº 1.781, de 09 de outubro de 1920- Regula os vencimentos dos professores substitutos das sete primeiras secções da Faculdade de Direito, na casa de substituição dos cathedaticos, e dá outras providencias.	AL	AG
731	Lei nº 1.788, de 09 de outubro de 1920 - Altera o regulamento da Escola Normal, approveda pelo Decreto Legislativo n. 1626, de 4 de novembro de 1918.	AL	AG
732	Lei nº 1.811, de 15 de outubro de 1920 - Autoriza o Poder Executivo a reformar a Inspectoria Geral de Instrucção Publica e dá outras providencias.	MP	MF
733	Lei nº 1.812, de 15 de outubro de 1920 - Abre diversos creditos supplementares.	MP	MF
734	Lei nº 1.823, de 25 de outubro de 1920 - Fixa a despeza e orça a receita do Estado para o exercício financeiro de 1921.	MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1921	ACERVO SETOR

735	Lei nº 1.838, de 17 de agosto de 1921 - Autorisa o Poder Executivo a fazer reverter ao magistério a professora de 4ª categoria, d. Francisca Baptista Gomes, jubilada por 25 de Julho de 1920.	MP	MF	
736	Lei nº 1.876, de 28 de setembro de 1921 - Transforma em cadeira do sexo feminino a cadeira mixta da villa de Larangeiras, da comarca de Quizaremobim.	MP	MF	
737	Lei nº 1.880, de 03 de outubro de 1921 - Fixa os vencimentos dos funcionarios publicos do Estado.	MP	MF	
738	Lei nº 1.906, de 31 de outubro de 1921 - Autorisa o Poder Executivo a equiparar á Escola Normal o Collegio do Sagrado Coração mantido nesta capital pelas Irmãs Dototheias.	MP	MF	
739	Lei nº 1.907, de 31 de outubro de 1921 - Autorisa o Poder Executivo a equiparar á Escola Normal o Collegio da Imaculada Conceição mantido nesta capital pelas Irmãs de São Vicente de Paula.	MP	MF	
740	Lei nº 1.931, de 05 de novembro de 1921 - Dispõe sobre a cessão que o Presidente do Estado fizer, do predio em que se acha installado o Collegio Militar, nos termos da lei n. 1869, de 24 de setembro do corrente anno no caso de o Governo Federal transferir o collegio para outra cidade da Republica ou extinguil-o.	MP	MF	
741	Lei nº 1.941, de 14 de novembro de 1921 - Autoriza o Governo do Estado a reconhecer de utilidade publica e a fiscalizar a Escola de Agronomia do Ceará.	MP	MF	
742	Lei nº 1.939, de 14 de novembro de 1921 - Autoriza o Poder Executivo a crear um estabelecimento de ensino thecnico e profissional que denominará Instituto Profissional Agricola para nelle serem internados menores moral e materialmente abandonados, e dá outras providencias.	MP	MF	
743	Lei nº 1.951, de 30 de dezembro de 1921 - Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o exercício financeiro de 1922.	MP	MF	
744	Lei nº 1.932, de 05 de novembro de 1921 - Dispõe sobre o preenchimento da vaga de professor substituto da faculdade de Direito.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1922	ACERVO	SETOR
745	Lei nº 1.953, de 02 de agosto de 1922 - Dispõe sobre a Instrucção Publica do Estado.	AL	AG	
746	Decreto nº 1.960, de 09 de agosto de 1922 - Autoriza o Poder Executivo a mandar construir um predio destinado á Escola Normal.	MP	MF	
747	Decreto nº 1.961, de 09 de agosto de 1922 - Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito da quantia de 150\$000 para pagar os vencimentos do Inspector Escolar Moacyr Caminha.	MP	MF	

748	Decreto nº 1.972, de 25 de agosto de 1922 - Approva o Decreto n. 367 - B. de 15 de maio do anno corrente que expediu o regulamento de lei que equiparou á Escola Normal do Estado os collegios de N.S. do Sagrado Coração e Immaculada Conceição.	MP	MF
749	Decreto nº 1.975, de 29 de agosto de 1922 - Approva o decreto do Poder Executivo n. 358, de 18 de maio do corrente anno, creando e mandando executar os serviços de inspecção medica nos estabelecimentos de instrucção primaria, normal profissional e secundario do Estado.	MP	MF
750	Decreto nº 1.980, de 29 de agosto de 1922 - Manda continuar em vigor o art. 285, do Regimento interno da Faculdade de Direito do Ceará, aprovado pelo decreto n. 71, de 10 de julho de 1917.	MP	MF
751	Lei nº 1.992, de 22 de setembro de 1922 - Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito da quantidade de 279\$900 para pagamento dos vencimentos a quem tem direito a professora da cadeira da povoação de Jubaya, do municipio de Maranguape, d. Anna de Castro Santos.	AL	AG
752	Lei nº 1.995, de 27 de setembro de 1922 - Approva diversos creditos abertos pelo Presidente do estado.	MP	MF
753	Lei nº 1.996, de 27 de setembro de 1922 - Autoriza o Presidente do Estado a reorganizar a bibliotheca da Faculdade de Direito.	AL	AG
754	Decreto nº 2.011, de 21 de outubro de 1922 - Abre credito especial da quantia de 347:157\$423, para occorrer ao pagamento de vencimentos a diversos funcionarios publicos do Estado, relativos a alguns meses do exercicio de 1920.	MP	MF
755	Decreto nº 2.013, de 25 de outubro de 1922 - Approva diversos creditos abertos pelo Presidente do Estado.	MP	MF
756	Decreto nº 2.014, de 25 de outubro de 1922 - Approva uma aposentadoria concedida pelo Presidente do Estado.	MP	MF
757	Lei nº 2.015, de 25 de outubro de 1922 - Autoriza o Presidente do Estado a mandar abonar á professora da cadeira mixta da povoação de Mucuripe, do municipio de Fortaleza, d. Ainda Santos e Silva, a gratificação a que tem direito, a contar de 24 de julho de 1921 a 17 de março do corrente anno.	AL	AG
758	Lei nº 2.021, de 25 de outubro de 1922 - Autoriza o Presidente do Estado a fazer aquisição da bibliotheca do notavel cearense Antonio Bezerra de Menezes e dá outras providencias.	AL	AG
759	Lei nº 2.024, de 1º de novembro de 1922 - Extingue as categorias em que se classificavam os professores publicos primarios e regula os vencimentos dos mesmos.	AL	AG
760	Lei nº 2025, de 04 de novembro de 1922 - Dispõe sobre a distribuição e localização das escolas do Estado.	AL	AG

761	Lei nº 2.042, de 11 de novembro de 1922 - Dispõe sobre o estatuto dos funcionarios publicos do Estado, e a organização do respectivo quadro, uniformizando as categorias dos diversos departamentos administrativos.	MP	MF	
762	Lei nº 2.045, de 11 de novembro de 1922 - Approva diversos creditos abertos pelo Presidente do Estado.	MP	MF	
763	Lei nº 2.050, de 11 de novembro de 1922 - Autoriza o Governo do Estado a dar novo regulamento ao Lyceu do Ceará, creando cinco logares de professores substitutos.	AL	AG	
764	Decreto nº 2.063, de 06 de dezembro de 1922 – Autoriza ao Poder Executivo a abrir os necessarios creditos para occorrer ao pagamento de gratificação a que fez jús d. Balbina Lydia Vianna Arraes professora publica aposentada, correspondente ao periodo de 1 de agosto de 1918 a 24 de outubro de 1919, assim como o especial na importancia de 600\$000, para pagamento de vencimentos a d. Astrogilda dos Santos, ex professora cantractada da cadeira de dactylographia, stenographia e escripturação mercantil da Escola Normal, relativa aos mezes de janeiro e fevereiro de 1922.	MP	MF	
765	Lei nº 2.065, de 06 de dezembro de 1922 - Orça a receita e fixa a despeza para o exercicio de 1923.	MP	MF	
766	Lei nº 2.051, de 11 de novembro de 1922 - Reconhece de utilidade publica a Academia Cearense de Letras, com sede na capital do Estado.	AL	AG	
Nº	EMENTA	Ano: 1923	ACERVO	SETOR
767	Lei nº 2.081, de 04 de outubro de 1923 - Autoriza o Poder Executivo a abrir credito da quantia de 1:128\$000, para pagar os vencimentos das ex-professora primaria Graziella Sepulveda, correspondente ao exercicio próprio findo.	AL	AG	
768	Decreto nº 2.074, de 23 de agosto de 1923 - Approva o acto do Poder Executivo de 5 de maio do anno corrente, que fixou em 720\$000 annuaes as gratificações das directoras dos cinco Grupos Escolas da capital e em 480\$000 as gratificações das cinco directoras dos referidos Grupos Escolares.	MP	MF	
769	Decreto nº 2.089, de 21 de setembro de 1923 - Approva diversos creditos abertos Presidente do Estado.	MP	MF	
770	Decreto nº 2.090, de 21 de setembro de 1923 - Approva diversos creditos abertos Presidente do Estado.	MP	MF	
771	Decreto nº 2.099, de 05 de outubro de 1923 - Approva diversos creditos abertos pelo Poder Executivo.	MP	MF	
772	Decreto nº 2.104, de 05 de outubro de 1923 - Approva diversos creditos abertos pelo Poder Executivo.	MP	MF	

773	Decreto nº 2.105, de 05 de outubro de 1923 - Approva diversos creditos abertos pelo Poder Executivo.	MP	MF	
774	Decreto nº 2.106, de 05 de outubro de 1923 - Approva diversos creditos abertos pelo Poder Executivo.	MP	MF	
775	Decreto nº 2.122 B, de 24 de outubro de 1923 - Approva diversos creditos abertos pelo Poder Executivo.	MP	MF	
776	Decreto nº 2.107, de 05 de outubro de 1923 - Approva diversas aposentadoria concedidas pelo Poder Executivo.	MP	MF	
777	Lei nº 2.137, de 21 de dezembro de 1923 - Fixa a despeza e orça a receita para o exercicio financeiro de 1924.	MP	MF	
778	Lei nº 2.109, de 05 de setembro de 1923 - Autoriza o Presidente do Estado a transformar 50 das actuaes escolas ruraes que estiverem vagas, em 100 escolas ruraes subvencionadas e dá outras providencias.	AL	AG	
779	Lei nº 2.118, de 16 de outubro de 1923 - Autoriza o Poder Executivo a adquirir para o Estado a Bibliotheca que pertenceu ao Dr. Justiniano de Serpa.	AL	AG	
780	Lei nº 2.120, de 16 de outubro de 1923 - Transforma a Inspectoria Geral da Instrucção Publica em Directoria Geral da Instrucção creando o respectivo quadro de funcionarios.	AL	AG	
Nº	EMENTA	Ano: 1924	ACERVO	SETOR
781	Lei nº 2.226, de 26 de julho de 1924 - Reorganiza a Directoria Geral da Instrucção.	AL	AG	
782	Lei nº 2.147, de 02 de agosto de 1924 - Approva diversos creditos abertos pelo Poder Executivo (Educação).	AL	AG	
783	Lei nº 2.177, de 04 de outubro de 1924 - Equipara em 6:000\$000 annuaes, os vencimentos de todos os professores cathedraicos da Faculdade de Direito do Ceará e dá outras providencias.	AL	AG	
784	Lei nº 2.207, de 24 de outubro de 1924 - Autoriza o Poder Executivo a crear escolas profissionaes nos principaes centros de actividade do Estado.	AL	AG	
785	Lei nº 2.214, de 29 de outubro de 1924 - Eleva os vencimentos de funcionarios do Estado (Educação).	AL	AG	
786	Lei nº 2.216, de 29 de outubro de 1924 - Fixa os emolumentos do Secretario da Faculdade de Direito do Ceará.	AL	AG	
787	Lei nº 2.219, de 31 de outubro de 1924 - Concede auxilio de dez contos de réis, para a construcção do predio da Escola Apostolica de Baturité, mantida pela Companhia de Jesus.	MP	MF	
788	Lei nº 2.222, de 06 de novembro de 1924 - Regula os vencimentos dos professores primarios do Estado e dá outras providencias.	AL	AG	

789	Lei nº 2.224, de 06 de novembro de 1924 - Autoriza o Presidente do Ceará a expedir novo regulamento do Lyceu.	AL	AG
790	Lei nº 2.225, de 10 de novembro de 1924 - Autoriza o Presidente do Estado a expedir novos regulamentos para instrução primaria o Curso Complementar anexo à Escola Normal.	AL	AG
791	Decreto nº 2.152, de 03 de agosto de 1924 - Approva diversos creditos abertos pelo Poder Executivo.	MP	MF
792	Decreto nº 2.170, de 25 de setembro de 1924 - Approva diversos creditos abertos pelo Poder Executivo.	MP	MF
793	Decreto nº 2.171, de 26 de setembro de 1924 - Approva diversos creditos abertos pelo Poder Executivo.	MP	MF
794	Decreto nº 2.233, de 10 de novembro de 1924 - Approva diversos creditos abertos pelo Poder Executivo.	MP	MF
795	Lei nº 2.174, de 30 de setembro de 1924 - Abre á verba 6, ss 1. do orçamento vigente o credito suplementar da quantia de 1:700\$000.	MP	MF
796	Decreto nº 2.153, de 03 de agosto de 1924 - Approva diversos creditos.	MP	MF
797	Decreto nº 2.162, de 20 de setembro de 1924 - Approva diversos creditos pelo Poder Executivo ao exercicio de 1924.	MP	MF
798	Decreto nº 2.165, de 22 de setembro de 1924 - Approva diversos creditos pelo Poder Executivo ao orçamento do anno vigente.	MP	MF
799	Decreto nº 2.194, de 18 de outubro de 1924 -Approva diversos creditos pelo Poder Executivo ao orçamento vigente.	MP	MF
800	Decreto nº 2.166, de 22 de setembro de 1924 - Approva as aposentadorias concedidas pelo Poder Executivo ás professoras d.d. Josepha Rodrigues de Souza, das Escolas Reunidas de Acarahú e Adilia de Albuquerque Moraes, do antigo curso anexo a escola Normal.	MP	MF
801	Lei nº 2.232, de 10 de novembro de 1924 - Abre o credito suplementar de 300\$000 á verba n.4 paragrapho 1. do art 1. do orçamento vigente.	MP	MF
802	Lei nº 2.226, de 10 de novembro de 1924 - Reorganiza a Directoria Geral da Instrucção.	AL	AG
803	Lei nº 2.229, de 10 de novembro de 1924 - Considera de utilidade publica o Instituto Polythecnico do Ceará.	AL	AG
804	Lei nº 2.244, de 10 de novembro de 1924 - Fixa a despeza e orça a receita para o exercicio financeiro de 1925.	MP	MF
805	Lei nº 2.237, de 12 de novembro de 1924 - Cria cargos na Directoria de Hygiene, Lyceu, Escola Normal, Grupos Escolares de Maranguape e Secretaria da Fazenda.	AL	AG

Nº	EMENTA	Ano: 1925	ACERVO	SETOR
806	Lei nº 2.251, de 08 de agosto de 1925 - Approva diversos créditos abertos pelo Presidente do Estado ao orçamento de 1924.		MP	MF
807	Lei nº 2.252, de 08 de agosto de 1925 - Approva diversos créditos abertos aos orçamento de 1924 e vigente pelo Poder Executivo.		MP	MF
808	Lei nº 2.253, de 08 de agosto de 1925 - Approva diversos créditos abertos pelo Poder Executivo.		MP	MF
809	Lei nº 2.248, de 03 de agosto de 1925 - Desannexa da faculdade de Direito a Bibliotheca Publica.		MP	MF
810	Lei nº 2.260, de 28 de agosto de 1925 - Dá á Escola Normal de Fortaleza o nome de Escola Normal Pedro II.		MP	MF
811	Lei nº 2.263 de 29 de agosto de 1925 - Autoriza o Poder Executivo a auxiliar até com a quantia de tres contos de réis, a primeira obra didactica sobre Instrucção Moral e civica, que sendo-lhe apresentada, for julgada merecedora desse incentivo.		MP	MF
812	Lei nº 2.264, de 02 de setembro de 1925 - Approva diversos créditos abertos pelo Poder Executivo.		MP	MF
813	Lei nº 2.276, de 10 de setembro de 1925 - Insenta do imposto predial, a contar do anno de 1924, o edificio á rua Barão do Rio Branco adquirido pela Faculdade de Pharmacia e Odontologia do Ceará.		MP	MF
814	Lei nº 2.280, de 19 de setembro 1925 - Abre ao orçamento vigente diversos créditos supplementares.		MP	MF
815	Lei nº 2.304, de 23 de outubro de 1925 - Autoriza o Governo a abrir um credito de 12:000\$000 para pagamento, no semestre de Julho a Dezembro, do corrente anno, do accrescimo das remunerações devidas aos fiscais da Faculdade de Direito e Lyceu do Ceará.		MP	MF
816	Lei nº 2.312, de 24 de outubro de 1925 - Institue a Assistencia escolar para o fim de facilitar ás crianças indigenas a frequencia obrigatoria na escola.		MP	MF
817	Lei nº 2.317, de 26 de outubro de 1925 - Autoriza o Presidente do Estado a nomear para o município de Fortaleza, independentemente de concurso,os normalistas diplomados que tiverem feito como distincção o curso da Escola Normal Pedro II do Estado.		MP	MF
818	Lei nº 2.321, de 26 de outubro de 1925 - Restabelece os cargos de inspectores escolares nas cidades que não forem sedes de inspectorias regionaese nas villas e povoações onde houver escolas publicas.		MP	MF

819	Lei nº 2.322, de 26 de outubro de 1925 -Dispõe sobre a taxa que devem pagar os alumnos que frequentarem o 3.º anno das Escolas Reunidas e 3. e 4. dos Grupos Escolares, bem como os que frequentarem o curso primario da Escola Normal Pedro II, ministrado na Escola Modelo, anexo á mesma.	MP	MF	
820	Lei nº 2.332, de 31 de outubro de 1925 - Autoriza o Poder Executivo a equiparar á Escola Normal do Estado o Collegio Santa Thereza, com séde na cidade do Crato.	MP	MF	
821	Lei nº 2.324, de 31 de outubro de 1925 - Fixa vencimentos do pessoal administrativo da Faculdade de Direito, funcionarios da Bibliotheca Publica, Director da Instrucção e revoga a lei n. 1681, de 30 de setembro de 1919.	MP	MF	
822	Lei nº 2.287, de 06 de outubro de 1925 - Approva diversos créditos abertos pelo Poder Executivo ao orçamento de 1924.	MP	MF	
823	Lei nº 2.303, de 23 de outubro de 1925 - Autoriza o Poder Execetivo a abrir 'á verba n. 5, \$10, art 1. Do orçamento em vigor, o credito suplementar da quantia de 480\$000.	MP	MF	
824	Lei nº 2.304, de 23 de outubro de 1925 - Autoriza o Governo a abrir um credito de 12:000\$000 para pagamento, no semestre de julho a dezembro, do corrente anno, do accrescimo das remunerações devidas aos fiscaes da Faculdade de Direito e do Lyceu.	MP	MF	
825	Decreto nº 2.307, de 23 de outubro de 1925 - Approva diversos créditos abertos pelo Poder Executivo ao orçamento de 1924, pelo decreto n. 576 de 20 de maio do anno corrente.	MP	MF	
826	Lei nº 2.355, de 18 de dezembro de 1925 - Fixa a despesa e orça a receita do Estado do Ceará para o exercício financeiro de 1926.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1926	ACERVO	SETOR
827	Lei nº 2.384, de 28 de agosto de 1926 - Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito de 1:200\$000, para pagamento a D. Edith Costa Braga, professora de Pedagogia da Escola Normal, da gratificação de cem mil réis (100\$000) mensaes, a que fez jus no exercício de 1925.	AL	AG	
828	Lei nº 2.393, de 08 de setembro de 1926 - Abre os creditos suplementares a diversas verbas do § 1.º do art. 2.º da lei n.º 2.355, de 18 de novembro de 1925.	MP	MF	
829	Lei nº 2.394, de 14 de setembro de 1926 - Cria os lugares de 3.º tabellião de notas e 3.º escrivão do crime, civil, orphãos e ausentes no termo de Sobral, e manda que passe a pertencer ao 3.º tabellião e escrivão do termo o archivo da escrivania de orphãos, actualmente vaga.	MP	MF	
830	Lei nº 2.395, de 18 de setembro de 1926 - Considera feriado, nas escolas publicas primarias, o periodo de 1 a 30 de junho.	MP	MF	

831	Lei nº 2.396, de 18 de setembro de 1926 - Dá á povoação de Calaboca, do município de Redempção, o nome de Acarape.	MP	MF	
832	Lei nº 2.397, de 18 de setembro de 1926 - Autoriza o Presidente do Estado a mandar proceder á arrecadação do imposto de industria e profissão relativo ao segundo semestre do presente exercicio, de conformidade com as categorias e classificações do mesmo imposto no anno de 1925.	MP	MF	
833	Lei nº 2.399, de 18 de setembro de 1926 - Autoriza o Poder Executivo a conceder, annualmente, matricula gratuita, nos cursos complementares e normal, a dez alumnas pobres indicadas pelas diversas sociedades de classes do Estado, que mantenha escolas primarias.	AL	AG	
834	Lei nº 2.401, de 21 de setembro de 1926 - Considera de utilidade publica a escola Polythechinica do Ceará.	AL	AG	
835	Lei nº 2.410, de 30 de setembro de 1926 - Autoriza o Poder Executivo a abrir credito de 2:000\$000, destinados a despesas de passagens para o Rio de Janeiro ao Professor cego Francisco José Silva, comissionado pelo Instituto Benjamim Constat, e bem assim de meninos cegos que se destinarem a esse estabelecimento.	AL	AG	
836	Lei nº 2.423, de 19 de outubro de 1926 - Abre à verba nº 2, § 6º, art.2º do orçamento vigente, o credito suplementar da quantia de 746\$666, para pagamento de gratificação especial obtida pelo preparador e conservador do gabinete de psyca e chimica do Lyceu do Ceará, pharmaceutico Carlos Felipe Rabello Miranda.	AL	AG	
837	Lei nº 2.439, de 21 de outubro de 1926 - Autoriza o Presidente do Estado a ceder á Faculdade de Direito um predio, afim de nelle ser isntallado esse estabelecimento de esino superior.	AL	AG	
838	Lei nº 2.456, de 30 de outubro de 1926 - Autoriza o Presidente do Estado a commissionar um dos professores do Lyceu do Ceará, a fim de estudar, nos institutos de ensino secundario do Rio de Janeiro e de São Paulo, os modernos methods de pedagogia, podendo, para tal fim, abrir o credito de 2:000\$000.	AL	AG	
839	Lei nº 2.470, de 07 de dezembro de 1926 - Orça a receita e fixa a despesa para o exercicio de 1927.	MP	MF	
840	Lei nº 2.473, de 23 de dezembro de 1926 - Autoriza o Governo do Estado a subvencionar com a importancia de 3:000\$000, mensaes, a primeira universidade popular que se fundar nesta capital.	AL	AG	
Nº	EMENTA	Ano: 1927	ACERVO	SETOR
841	Lei nº 2.482, de 29 de julho de 1927 - Autoriza o Presidente do Estado a expedir o novo Regulamento para o Lyceu do Ceará.	AL	AG	
842	Lei nº 2.488, de 8 de agosto de 1927 - Approva dversos creditos abertos pelo Poder Executivo.	MP	MF	

843	Lei nº 2.491, de 18 de agosto de 1927 - Abre verbas ns. 3, \$5, e 3, \$6 do art. 2 do orçamento vigente os creditos de 3:000\$ e 2:000\$, respectivamente, para pagamento dos vencimentos do dr. Mauricio Graccho Cardoso, professor da Faculdade de Direito.	MP	MF	
844	Lei nº 2.501, de 29 de agosto de 1927 - Autoriza o Governo do Estado a adquirir as bibliothecas do desembargador Antonio Sabino do Monte e do dr. Antonelle de Castro Bezerra, para o Superior Tribunal de Justiça e Faculdade de Direito respectivamente.	AL	AG	
845	Lei nº 2.524, de 22 de Setembro de 1927 - Dispõe sobre a matricula de alumnos no primeiro anno da Escola Normal Pedro II, e dá outras providencias.	MP	MF	
846	Lei nº 2.531, de 1º de outubro de 1927 - Abre á verba n. 1, \$9 do art. 2 do orçamento vigente, o credito suplementar de 840\$000.	MP	MF	
847	Lei nº 2.534, de 1º de outubro de 1927 - Abre ao art. 2 do orçamento vigente diversos creditos suplementares.	MP	MF	
848	Lei nº 2.535, de 31 de outubro de 1927 - Dispõe sobre as vantagens que devem perceber as substitutas effectivas dos grupos escolares que estiverem regendo cadeiras vagas.	AL	AG	
849	Lei nº 2.541, de 21 de outubro de 1927 - Regula a concessão de ferias, com todas as vantagens dos respectivos cargos, aos magistrados, membros do ministerio publico e do magisterio, por tempo de serviço e de um anno de licença, sem vencimentos e dá outras providencias.	MP	MF	
850	Lei nº 2.543, de 21 de outubro de 1927 - Permite aos estudantes do 5.o anno da Faculdade de Direito do Estado a advogarem em qualquer parte do territorio cearense.	MP	MP	
851	Lei nº 2.544, de 21 de outubro de 1927 - Autoriza o Presidente do Estado a construir um pavilhão annexo á Escola Normal Pedro II, para a Escola Modelo, adaptar um predio a Faculdade, edificar três pavilhões para Grupos Escolares, e dá outras providencias.	AL	AG	
852	Lei nº 2.560, de 05 de novembro de 1927 - Autoriza o Presidente do Estado a conceder gratificações mensaes aos professores da Escola Normal Pedro II e aos da Escola Modelo e do Lyceu, conforme o numero de aulas por semana.	AL	AG	
853	Lei nº 2.570, de 25 de novembro de 1927 - Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1928.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1928	ACERVO	SETOR
854	Lei nº 2.644, de 06 de novembro de 1928 - Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1929.	MP	MF	
855	Lei nº 2.622, de 1º de outubro de 1928 - Approva diversos creditos abertos pelo Poder Executivo.	MP	MF	

856	Lei nº 2.639, de 08 de outubro de 1928 - Approva diversos creditos abertos pelo Poder Executivo.	MP	MF	
857	Lei nº 2.599, de 22 de setembro de 1928 - Autoriza o Poder Executivo a dar novo regulamento á instrucção primaria, criar até cem escolas publicas e elevar a sete as inspectorias regionaes.	AL	AG	
858	Lei nº 2.603, de 26 de setembro de 1928 - Obriga as municipalidades a despenderem annualmente, no minimo, dez por cento das rendas com a instrucção primaria e profissional.	AL	AG	
859	Lei nº 2.612, de 28 de setembro de 1928 - Incorpora aos vencimentos das professoras primarias effectivas a gratificação de trinta mil réis mensaes.	AL	AG	
860	Lei nº 2.616, de 1º de outubro de 1928 - Altera o programma de ensino da Escola Normal Pedro II e Collegios equiparados.	MP	MP	
861	Lei nº 2.618, de 1º de outubro de 1928 - Autoriza o Poder Executivo a fundar um estabelecimento de ensino tecnico e profissional agricola.	AL	AG	
862	Lei nº 6.620, de 1º de outubro de 1928 - Autoriza o Poder Executivo a abrir um credito até a importancia de 10:000\$000, para construir o predio do Grupo Escolar de Quicadá.	AL	AG	
Nº	EMENTA	Ano: 1929	ACERVO	SETOR
863	Lei nº 2.685, de 24 de agosto de 1929 - Autoriza o Presidente do Estado a criar até cento e cincoenta escolas ruraes subvencionadas e os logares de guardiães para os Jardins da Infancia.	MP	MP	
864	Lei nº 2.736, de 25 de outubro de 1929 - Autoriza o Poder Executivo a abrir um concurso para livros didacticos.	MP	MP	
865	Lei nº 2.745, de 06 de novembro de 1929 - Autoriza o Poder Executivo a adquirir predios para grupos escolares das cidades de Cedro e Canindé.	AL	AG	
866	Lei nº 2.751, de 08 de novembro de 1929 - Autoriza o Poder Executivo a expedir novos Regulamentos para a Faculdade de Direito.	AL	AG	
867	Lei nº 2.763, de 12 de novembro de 1929 - Autoriza o Governo do Estado a criar uma escola primaria na cadeia publica da capital.	AL	AG	
868	Lei nº 2.765, de 12 de novembro de 1929 - Autoriza o Presidente do Estado a auxiliar o municipio de Morada Nova na adaptação de um predio a grupo escolar ou escolas reunidas.	AL	AG	
869	Lei nº 2.780, de 04 de dezembro de 1929 - Autoriza o Poder Executivo a equiparar collegios do interior do Estado á Escola Normal Pedro II.	AL	AG	
870	Lei nº 2.781, de 09 de dezembro de 1929 - Orça a receita e fixa a despesa para o exercicio financeiro de 1930.	MP	MF	

871	Lei nº 2.703, de 16 de setembro de 1929 - Approva creditos abertos ao actual exercicio pelo Poder Executivo.	MP	MF	
872	Lei nº 2.708, de 18 de setembro de 1929 - Approva diversos creditos abertos pelo Poder Executivo ao orçamento de 1928.	MP	MF	
873	Lei nº 2.732, de 22 de outubro de 1929 - Approva creditos abertos ao orçamento vigente pelo Poder Executivo.	MP	MF	
874	Lei nº 2.734, de 22 de outubro de 1929 - Approva creditos abertos ao orçamento vigente pelo Poder Executivo.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1930	ACERVO	SETOR
875	Decreto nº 15, de 1930 - Abre o credito na quantia de trezentos e quarenta e quatro mil e setecentos réis (Rs 344\$700), complementar á verba consignada no art. 4. \$6., alinea b. Da lei orçamentaria vigente.	MP	MF	
876	Decreto nº 76, de 1930 - Orça a receita e fixa a despesa para o exercicio financeiro de 1831.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1931	ACERVO	SETOR
877	Decreto nº 100, de 31 de janeiro de 1931 - Limita o numero de matricula do curso seriado do Lyceu e extingue o curso avulso do mesmo estabelecimento.	MP	MF	
878	Decreto nº 104, de fevereiro de 1931 - Abre credito da quantia de 41:741\$767, complementar á verba consignada nas alneas A e B, \$ 6. Do art. 4. Do orçamento financeiro de 1931.	MP	MF	
879	Decreto nº 109, de 12 de fevereiro de 1931 - Abre credito da quantia de 18:517\$800, complementar á verba consignada na alinea e a, \$ 6. Do art. 4. Do orçamento vigente.	MP	MF	
880	Decreto nº 112, de 12 de fevereiro de 1931 - Abre o credito de 13:600\$000, complementar á verba n. 1, \$ 8. Do art. 2. Do orçamento vigente.	MP	MF	
881	Decreto nº 116, de 20 de fevereiro de 1931 - Extingue dois cargos de inspectores de alumnos do Lyceu e dá outras providencias.	MP	MF	
882	Decreto nº 119, de 20 de fevereiro de 1931 - Abre o credito de 720\$000, complementar á verba n. 2, \$ 7. do art. 2. do orçamento vigente.	MP	MF	
883	Decreto nº 125, de 03 de março de 1931 - Abre o credito de trezentos e sessenta mil réis, complementar á verba n. 3, \$ 9. Do art. 2. Do orçamento vigente.	MP	MF	
884	Decreto nº 133, de 11 de março de 1931- Abre o credito complementar de Rs 1:800\$000 á verba consignada em art. 2. , \$9, n1 do decreto orçamentario vigente.	MP	MF	

885	Decreto nº 134, de 12 de março de 1931 - Cria o cargo de Director do Ensino Normal.	MP	MF	
886	Decreto nº 135, de 12 de março de 1931 - Abre o credito da quantia de 720\$000, complementar á verba n. 2, \$ 7. do art. 2. do orçamento d.e 1931.	MP	MF	
887	Decreto nº 137, de 12 de março de 1931 - Abre o credito complementar de Rs 3:240\$000 á verba consignada em art. 2. , \$9, n1 do decreto orçamentario de 1931.	MP	MF	
888	Decreto nº 147, de 24 de março de 1931 - Dispõe sobre as turmas suplementares do Lyceu.	MP	MF	
889	Decreto nº 155, de 04 de abril de 1931 - Abre o credito complementar de três contos de réis (3:000\$000) á verba consignada em art. 3. \$6, n.1 do orçamento vigente.	MP	MF	
890	Decreto nº 165, de 18 de abril de 1931 - Abre o credito complementar de 800\$000 á verba consignada em art. 2. , \$9, n1 do orçamentario vigente.	MP	MF	
891	Decreto nº 232, de 23 de junho de 1931 - Crea, na Escola Normal Pedro II, mais um lugar de Inspectora de alumnos.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1932	ACERVO	SETOR
892	Decreto nº 887, de 1º de dezembro de 1932 - Orça a Receita e a despesa para o exercicio de 1933.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1934	ACERVO	SETOR
893	Decreto nº 1.218, de 10 de janeiro de 1934 - Crea no Estado uma Escola Normal Rural.	MP	MF	
894	Decreto nº 1.219, de 10 de janeiro de 1934 - Fixa os vencimentos do pessoal da Assistencia Dentaria escolar da Diretoria de Saúde Publica.	MP	MF	
895	Decreto nº 1.220, de 11 de janeiro de 1934 - Crea o lugar de Guardiã do Jardim de Infancia, na Escola Normal Pedro II.	MP	MF	
896	Decreto nº 1.226, de 12 de janeiro de 1934 - Cria o lugar de Guardiã do Jardim da Infancia, na Escola Normal Pedro II.	MP	MF	
897	Decreto nº 1.232, de 25 de janeiro de 1934 - Faz alterações no Decreto Estadual n. 473, de 21 de fevereiro de 1932m que criou o Conselho de Educação do Estadual e os Conselhos Escolares dos Municipios.	MP	MF	
898	Decreto nº 1.236, de 01 de fevereiro de 1934 - Espéde novo Regulamento para a Faculdade de Direito do Ceará.	MP	MF	

899	Decreto nº 1.239, de 1º de fevereiro de 1934 - Concede contagem de tempo às professoras de 4ª entrância que regerem, interinamente, cadeiras de 3ª Ou 2ª.	MP	MF
900	Decreto nº 1.240, de 1º de fevereiro de 1934 - Regula a cobrança e fiscalização da taxa judiciaria.	MP	MF
901	Decreto nº 1.246, de 15 de fevereiro de 1934 - Reduz a taxa da guia de transferencia para os alunos do curso integral do Liceu do Ceará.	MP	MF
902	Decreto nº 1.255, de 21 de março de 1934 - Amplia o n. da matricula do 1. Anno Normal da Escola Pedro II.	MP	MF
903	Decreto nº 1.260, de 11 de abril de 1934 - Dispõe sobre a percepção de vencimentos dos professores de turmas suplementares do Liceu do Ceará, estranhos ao mesmo Estabelecimento.	MP	MF
904	Decreto nº 1.269, de 17 de maio de 1934 - Exepéde o Regulamento da Escola Normal Rural do Estado.	MP	MF
905	Decreto nº 1.272, de 30 de maio de 1934 - Dispõe sobre a fiscalização dos exames que se realizarem nos colégios equiparados á Escola Normal Pedro II e existentes nesta capital.	MP	MF
906	Decreto nº 1.278, de 11 de junho de 1934 - Considera oficial a Escola Normal Rural, mantida, parcialmente, pelo Instituto de Educação de Juazeiro.	MP	MF
907	Decreto nº 1.287, de 12 de julho de 1934 - Transfere, na verba 14 - Ensino Primario - material, do orçamento da despesa da Secretaria do Instituto e da Justiça, da sub-consignação n.3 - Diversas Despesas para a de n. 2 - material de consumo - da mesma consignação, a importancia de 2:000\$000.	MP	MF
908	Decreto nº 1.289, de 14 de julho de 1934 - Dispõe sobre a organização das comissões que tratem dos programas dos Cursos complementares e normal.	MP	MF
909	Decreto nº 1.312, de 27 de julho de 1934 - Dá instruções sobre a organização de bancas examinadoras em colégios equiparados ou via de equiparação á Escola Normal Pedro II ou Escola Normal Rural, e sobre o deposito ser feito pelos ditos colégios.	MP	MF
910	Decreto nº 1.314, de 30 de julho de 1934 - Dispõe sobre a representação do Estado na Convensão Nacional de Educação.	MP	MF
911	Decreto nº 1.319, de 07 de agosto de 1934 - Dispensa do estudo do Cruso complementar da Escola Normal Rural ou de estabelecimentos que se lhe venham a equiparar os que forem aprovados em concursos de 4 entrância, dá outras providencias.	MP	MF
912	Decreto nº 1.320, de 07 de agosto de 1934 - Dispõe sobre a efetivação de professores nos Grupos Escolares nos Grupos Escolares do Instituto do Estado.	MP	MF

913	Decreto nº 1.330, de 04 de setembro de 1934 - Eleva, a contar de 1º do corrente, os vencimentos de magisterio primario e das serventes dos grupos escolares e escolas reunidas da capital e do interior do Estado.	MP	MF	
914	Decreto nº 1.331, de 04 de setembro de 1934 - Revoga o § 2º, do art. 8º do decreto n. 171, de 27 de abril de 1931, e dá outras providencias.	MP	MF	
915	Decreto nº 1.346, de 25 de setembro de 1934 – Reintegra o professor Julio de Matos Ibiapina na cadeira de francez da Escola Normal Pedro II.	MP	MF	
916	Decreto nº 1.350, de 05 de outubro de 1934 - Regularisa a situação dos collegios equiparados à Escola Normal Pedro II e dá outras providencias.	MP	MF	
917	Decreto nº 1.365, de 31 de outubro de 1934 - Modifica o Decreto n. 1.182, de 27 de dezembro de 1933 e regulamenta as funções do cargo de Inspector do Ensino Normal.	MP	MF	
918	Decreto nº 1.415, de 20 de dezembro de 1934 - Modifica as tabellas "B", "C", "D" e "E", annexos ao decreto 171, de 27 de abril de 31, e dá outras providencias.	MP	MF	
919	Decreto nº 1.436, de 29 de dezembro de 1934 - Dispõe sobre o pagamento de gratificações aos professores de turmas suplementares do Lyceu e da Escola Normal Pedro II e dos preparadores e comservadores de gabinetes dos memos estabelecimentos.	MP	MF	
920	Decreto nº 1.443 D, de 31 de dezembro de 1934 - Abre o credito de 24:000\$000 (VINTE E QUATRO CONTOS DE RÉIS), para a construcção de um pavilhão para o jardim da Infancia da Escola Normal.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1935	ACERVO	SETOR
921	Decreto nº 1.446, de 02 de janeiro de 1935 - Regulamenta as funções dos Inspetores Regionais do Ensino Primario.	MP	MF	
922	Decreto nº 1.459, de 22 de janeiro de 1935 - Reorganiza a Escola Normal Pedro II, dando-lhe outra feição didático-administrativa.	MP	MF	
923	Decreto nº 1.469, de 31 de janeiro de 1935 - Determina o modo pelo qual os estudantes da Faculdade de Direito devem pagar as taxas de inscrição ao exercicio de 2. Época do ano letivo de 1934.	MP	MF	
924	Decreto nº 1.479, de 12 de fevereiro de 1935 – Cria mais uma turma de cada ano do curso Seriado da Escola Normal Pedro II.	MP	MF	
925	Decreto nº 1.480, de 12 de fevereiro de 1935 - Regulariza a situação do Curso de Aperfeióamento.	MP	MF	

926	Decreto nº 1.481, de 12 de fevereiro de 1935 - Cria 20 escolas rurais devidamente aparelhadas.	MP	MF
927	Decreto nº 1.550, de 07 de maio de 1935 - Oficializa a Escola de Agronomia do Ceará, e dá outras providencias.	MP	MF
928	Decreto nº 1.484, de 21 de fevereiro de 1935 - Dispensa, no corrente ano a primeira prestação da taxa de matricula na Faculdade de Direito do Ceará, a que se refere o n. 5 do artigo 255, do respectivo regulamento.	MP	MF
929	Decreto nº 1.489 de 21 de fevereiro de 1935 – Dispensa, no corrente ano, a primeira prestação da taxa de matricula na Faculdade de Direito do Ceará, a que se refere o n. 5, do art. 255, do respectivo Regulamento.	MP	MF
930	Decreto nº 1.495, de 27 de fevereiro de 1935 - Cria 20 Escolas Protelarias Noturnos na capital do Estado.	MP	MF
931	Decreto nº 1.498, de 28 de fevereiro de 1935 – Crea um lugar de amanuense no quadro do pessoal administrativo da Escola Normal Pedro II.	MP	MF
932	Decreto nº 1.499, de 28 de fevereiro de 1935 – Crea um lugar de amanuense no quadro do pessoal da Diretoria Geral da Instrução Publica.	MP	MF
933	Decreto nº 1.503, de 7 de março de 1935 - Eleva para 150 alunos o limite da matricula na 1a. Série do Liceu do Ceará.	MP	MF
934	Decreto nº 1.509, de 13 de março de 1935 - Abre o credito especial de 2:429\$000 para fazer face as despesas com a aquisição de móveis destinados ao "JARDIM DE INFANCIA" da Escola Normal Pedro II.	MP	MF
935	Decreto nº 1.510, de 14 de março de 1935 – Atribue ao chefe do Poder Executivo a faculdade de dispensar as taxas do certificado de aprovação em exames prestados no Liceu do Ceará.	MP	MF
936	Decreto nº 1.567, de 16 de maio de 1935 - Abre o credito especial de 24:500\$000 (vinte e quatro contos e quinhentos mil réis) para a aquisição de material escolar.	MP	MF
937	Decreto nº 1.577, de 20 de maio de 1935 – Cria a cadeira de inglês na Escola Normal Pedro II.	MP	MF
938	Decreto nº 1.589, de 22 de maio de 1935 – Dispõe sobre os direitos e vantagens do pessoal docente e administrativo da Escola de Agronomia do Ceará e dá outras providencias.	MP	MF

939	Decreto nº 33, de 12 de julho de 1935 - Reconhece de utilidade publica a Escola Pio X desta cidade.	MP	MF	
940	Decreto nº 46, de 29 de julho de 1935 – Abre o credito especial da importancia de 1:633\$300 para o pagamento ao dr. Francisco Jorge de Sousa, professor catedratico de Francês do Liceu do Ceará, da gratificação de 300\$000 mensais correspondente a regencia da turma suplementar da 4ª serie do mesmo estabelecimento de ensino, no periodo de 23 de março a 30 de novembro de 1934.	MP	MF	
941	Decreto nº 107, de 16 de setembro de 1935 – Dispõe sobre a reorganização das inspectorias do ensino primário, elevando o numero de inspetores regionasi, e dá outras providencias.	MP	MF	
942	Decreto nº 154, de 20 de setembro de 1935 – Dispõe sobre a manutenção da Faculdade de Direito do ceará e dá outras providencias.	MP	MF	
943	Decreto nº 138, de 20 de setembro de 1935 – Abre credito especial de cinqüenta contos de reis (50:000\$000), para ocorrer ás despesas com aquisição de moveis, a conclusão e instalação do prédio do Liceu do Ceará.	MP	MF	
944	Decreto nº 147, de 21 de setembro de 1935 – Abre ao orçamento vigente da Secretaria dos Negocios do Interior e da Justiça o credito especial da importancia de 9:185\$000, para ocorrer ao pagamento das despesas com a aquisição de bancos-carteiras destinadas ás escolas publicas primarias.	MP	MF	
945	Lei nº 11, de 29 de novembro de 1935 - Autoriza o Governo do Estado a abrir o crédito de 12:034\$000, suplementar à verba de 17 - Escola Normal de Pedro II - 2 - Corpo docente.	AL	AG	
946	Lei nº 13, de 11 de dezembro de 1935 - Cria mais cargos de amanuenses dactylographo, inspectora de alumnas e serventes, na Escola Normal Pedro II.	AL	AG	
947	Lei nº 36, de 30 de dezembro de 1935 - Cria cargos e reorganiza o quadro administrativo de Liceu do Ceará.	AL	AG	
Nº	EMENTA	Ano: 1936	ACERVO	SETOR
948	Lei nº 37, de 02 de janeiro de 1936 - Dispõe sobre o auxílio de cem contos de réis para construção do prédio destinado à Casa do Estudante do Ceará.	AL	AG	
949	Lei nº 41, de 02 de janeiro de 1936 – Equipara a escola isolada do quartel do quartel da Força Publica á escola primaria da Cadeira Publica.	AL	AG	
950	Lei nº 51, de 11 de janeiro de 1936 - Cria no quadro administrativo do Departamento Geral de Educação o cargo de operador do cinema educativo e motorista.	AL	AG	

951	Lei nº 57, de 20 de janeiro 1936 - Garante os direitos adquiridos dos professores e do pessoal administrativo da Faculdade de Direito do Ceará.	AL	AG
952	Lei nº 61, de janeiro de 1936 – Autorizo o Governo do Estado a abrir o credito especial de 30:000\$000 para auxiliar a Sociedade de Pró-Educação Rural de Limoeiro.	AL	AG
953	Lei nº 63, de 06 de fevereiro de 1936 - Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito especial de 300:000\$000, para material escolar e predios (escolares) destinados a Grupos e escolas Publicas do Estado.	AL	AG
954	Lei nº 80, de 17 de maro de 1936 - Cria mais 55 turmas suplementares no Lyceu do Ceará.	AL	AG
955	Lei nº 81, de 18 de março de 1936 - Cria o serviço de Antropometria Pedagogica na Escola Normal Pedro II.	AL	AG
956	Lei nº 84, de 28 de março de 1936 - Dá o direito a serem nomeadas professoras de 1ª entrancia as três primeiras alumnas mais distiguadas no Curso da Escola Normal de Pedro II e colégios que lhe são equiparados.	AL	AG
957	Lei nº 85, de 18 de abril de 1936 - Autoriza o governo a criar o Curso Complementar secundario, no Lyceu do Ceará.	AL	AG
958	Lei nº 93, de 09 de maio 1936 - Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito especial de 50:000\$000 destinados ao predio do Grupo Escolar de Lavras.	AL	AG
959	Lei nº 100, de 15 de maio de 1936 – Considera de utilidade publica o Instituto do Ceará.	AL	AG
960	Lei nº 102, de 15 de maio de 1936 - Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito especial de 30:000\$000, destinado, em quotas iguais à construcção dos prédios das Escolas Reunidas de Affonso Penna e Varzea Alegre.	AL	AG
961	Lei nº 110, de 15 de maio de 1936 - Cria no municipio de Joazeiro uma Escola primaria profissional.	AL	AG
962	Lei nº 111, de 20 de maio de 1936 – Cria no município de Joazeiro uma Escola primaria profissional.	AL	AG
963	Lei nº 115, de 24 de maio de 1936 - Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de 20:000\$000 para construcção de um prédio destinado às Escolas Reunidas de Araripe.	AL	AG
964	Lei nº 116, de 24 de maio de 1936 - Autoriza o Poder Executivo a abrir os créditos especiais de 40,30 e até 30 contos de réis para construcção de prédios destinados às Escolas Reunidas de Pacoty, São Benedito e Aurora, respectivamente.	AL	AG

965	Lei nº 118, de 24 de maio de 1936 - Autoriza o Poder a abrir o crédito especial de 25:000\$000 para construção de varias dependencias no Lyceu do Ceará.	AL	AG
966	Lei nº 133, de 30 de julho de 1936 - Autoriza o Governo do Estado a abrir um credito especial de 400:000\$000, para o mobiliario e material didactico necessario as escolas publicas do Estado.	MP	MF
967	Lei nº 138, de 06 de agosto de 1936 - Autoriza o Governo do Estado a abrir o crédito especial de 3:000\$000 para comemorar o Dia do Estudante, 11 de agosto.	AL	AG
968	Lei nº 146, de 13 de agosto de 1936 - Autoriza o Governador do Estado a abrir o credito especial de 2.000:000\$000 para construção de predios escolares e dá providencias.	AL	AG
969	Lei nº 147, de 13 de agosto de 1936 - Considera de utilidade pública a Escola Profissional de São José de Granja.	AL	AG
970	Lei nº 165, de 17 de setembro de 1936 - Autoriza o Governador do Estado a abrir o crédito extraordinario de 4:000\$000 para auxiliar a Caixa Escolar de Fortaleza.	AL	AG
971	Lei nº 168, de 17 de setembro de 1936 - Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito especial de 350:000\$000, para a séde da Faculdade de Direito do Ceará.	AL	AG
972	Lei nº 172, de 17 de setembro de 1936 - Considera de utilidade pública a Academia de Letras do Ceará.	AL	AG
973	Lei nº 175, de 02 de outubro de 1936 - Institui a taxa de educação e assistencia.	AL	AG
974	Lei nº 196, de 05 de novembro de 1936 - Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de 3:258\$000 para complementar a verba 16 - Departamento Gearl de Educação - Consignação - Material - Sub - consignação n.1 - Permanente.	AL	AG
975	Lei nº 204, de 14 de novembro de 1936 - Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito suplementar de 7056 \$ 200 à verba 15 - Escola Normal Pedro II, Consignação - Pessoal - sub-consignação n.4 - Segundo turno.	AL	AG
976	Lei nº 217, de 28 de novembro de 1936 - Regula o provimento, por concurso, do cargo de preparador e conservador de Gabinete da Escola Normal Pedro II e do Lyceu do Ceará.	AL	AG
977	Lei nº 223, de 28 de novembro de 1936 - Dispõe sobre as Escolas Proletarias Nocturnas.	AL	AG
978	Lei nº 224, de 30 de novembro de 1936 - Cria a Escola de Classificação de Algodão e outras culturas.	AL	AG
979	Lei nº 231, de 10 de dezembro de 1936 - Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito de 51:600\$000 para instalações hydraulicas nos Grupos Escolares da Capital e no de Soure.	AL	AG

980	Lei nº 249, de 24 de dezembro de 1936 - Adota na instrução primaria e secundaria do Estado o Hymno do estudante.	AL	AG
981	Lei nº 253, de 28 de dezembro de 1936 - Autoriza o Presidente Executivo a abrir o credito especial de 100:000\$000 para occorrer a reparos nos predios escolares do Estado e dá outras providencias.	MP	MF
982	Lei nº 255, de 28 de dezembro de 1936 - Autoriza o Governo a crear estabelecimento de ensino profiissional de educação domestica feminina e dá outras providencias.	MP	MF
983	Lei nº 266, de 30 de dezembro de 1936 - Orça a receita e fixa a despesa para o exercicio financeiro de 1937.	MP	MF
984	Lei nº 272, de 30 de dezembro de 1936 - Cria 50 escolas de primeiras letras e 50 elementares.	AL	AG
985	Lei nº 282, de 30 de dezembro de 1936 - Assegura direitos a alumnos da Escola Normal e Collegios a estar equiparados, que hajam terminado o curso secundário.	AL	AG
986	Lei nº 283, de 30 de dezembro de 1936 – Institue a Inspectoria Medico-Escolar.	AL	AG
Nº	EMENTA	Ano: 1937	ACERVO
987	Lei nº 287, de 04 de janeiro de 1937 - Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito de 200:000\$000 para o novo predio da Escola de Agronomia.	AL	AG
988	Lei nº 288, de 04 de janeiro de 1937 - Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito de 8:000\$000 para premiar o certame de pedagogia rural.	AL	AG
989	Lei nº 290, de 04 de janeiro de 1937 – Autoriza o Chefe do Poder Executivo abrir créditos especiais no total de 1:678\$500 para dividas reconhecidas pelo Estado.	AL	AG
990	Lei nº 291, de 08 de janeiro de 1937 - Institui o fundo de educação a que se refere o artigo 115 da Constituição Estadual.	AL	AG
991	Lei nº 292, de 08 de janeiro de 1937 - Autoriza o chefe da Poder Executivo a promover a equiparação do Curso fundamental da Escola Normal Pedro II ao do Colegio Pedro II.	AL	AG
992	Lei nº 304, de fevereiro de 1937 Concede licença até duas horas diarias aos funcionarios que frequentam cursos de ensino superior ou secundario.	AL	AG
993	Lei nº 311, de 23 de fevereiro de 1937 - Autoriza o Poder Executivo a abrir credito de R 5.228\$000 para pagamento de melhoria de vencimentos abtida pelo professor da Escola Normal Pedro II, Dr. Antonio Thephilo Gaspar de Oliveira.	AL	AG

994	Lei nº 313, de 05 de março de 1937 - Regula o provimento, por concurso, dos cargos de inspectores regionais de ensino.	AL	AG
995	Lei nº 323, de 08 de março de 1937 - Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito de 6:822\$000 para serviço das estatísticas educacionais do ano de 1934.	AL	AG
996	Lei nº 342, de 04 de agosto de 1937 - Isenta do imposto de transmissão de propriedade as aquisições de imoveis feitas pelos estabelecimentos de ensino para esporte de alumnos.	AL	AG
997	Lei nº 374, de 07 de outubro de 1937 - Determina prazo para preleção no concurso de inspectores regionais de ensino.	AL	AG
998	Lei nº 375, de 07 de outubro de 1937 - Dispensa do imposto de transmissão o prédio escolar adquirido pela Associação dos Empregados no Comercio de Sobral.	AL	AG
999	Lei nº 378, de 07 de outubro de 1937 - Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito especial de 1:000\$000, para o aparelhamento de banheiros no Lyceu do Ceará.	AL	AG
1000	Lei nº 383, de 07 de outubro de 1937 - Obriga as professoras que seguem o Curso de Aperfeiçoamento a prestarem serviços em qualquer estabelecimento de ensino de 1ª, entrancia, a criterio do director do Departamento Geral de Educação.	AL	AG
1001	Lei nº 385, de 13 de outubro de 1937 - Condiciona a isenção de impostos estaduais e mucipaes, concedidos às villas operarias, à cosntrução obrigatorio de predios escolares para instrucção e educação das familias de operarios.	AL	AG
1002	Lei nº 387, de 14 de outubro de 1937 - Autoriza o chefe do Poder Executivo a abrir o credito de 5:000\$000 suplementar à verba 4 - Lyceu do Ceará, consignação - Material, sub-consignação N. 2 consumo.	AL	AG
1003	Lei nº 391, de 27 de outubro de 1937 - Autoriza o Poder Executivo a abrir credito de 334:352\$000, para conclusão do predio destinado à Faculdade de Direito do Ceará.	AL	AG
1004	Lei nº 394, de 27 de outubro de 1937 - Autoriza o PE a abrir o credito de 36:950\$000, suplementar à verba n.14 - Lyceu do Ceará, consignação Pessoal e sub-consignação n.4 - Controlados.	AL	AG
1005	Lei nº 398, de 05 de novembro de 1937 - Autoriza o Chefe do Poder Executivo a abrir creditos suplementares à verba n.13 - Escola Normal Pedro II.	AL	AG
Nº	EMENTA	Ano: 1938	ACERVO
1006	Decreto nº 299, de 07 de julho de 1938 – Transfere na verba 17 – Ensino Primário, consignação – Pessoal, da sub-consignação n.2, para as de Negocios do Interior e da Justiça, as importâncias de 35:000\$ e 15:000\$000, respectivamente.	MP	OR

1007	Decreto nº 315, de 15 de julho de 1938 – Autoriza o Estado a firmar convênios com os municípios para a criação e manutenção de escolas rurais agrícolas.	MP	OR	
1008	Decreto nº 321, de 15 de julho de 1938 – Transfere para o Departamento Geral de Educação o serviço de assistência dentaria, anexo á diretoria de saúde Publica.	MP	OR	
1009	Decreto nº 336, de 20 de agosto de 1938 – Encerra o período letivo do 2º ano dos cursos de oficiais combatentes e de administração da escola policia Militar, criados pelo art. 74, do respectivo regulamento, e dá outras providencias.	MP	OR	
1010	Decreto nº 356, de 10 de setembro de 1938 – Transfere na verba 17 – Ensino Primario, consignação – Pessoal, da sub-consignação 7 – Pessoal contratado, para a sub-consignação 8 – Ajuda de custo, a importância de 6:000\$000.	MP	OR	
1011	Decreto nº 362 de 22 de setembro de 1938 – Abre o credito de 26:366\$000, suplementar à verba 15 – Escola Normal Pedro II, consignação – Pessoal, sub-consignação 4 – Turmas Suplementares – do orçamento vigente da secretaria ddos Negocios do Interior e da Justiça.	MP	OR	
1012	Decreto nº 418 de 19 de dezembro de 1938 – Transfere da verba 17 – Ensino Primario, consignação - material, sub-consignação n.1, para a verba 16 – Departamento Geral de Educação, consignação – Pessoal, sub-consignação n.3, a importância de 13:000\$000.	MP	OR	
1013	Decreto nº 434, de 16 de dezembro de 1938 – Transfere na verba 15 – Escola Normal Justiniano de Serpa, Pessoal, da sub-consignação n.2, para a de n.3, a quantia de 4:016\$500.	MP	OR	
1014	Decreto nº 435, de 16 de dezembro de 1838 – Autoriza o Governo a abrir o credito de 15:513\$500, suplementar á verba 15 – Escola Normal Justiniano de Serpa, Pessoal, 3.	MP	OR	
1015	Decreto nº 454, de 24 de dezembro de 1938 – Abre o credito de 15:513\$500, suplementar á verba 15 – Escola Normal Justiniano de Serpa, Pessoal, 3.	MP	OR	
1016	Decreto nº 456, de 24 de dezembro de 1938 – Transfere na verba 17 – Ensino Primario, Pessoal, da sub-consignação n.2, para a de n.3, a importancia de 10:000\$000.	MP	OR	
1017	Decreto nº 464, de 29 de dezembro de 1938 – Orça a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1939.	MP	OR	
Nº	EMENTA	Ano: 1939	ACERVO	SETOR
1018	Decreto nº 485, de 23 de janeiro de 1939 – Equipara á Escola Normal Rural de Juazeiro á Escola Normal Rural de Limoeiro, e dá outras providencias.	MP	OR	

1019	Decreto nº 495, de 31 de janeiro de 1939 – Equipara á Escola Normal Justiniano de Serpa o Patrocínio São José, da cidade de Aracati.	MP	OR	
1020	Decreto nº 498, de 10 de fevereiro de 1939 – Dispõe sobre o funcionamento das aulas dos cursos da Escola Normal Justiniano de Serpa.	MP	OR	
1021	Decreto nº 516, de 21 de março de 1939 – Cria, na Escola Normal Justiniano de Serpa, o cargo de Guarda do Jardim da Infancia.	MP	OR	
1022	Decreto nº 521, de 24 de março de 1939 – Localiza a Escola de Agronomia do Ceará e dá outras providencias.	MP	OR	
1023	Decreto nº 526, de 29 de março de 1939 – Transforma o Liceu do Ceará em estabelecimento exclusivamente masculino e dá outras providencias.	MP	OR	
1024	Decreto nº 583, de 21 de junho de 1939 – Regula a situação dos colégios equiparados á Escola Normal Justiniano de Serpa ou sob o regimen da inspeção preliminar e dá outras providencias.	MP	OR	
Nº	EMENTA	Ano: 1947	ACERVO	SETOR
1025	Lei nº 20, de 25 de setembro de 1947 – AUTÓGRAFO Nº 08 – Ficam feitas por transferência, várias alterações no vigente orçamento do INSTITUTO DE EDUCAÇÃO.	AL	AG	
1026	Lei nº 38, de 24 de outubro de 1947 – Abre crédito especial de Cr\$ 300.000,00 para a construção do prédio do Grupo Escolar Estadual da cidade de Lavras da Mangabeira.	AL	AG	
1027	Lei nº 43, de 30 de outubro de 1947 – AUTÓGRAFO Nº 44 – Suplementa com CR\$ 45.000,00, a s/c 26, consignação IV, 8-31-4, elemnto 3 da verba 5.05 – ESCOLA DE AGRONOMIA.	AL	AG	
1028	Lei nº 44, de 30 de outubro de 1947 – AUTÓGRAFO Nº 52 – Altera, sem aumento de despesas, o vigente orçamento da ESCOLA DE AGRONOMIA.	AL	AG	
1029	Lei nº 47, de 05 de novembro de 1947 – AUTÓGRAFO Nº 56 – Autoriza a abertura de crédito especial de CR\$ 50.000,00 para o auxílio a Prefeitura de Cedro na construção do prédio destinado a sede das Escola Runidas, na Vila de Várzea, no referido município.	AL	AG	
1030	Lei nº 51, de 05 de novembro de 1947– AUTÓGRAFO Nº 61 – Autoriza a abertura de crédito especial de CR\$ 5.300,00, para pagamento de passagens concedidas pela N.A.B., aos colegiais que representaram a UNIÃO ESTADUAL DOS ESTUDANTES DO CEARÁ no congresso estudantino recentemente realizado na capital do país.	AL	AG	

1031	Lei nº 55, de 17 de novembro de 1947– AUTÓGRAFO Nº 63 – Autoriza o Poder Executivo a conceder ao INSTITUTO DE ENSINO MÉDICO a subvenção de CR\$ 200.000,00 destinada ao fundo patrimonial da Faculdade de Medicina do Ceará.	AL	AG	
1032	Lei nº 113, de 31 de dezembro de 1947– AUTÓGRAFO Nº 119 – Inclue subconsignação e altera sem aumento de despesa, o vigente orçamento do COLÉGIO ESTADUAL.	AL	AG	
1033	Lei nº 115, de 31 de dezembro de 1947– AUTÓGRAFO Nº 127 – Suplementa dotações de pessoal fixo e variável da verba do Gabinete do Secretario de Educação e Saúde, Directoria Geral, Directoria Técnica de Educação, Directoria de Fiscalização e Orientação de Ensino, Inspectoria de Higiene e Assistência Odontológica Escolar, Escola Normal Rural de Juazeiro e Serviço de Educação Física.	AL	AG	
Nº	EMENTA	Ano: 1948	ACERVO	SETOR
1034	Lei nº 144, de 03 de março de 1948 – AUTÓGRAFO Nº 166 – Inclui no programa de obras e realizações da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, no ano de 1948, a criação e instalação do Grupo Escolar de Pereiro.	AG	AG	
1035	Lei nº 246, de 22 de junho de 1948 - Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 18.000,00, para o fim que indica.	AL	AG	
1036	Lei nº 219, de 11 de agosto de 1948 - Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 40.000,00, destinado a construção de um predio escolar em Ingázeiras, município de Aurora.	AL	AG	
1037	Lei nº 224, de 11 de junho de 1948 - Autoriza a abaertura dedo crédito especial de Cr\$200.000,00, destinado a construção do Edifício do Grupo Escolar Pedra Branca.	AL	AG	
1038	Lei nº 231, de 21 de junho de 1948 - Abre o crédito especial de Cr\$ 15.000,00, destinado como auxílio ao Colégio Santa Terezinha, da cidade de Milagres.	AL	AG	
1039	Lei nº 232, de 21 de junho de 1948 - Abre o crédito especial de Cr\$ 15.000,00, destinado como auxílio ao Colégio Santa Terezinha na vila de lára do município de Aurora.	AL	AG	
1040	Lei nº 244, de 20 de junho de 1948 - Autoriza a abaertura do crédito especial de Cr\$ 10.000,00, destinado a auxilia a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte nas despesas com << Semana Ruralista >>.	AL	AG	
1041	Lei nº 251, de 12 de julho de 1948 - Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 40.000,00 como auxílio à Escola Frederico Hosanam, da cidade de Ubajara.	AL	AG	
1042	Lei nº 253, de 21 de julho de 1948 - Altera, sem aumento dedespesa, o vigente orçamento do Gabinete da Secretária de Educação e Saúde.	AL	AG	

1043	Lei nº 256, de 02 de agosto de 1948 - Adota as medidas complementares a encapação da Faculdade de Farmácia e Odontologia e dá outras providências.	AL	AG
1044	Lei nº 257, de 12 de agosto de 1948 - Suplementa com Cr\$ 150.000,00 a dotação de Diaristas da verba 6.01.1 - DIRETORIA GERAL, da Secretaria de Educação e Saúde.	AL	AG
1045	Lei nº 270, de 13 de setembro de 1948 - Cria um Gabinete Dentário no Grupo Escolar Ratifica a doação feita à União Federal, pelo Governo de Uruburetama e outro no Grupo Escolar de Cedro, e autoriza a abertura de crédito necessário.	AL	AG
1046	Lei nº 307, de 15 de outubro de 1948 - Altera, sem aumento de despesa, o vigente orçamento do Colégio Estadual do Ceará.	AL	AG
1047	Lei nº 325, de 22 de outubro de 1948 - Autoriza a abertura do crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00 à dotação da verba 6.01.3 - Ensino Primário.	AL	AG
1048	Lei nº 335, de 30 de outubro de 1948 - Suplementa dotações de Pessoal da verba 6.06 Instituto de Educação do Ceará.	AL	AG
1049	Lei nº 338, de 06 de novembro de 1948 - Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 231.061,40 para construção do prédio e instalação do G. E de Jaguaruana.	AL	AG
1050	Lei nº 350, de 12 de novembro de 1948 - Inclui no programa de obras e realizações da Sec. de Educação e Saúde a construção e o aparelhamento das Escolas Reunidas de Saboeiro.	AL	AG
1051	Lei nº 383, de 11 de dezembro de 1948 - Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 140.278,10, para as despesas com conclusão das obras de construção do prédio do G. E. de Pacatuba.	AL	AG
1052	Lei nº 409, de 17 de dezembro de 1948 - Autoriza a abertura do crédito suplementar de Cr\$ 150.000,00, à dotação de Diarista da verba 6.01.3 - Ensino Primário.	AL	AG
1053	Lei nº 416, de 17 de dezembro de 1948 - Autoriza a abertura de crédito especial de Cr\$ 120.000,00, para ocorrer às despesas com a construção de um prédio para o G. E. de Solonópole.	AL	AG
1054	Lei nº 422, de 17 de dezembro de 1948 - Altera, sem aumento de despesa, os vigentes orçamentos da Inspetoria de Higiene e Assistência Odontológica Escolar e da Diretora Geral da Sec. de Educação e Saúde.	AL	AG
1055	Lei nº 426, de 17 de dezembro de 1948 - Altera, sem aumento de despesa, o vigente orçamento do Instituto de Educação.	AL	AG
1056	Lei nº 438, de 18 de dezembro de 1948 - Autoriza a abertura de crédito especial de sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 60.000,00), destinado a conclusão do prédio do G.E. de Milagres.	AL	AG

1057	Lei nº 442, de 18 de dezembro de 1948 - Autoriza a abertura de crédito suplementar de Cr\$ 22.010,00 à dotação que indica da verba 6.06.- Instituto de Educação.	AL	AG	
1058	Lei nº 447, de 18 de dezembro de 1948 - Autoriza a abertura de crédito especial de Cr\$ 250.000,00 para construção do prédio do G. E. Estadual na cidade de Independência.	AL	AG	
1059	Lei nº 454, de 21 de dezembro de 1948 - Define as cadeiras técnicas do curso normal.	AL	AG	
1060	Lei nº 450, de 27 de dezembro de 1948 - Autoriza a abertura de crédito especial de Cr\$ 100.000,00 para reforma e melhoramento nos prédios dos G.E. das cidades de Mombaça e Limoeiro do Norte.	AL	AG	
1061	Lei nº 463, de 31 de dezembro de 1948 - Organiza o Conselho Estadual de Educação.	AL	AG	
Nº	EMENTA	Ano: 1949	ACERVO	SETOR
1062	Lei nº 649, de 12 de dezembro de 1949 - Autoriza a aquisição de 50(cinquenta) exemplares de obras "O UNIVERSO", bem como a abertura de crédito especial de CR\$ 3.000,00.	MP	MF	
1063	Lei nº 652, de 13 de dezembro de 1949 - Autoriza a abertura de crédito adicional de CR\$ 2.400,00, suplementar à dotação que indica a verba 6.11 - FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS.	MP	MF	
1064	Lei nº 655, de 13 de dezembro de 1949 - Autoriza a abertura de crédito adicional de CR\$ 1.650,00, suplementar à dotação que indica da verba 6.08 - SERVIÇO DE EDUCAÇÃO FÍSICA.	MP	MF	
1065	Lei nº 654, de 13 de dezembro de 1949 - Autoriza a abertura de crédito suplementar de 2.000,00 à dotação que indica da verba 6.11 - FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICA.	MP	MF	
1066	Lei nº 669, de 16 de dezembro de 1949 - Autoriza a abertura de crédito adicional de CR\$ 138.150,00, suplementar à dotação que indica da verba 6.05 - COLÉGIO ESTADUAL.	MP	MF	
1067	Lei nº 682, de 17 de dezembro de 1949 - Autoriza a abertura de crédito especial de CR\$ 200.000,00, destinado ao auxílio o INSTITUTO SALESIANO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, de Baturité.	MP	MF	
1068	Lei nº 691, de 19 de dezembro de 1949 - Autoriza o Poder Executivo a fazer a cessão do HOSPITAL CARNEIRO DE MENDONÇA, ora em construção no bairro do Parangabussu, ao INSTITUTO DE ENSINO MÉDIO, deste Estado.	MP	MF	
1069	Lei nº 706, de 22 de dezembro de 1949 - Autoriza o Chefe do Poder Executivo a transferir a importancia de CR\$ 50.000,00 da verba 6.01.3 - ENSINO PRIMÁRIO - Consignação I - 8.33.2 - s/c 08, para a verba 6.00 - gabinete do Secretário - consignação III - 8.04.4 - s/c 18, do orçamento vigente.	MP	MF	

1070	Lei nº 712, de 22 de dezembro de 1949 -Autoriza a abertura de crédito especial de CR\$ 500.000,00, destinado ao Centro Estudantil Cearense para a conclusão das obras da casa do Estudante Pobre e aquisição dos móveis e utensílios a ela necessárias.	MP	MF
1071	Lei nº 713, de 22 de dezembro de 1949 - Autoriza a abertura de crédito adicional de CR\$ 4.000,00, suplementar à dotação que indica da verba 6.08 - SERVIÇO DE EDUCAÇÃO FÍSICA.	MP	MF
1072	Lei nº 717, de 22 de dezembro de 1949 - Autoriza a abertura de crédito adicional de CR\$ 2.400,00, suplementar à dotação que indica da verba 6.12 - FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA.	MP	MF
1073	Lei nº 720, de 23 de dezembro de 1949 - Abre crédito especial de CR\$ 277.932,00, para ocorrer ao pagamento dos alugueis dos prédios em que funcionam as Escolas Isoladas e das despesas de expediente feitas nas mesmas, nas Escolas Reunidas e nos Grupos.	MP	MF
1074	Lei nº 500, de 13 de junho de 1949 - Revigora a autorização da abertura de crédito especial de Cr\$ 231.061,00 destinado à construção do G. E. de Morada Nova.	AL	AG
1075	Lei nº 524, de 28 de julho de 1949 - Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 50.000,00, destinado a Escola Normal Rural de Crateús.	AL	AG
1076	Lei nº 560, de 20 de setembro de 1949 - Autoriza o chefe do Poder Executivo a suplementar com a importância de Cr\$ 10.000,00 a verba 6.06.1 - Ensino Sec. - 8.33.0 - Consignação X - Honorário para concurso ou ensino	AL	AG
1077	Lei nº 574, de 26 de novembro de 1949 - Autoriza a abertura de crédito adicional da importância de Cr\$ 1.212.850,00, suplementar às dotações abaixo indicados: Sec. De Ed. E Saúde.	AL	AG
1078	Lei nº 594, de 15 de outubro de 1949 - Autoriza a abertura de crédito especial de Cr\$ 230.603,10 para construção de um prédio destinado ao G.E. de Mauriti.	AL	AG
1079	Lei nº 606, de 09 de novembro de 1949 - Aprova o convênio celebrado entre o Ministério da Ed. e Saúde e o Governo do Estado, para a execução de serviços de combate à malária na área malarígena do Estado.	AL	AG
1080	Lei nº 607, de 07 de novembro de 1949 - Autoriza a abertura de crédito adicional da importância de Cr\$ 192.480,00 suplementar às dotações que indica: Sec. de Ed. e Saúde.	AL	AG
1081	Lei nº 634, de 30 de novembro de 1949 - Autoriza a abertura de crédito adicional da importância de Cr\$ 2.172.091,00 suplementar às dotações que indica: Sec. de Ed. e Saúde.	AL	AG
1082	Lei nº 638, de 05 de dezembro de 1949 - Altera, sem aumento de despesas, os vigentes orçamentos da Diretoria Geral de Ed., código 6.01.3 - Ens. Primário e do Gabinete do Sec. de Educação.	AL	AG

1083	Lei nº 669, de 16 de dezembro de 1949 - Autoriza a abertura de crédito adicional da importância de Cr\$ 138.150,00 suplementar às dotações que indicada verba 6.05 - Colégio Estadual.	AL	AG	
1084	Lei nº 719, de 23 de dezembro de 1949 - Autoriza a transferência de dotação no orçamento da Secretaria de Educação e Saúde.	AL	AG	
1085	Lei nº 738, de 29 de dezembro de 1949 - Autoriza a abertura de crédito especial de Cr\$ 200.000,00, destinado à construção e instalação do G.E., na cidade de Nova Russas.	AL	AG	
Nº	EMENTA	Ano: 1950	ACERVO	SETOR
1086	Lei nº 790, de 21 de agosto de 1950 - Altera, sem aumento de despesa, os vigentes orçamentos do Colégio Estadual e do Inst. de Educação.	AL	AG	
1087	Lei nº 845, de 22 de novembro de 1950 - Autoriza o Govêrno do Estado a transferir para o patrimônio da União e para efeito da federalização de que trata a Lei Nº 1.055 de 16 de Janeiro de 1950 os bens que const. a Escola de Agronomia.	AL	AG	
1088	Lei nº 815, de 14 de novembro de 1950 - Autoriza o Govêrno do Estado a transferir para o patrimônio da União e para efeito da federalização de que trata a Lei Nº 1.055 de 16 de Janeiro de 1950 os bens que const. a Escola de Agronomia.	AL	AG	
1089	Lei nº 818, de 14 de novembro de 1950 - Autoriza o Govêrno do Estado a transferir para o patrimônio da União e para efeito da federalização de que trata a Lei Nº 1.055 de 16 de Janeiro de 1950 os bens que const. a Escola de Agronomia.	AL	AG	
1090	Lei nº 829, de 17 de novembro de 1950 - Autoriza o Govêrno do Estado a transferir para o patrimônio da União e para efeito da federalização de que trata a Lei Nº 1.055 de 16 de Janeiro de 1950 os bens que const. a Escola de Agronomia.	AL	AG	
1091	Lei nº 889, de 1º de dezembro de 1950 - Autoriza o Govêrno do Estado a transferir para o patrimônio da União e para efeito da federalização de que trata a Lei Nº 1.055 de 16 de Janeiro de 1950 os bens que const. a Escola de Agronomia.	AL	AG	
1092	Lei nº 761, de 26 de junho de 1950 - Transfere importancia de Cr\$ 40.000,00, da consignação X - Honorarios por concurso, prova ou ensino, da verba 5.05 - Escola de Agronomia, código 8.31.0, para a Sub-consignação 26 - Recepções, excursões etc, da mesma verba, código 8.31.4, do orçamento vigente.	MP	MF	
1093	Lei nº 762, de 26 de junho de 1950 - Autoriza o Chefe do Poder Executivo a abrir no orçamento vigente o crédito especial da importancia de Cr\$ 10.000,00, destinado a auxiliar os contadorandos da turma de 1950 da escola Técnica do Comércio a ir ao Sul do País.	MP	MF	

Nº	EMENTA	Ano: 1951	ACERVO	SETOR
1094	Lei nº 961, de 08 de março de 1951 - Transfere para o patrimônio da União, os bens da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará.		MP	MF
1095	Decreto nº 113, de 24 de outubro de 1951 - Autoriza o Chefe do Poder Executivo a verba 6.00 - Gabinete do Secreario de Educação e Saúde, "8.99.4 - Consignação V - Despesas dívidas diversas (para Bolsas de Estudo), do orçamento vigente, a importância de Cr\$ 511.000,00, para as verbas que indica.		MP	MF
1096	Decreto nº 123, de 05 de novembro de 1951 - Autoriza o Chefe do Poder Executivo a abrir, adicional ao orçamento vigente, o crédito de CR\$ 59.000,00, que indica da Secretaria de Educação e Saúde.		MP	MF
1097	Decreto nº 131, de 05 de novembro 1951 - Orça a Receita e Fixa a Despesas para o exercício financeiro de 1952.		MP	MF
1098	Decreto nº 140, de 19 de novembro de 1951 - Autoriza o Chefe do Poder Executivo a abrir, adicional ao orçamento vigente da Secretaria de Educação e Saúde, o crédito especial de CR\$ 53.500,00, para o fim que indica.		MP	MF
1099	Decreto nº 141, de 19 de novembro de 1951 - Altera, sem aumento de despesa, o vigente orçamento da Secretaria de Educação e Saúde, pela maneira que indica.		MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1952	ACERVO	SETOR
1100	Decreto nº 13, de maio de 1952- Autoriza o Chefe do Poder Executivo a abrir o crédito especial de CR\$ 30.000,00, para o fim que indica.		MP	MF
1101	Decreto nº 24, de maio de 1952 - Transfere cargos da Tabela V - Cargos extintos quando vagarem, para a Tabela II - Cargos isolados de provimento efetivo, pela maneira que indica.		MP	MF
1102	Decreto nº 98, de 24 de agosto de 1952 - Adota, nas escolas públicas do Estado, o "Código de Bom Brasileiro", e dá outras providencias.		MP	MF
1103	Decreto nº 104, de 20 de agosto de 1952 - Concede o auxílio de Cr\$ 120.000,00, à Escola Normal Rural Nossa Senhora da Glória, de Mombaça.		MP	MF
1104	Decreto nº 106, de 20 de agosto de 1952 - Concede auxílio ao Educandário "Santa Maria", de Taparuaba, no município de Sobral.		MP	MF
1105	Decreto nº 107, de 20 de agosto de 1952 - Concede auxílio de CR\$ 50.000,00, ao Convento à Escola de Artes e Ofícios dos missionários Franciscanos e Capuchinhos, da cidade de Juazeiro do Norte.		MP	MF
1106	Decreto nº 109, de 22 de agosto de 1952 - Altera, sem aumento de despesa, o vigente orçamento da secretaria de Educação e Saúde.		MP	MF

1107	Decreto nº 117, de 28 de agosto de 1952- Autoriza o Chefe do Poder Executivo a abrir, adicional ap orçamento vigente da secretaria de educação e Saúde, o crédito de CR\$ 400.000,00, suplementar à verba que indica.	MP	MF
1108	Lei nº 1.461, de 12 de setembro de 1952 - Determina o registro do crédito que indica.	MP	MF
1109	Decreto nº 152, de 13 de setembro de 1952 - Autoriza a abertura do credito especial de CR\$ 450.000,00, para o fim que indica.	MP	MF
1110	Decreto nº 04, de 20 de maio de 1952 - Autoriza a abertura de crédito especial de CR\$ 50.000,00, para fim que indica.	MP	MF
1111	Decreto nº 14, de 27 de maio de 1952 - Autoriza a abertura de crédito especial de CR\$ 50.000,00, para o fim que indica.	MP	MF
1112	Lei nº 1.466, de 16 de setembro de 1952 - Determina o registro de crédito.	MP	MF
1113	Lei nº 1.471, de 20 de setembro de 1952 - Determina o registro do crédito de Cr\$ 25.000,00, para o fim que indica.	MP	MF
1114	Decreto nº 165, de 22 de setembro de 1952 - Autoriza suplementação, na importancia global de Cr\$ 245.850,00, ás verbas que indica, do vigente orçamentodo Colégio Estadual.	MP	MF
1115	Decreto nº 164, de 25 de setembro de 1952- Autoriza o Chefe do Poder Exercutivo a abrir, adicional ao vigente orçamento da secretaria de Educação e Saúde, o crédito de Cr\$ 70.000,00 suplementar à verba que indica.	MP	MF
1116	Lei nº 1514, de 21 de outubro de 1952 - Determina o registro o crédito que indica.	MP	MF
1117	Decreto nº 230, de 12 de novembro de 1952 - Orça a RECEITA e fixa as DESPESAS para o exercício financeiro de 1953.	MP	MF
1118	Decreto nº 228, de 11 de novembro de 1952 - Autoriza a abertura de crédito especial de 200.000,00, para construção de um prédio destinado ao Grupo Escolar da cidade de Mauriti.	MP	MF
1119	Decreto nº 229, de 11 de novembro de 1952 - Autoriza a abertura de crédito especial de 200.000,00, para construção de um prédio destinado ao Grupo Escolar da cidade de Meruoca.	MP	MF
1120	Lei nº 1.575, de 02 de dezembro de 1952 - Determina o registro pelo Tribunal de Contas do crédito de Cr\$ 100.000,00, para o fim que indica.	MP	MF
1121	Decreto nº 267, de 09 de dezembro de 1952 - Altera, sem aumento de despesa, o vigente orçamento da Faculdade de Economia.	MP	MF
1122	Decreto nº 273, de 11 de dezembro de 1952 - Cria cargos de Professor Ruralista, Professor Primário e Mestre de Iniciação Profissional e dá outras providencias.	MP	MF

1123	Decreto nº 293, de 12 de dezembro de 1952 - Autoriza a abertura do crédito suplementar de 5.000,00, para o fim que indica.	MP	MF	
1124	Decreto nº 310, de 13 de dezembro de 1952 - Autoriza a abertura do crédito suplementar de Cr\$ 80.000,00, para o fim que indica.	MP	MF	
1125	Decreto nº 321, de 15 de dezembro de 1952 - Dispõe sobre o número de aulas obrigatórias em cada cadeira dos cursos oficiais do ensino secundário, normal e suplementar, e dá outras providencias.	MP	MF	
1126	Decreto nº 348, de 16 de dezembro de 1952 - Concede auxiliar à Faculdade Católica de Filosofia do Ceará.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1953	ACERVO	SETOR
1027	Decreto nº 12, de 09 de maio de 1953 - Autoriza a abertura do crédito especial de CR\$ 125.000,00, para o fim que indica.	MP	MF	
1028	Decreto nº 20, de 19 de maio de 1953 - Reconhece de utilidade pública a Sociedade Educadora Ruralista de Itapipoca.	MP	MF	
1029	Decreto nº 35, de 08 de junho de 1953 - Autoriza a abertura do crédito especial de 200.000,00, para o funcionamento que indica.	MP	MF	
1030	Decreto nº 49, de 16 de junho de 1953 - Reconhece de utilidade pública a Sociedade Pró- Educadora Rural de Limoeiro.	MP	MF	
1031	Lei nº 1.845, de 23 de junho de 1953 - Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do crédito que indica.	MP	MF	
1032	Decreto nº 62, de 24 de junho de 1953 - Concede o auxílio de Cr\$ 60.000,00 à Sociedade Antonio Augusto, e dá outras providências.	MP	MF	
1033	Decreto nº 75, de 06 de julho de 1953 - Concede o auxílio de quinze mil cruzeiros Cr\$ 15.000,00 às Escolas gratuitas "São Vicente de Paula", dos missionários lazaristas, desta capital e dá outras providências.	MP	MF	
1034	Decreto nº 114, de 03 de agosto de 1953 - Autoriza o Chefe do Poder Executivo a abrir adicional ao orçamento vigente da Secretaria de Educação e Saúde, o crédito de Cr\$ 743.066,60 suplementar às verbas qua indica.	MP	MF	
1035	Decreto nº 199, de 28 de setembro de 1953 - Inclui no orçamento vigente da Secretaria de Educação e Saúde, a s/c 08 - Gratificação Adicional e de Magistério da verba - 6.08 - Instituto de Educação Justiniano de Serpa e dota com a importancia de 2.160,00.	MP	MF	
1036	Decreto nº 227, de 13 de outubro de 1953 - Autoriza a Secretaria de Educação e Saúde a realizar os concursos de magistérios primário, secundário e superior.	MP	MF	

1037	Decreto nº 243, de 20 de outubro de 1953 - Autoriza a abertura de crédito especial de Cr\$ 200.000,00 para destinados à construção de um edifício Escola Profissional, de São João do Tauape, município de Fortaleza.	MP	MF	
1038	Decreto nº 249, de 06 de novembro de 1953 - Autoriza a abertura de crédito de Cr\$ 200.000,00, para o fim que indica e dá outras providencias.	MP	MF	
1039	Decreto nº 255, de 10 de novembro de 1953 - Orça a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1954.	MP	MF	
1040	Decreto nº 272, de 20 de novembro de 1953 - Concede á Escola Profissional "Santa Luiza de Marilac", de Parangaba, o auxílio de quinze mil cruzeiros (Cr\$ 15.000,00) e dá outras providencias.	MP	MF	
1041	Decreto nº 298, de 20 de novembro de 1953 - Autoriza o Chefe do Poder Executivo a abrir, o adicional ao orçamento vigente da Secretaria de Educação e Saúde, o crédito de Cr\$ 70.416,70, suplementar às verbas que indica.	MP	MF	
1042	Decreto nº 324, de 14 de dezembro de 1953 - Cria cargo de Professor Primário especializado, autoriza a nomeação de cego e dá outras providencias.	MP	MF	
1043	Lei nº 2.185, de 15 de dezembro de 1953 - Cria cargo de Professor Primário Especializado, autoriza a nomeação de cego e dá outras providencias.	MP	MF	
1044	Decreto nº 373, de 19 de dezembro de 1953 - Autoriza ao Chefe do Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 50.000,00, para auxiliar a Associação dos Professores de Educação Física do Ceará, na instalação da Escola de Educação Física do Ceará, nesta capital.	MP	MF	
1045	Decreto nº 378, de 22 de dezembro de 1953 - Concede um auxílio de Cr\$ 30.000,00, Colégio Sobralense.	MP	MF	
1046	Decreto nº 23, de dezembro de 1953 - Concede auxílio de Cr\$ 50.000,00, ao Instituto de Educação do Curú e dá outras providencias.	MP	MF	
1047	Lei nº 2.240, de 24 de dezembro de 1953 - Autoriza ao chefe do Poder Executivo a abrir o crédito especial de Rs 50.000,00 para auxiliar a Associação dos Professores de Educação Física do ceará, na instalação da escola de Educação Física do Ceará, nesta Capital.	MP	MF	
1048	Lei nº 2.263, de 28 de dezembro de 1953 - Resolve mandar registrar o crédito de que trata e dá outras providencias.	MP	MF	
1049	Decreto nº 390, de 28 de dezembro de 1953 - Discrimina os auxílios, contravenções e das verbas globais do orçamento vigente do Estado.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1954	ACERVO	SETOR
1150	Lei nº 2.290, de 1º de junho de 1954 - Determina o reistro de crédito de que trata o Decreto nº 1946 de 23/04/1953.	MP	MF	

1151	Decreto nº 86, de 13 de agosto de 1954 - Cria cargos de Professor Auxiliar de Educação Física e dá outras providencias.	MP	MF	
1152	Decreto nº 174, de 11 de novembro de 1954 - Orça a Receita e Fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1955.	MP	MF	
1153	Decreto nº 211, de 26 de novembro de 1954 - Reconhece de utilidade pública a Escola Moderna de Parangaba.	MP	MF	
1154	Decreto nº 227, de 04 de dezembro de 1954- Discrimina os auxílios, contravenções e subvenções das verbas globais, do orçamento vigente do Estado.	MP	MF	
1155	Decreto nº 247, de 10 de dezembro de 1954- Reajusta os vencimentos dos cargos de Professores dos níveis superior, secundário e normal e das carreiras de Inspetor de alunos e dá outras providencias.	MP	MF	
1156	Decreto nº 164, de 11 de novembro de 1954- Orça a Receita e fixa a Despesa exercício financeiro de 1955.	MP	MF	
1157	Decreto nº 276, de 17 de dezembro 1954- Cria um cargo de Professor padrão "V" e dá outras providencias.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1955	ACERVO	SETOR
1158	Decreto nº 31, de 08 de março de 1955 - Discrimina os auxílios, contravenções e subvenções de verbas global do vigente orçamento do Estado e dá outras providencias.	MP	MF	
1159	Decreto nº 164, de 29 de outubro de 1955 - Transforma a Escola de condutores de Máquinas Agrícola e dá outras providencias às em Escola Prática de Agricultura	MP	MF	
1160	Decreto nº 193, de 09 de novembro de 1955 - Orça a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1956.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1956	ACERVO	SETOR
1161	Decreto nº 14, de 1956 - Discrimina os auxílios, contravenções e subvenções de verba global do vigente orçamento do Estado, e dá outras providencias.	MP	MF	
1162	Decreto nº 56, de 1956 - Discrimina a verba 6.00 - 8.89.4 - consignação v - alínea B - Título VI - Secretaria de Negócios da Agencia de Obras Públicas, do vigente orçamento do Estado.	MP	MF	
1163	Decreto nº 257, de 12 de novembro de 1956 - Orça a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1957.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1957	ACERVO	SETOR
1164	Decreto nº 60, de 04 de junho de 1957 - Discrimina os auxílios, contravenções e subvenções de verba global do vigente orçamento do Estado, e dá outras providencias.	MP	MF	

1165	Decreto nº 246, de 30 de setembro de 1957 - Discrimina a verba 7.00 - 7.00.1 - 8.94.4 - consignação V - alínea B - Título VII - Secretaria de Negócios da Agência de Obras Públicas, do vigente orçamento do Estado.	MP	MF	
1166	Decreto nº 298, de outubro de 1957 - Orça a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1956.	MP	MF	
1167	Lei nº 3.548, de 28 de fevereiro de 1957- Assegura a matrícula de filhos de ex-combatentes nos Colégios e Ginásios do Estado.	AL	AG	
1168	Lei nº 3.591, de 17 de maio de 1957- Autoriza a abertura de crédito especial para o fim que indica: Secretaria de Educação e Saúde.	AL	AG	
1169	Lei nº 3.601, de 20 de maio de 1957- Autoriza a abertura de crédito especial para o fim que indica: Secretaria de Educação e Saúde.	AL	AG	
1170	Lei nº 3.613, de 03 de junho de 1957- Autoriza a abertura de crédito especial para o fim que indica: Secretaria de Educação e Saúde.	AL	AG	
1171	Lei nº 3.615, de 03 de junho de 1957 - Autoriza a abertura de crédito especial para o fim que indica: Secretaria de Educação e Saúde.	AL	AG	
1172	Lei nº 3.633, de 14 de junho de 1957 - Concede auxílio de Cr\$ 150.000,00 à Sociedade Educacional de Ipuéiras para construção da sede da Escola Normal do mesmo Município.	AL	AG	
1173	Lei nº 3.695, de 17 de junho de 1957- Concede auxílio as professorandas de 1957 do Centro Educacional Agapito dos Santos e dá outras providências.	AL	AG	
1174	Lei nº 3.807, de 10 de setembro de 1957- Altera sem aumento de despesas, os vigentes orçamentos da Diretoria Geral e do Gabinete da Secretaria de Educação e Saúde.	AL	AG	
1175	Lei nº 3.907, de 22 de novembro de 1957- Autoriza suplementação da verba orçamentária que indica Secretária de Educação e Cultura.	AL	AG	
Nº	EMENTA	Ano: 1958	ACERVO	SETOR
1176	Decreto nº 01, de 1958 - Dispõe sobre o ensino normal rural e dá outras providências.	MP	MF	
1177	Decreto nº 90, de 07 de agosto de 1958 - Discrimina os auxílios, contravenções e subvenções de verba global do vigente orçamento do Estado, e dá outras providências.	MP	MF	
1178	Decreto nº 91, de 08 de agosto de 1958 - Discrimina a verba orçamentária a seguir especificada e dá outras providências.	MP	MF	
1179	Decreto nº 213, de 11 de novembro de 1958 - Cria o 2.Ciclo Colegial do Instituto de Educação Justiniano de Serpa, transforma cargos e dá outras providências.	MP	MF	
1180	Decreto nº 217, de 13 de novembro de 1958 - Orça a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1959.	MP	MF	

1181	Decreto nº 307, de novembro de 1958 - Dispõe sobre o Ensino Normal do Estado e dá outras providências.	MP	MF	
1182	Decreto nº 325, de 22 de dezembro de 1958 - Dá aplicação á dotação orçamentária que indica, discriminando as entidades que faz jus.	MP	MF	
1183	Lei nº 4.410, de 26 de dezembro de 1958 - Dispõe sobre o Ensino Normal do Estado e dá outras providências.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1959	ACERVO	SETOR
1184	Decreto nº 330, de 16 de janeiro de 1959 - Discrimina a verba orçamentária a seguir especificada e dá outras providencias.	MP	MF	
1185	Decreto nº 331, de 20 de janeiro de 1959 - Discrimina os auxílios, contravenções e subvenções de verba global do vigente orçamento do Estado, e dá outras providencias.	MP	MF	
1186	Decreto nº 02, de abril de 1959 - Discrimina o restante da dotação orçamentária que indica.	MP	MF	
1187	Decreto nº 03, de 16 de abril de 1959 - Discrimina e concede as bolsas de estudos qua indica.	MP	MF	
1188	Decreto nº 04, de 16 de abril de 1959 - Discrimina os auxílios, contravenções e subvenções do restante da verba global do vigente orçamento do Estado, e dá outras providencias.	MP	MF	
1189	Decreto nº 06, de 04 de maio de 1959 - Dispõe sobre os cargos do magistério dos cursos secundários e superior e dá outras providencias.	MP	MF	
1190	Decreto nº 155, de 13 de novembro de 1959 - Dispõe sobre a manutenção de turmas de cinqüenta alunos no Ginásio Capistrano de Abreu e dá outras providencias.	MP	MF	
1191	Decreto nº 156, de 13 de novembro de 1959 - Orça a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1960.	MP	MF	
1192	Decreto nº 170, de 18 de novembro de 1959 - Concede prêmio no valor de Cr\$ 10.000,00 ao estudante da Escola de Agronomia que obteve o 1. Lugar no vestibular e nas demais séries constitutivas.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1960	ACERVO	SETOR
1193	Decreto nº 01, de janeiro de 1960 - Cria o Colégio Estadual de Fortaleza e dá outras providencias.	MP	MF	
1194	Decreto nº 22, de 10 de maio de 1960 - Dá aplicação a dotação orçamentária BOLSAS DE ESTUDOS que indica, discrinando as entidades qua a ela fazem jus.	MP	MF	

1195	Decreto nº 50, de 25 de maio de 1960 - Discrimina os auxílios, contravenções e subvenções do restante da verba global do vigente orçamento do Estado, e dá outras providencias.	MP	MF	
1196	Decreto nº 65, de 06 de junho de 1960 - Discrimina a verba orçamentária a seguir especificada e dá outras providencias.	MP	MF	
1197	Decreto nº 62, de 06 de junho de 1960 - Dispõe sobre a classificação de cargos e funções, gratificações do Quadro I - Poder Executivo e dá outras providencias.	MP	MF	
1198	Decreto nº 168, de 08 de setembro de 1960 - Cria a Escola Técnica de Cooperativismo e dá outras providencias.	MP	MF	
1199	Decreto nº 156, de 13 de novembro de 1960 - Orça a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1961.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1961	ACERVO	SETOR
1200	Lei nº 5.390, de 08 de junho de 1961 – Dá aplicação a dotação orçamentária <u>Bolsa de Estudo</u> , que indica discriminando as entidades que a ela faz jús.		AL	AG
1201	Lei nº 5.395, de 08 de junho de 1961 – Dá ao Ginásio Estadual do Crato a denominação de Ginásio Wilson Gonçalves.		AL	AG
1202	Lei nº 5.492, de 07 de agosto de 1961 – Concede auxílio ao Ginásio Nossa Senhora do Sagrado Coração, de Fortaleza.		AL	AG
1203	Lei nº 5.501, de 17 de agosto de 1961 – Abre crédito especial de Cr\$150.000,00 para a reconstrução do Grupo Escolar da cidade de São Luís do Curú, e dá outras providências.		AL	AG
1204	Lei nº 5.508, de 17 de agosto de 1961 – Autoriza a abertura de crédito especial de Cr\$300.000,00, destinado a auxiliar o “GINÁSIO MONSENHOR TABOSA”, de Morada Nova.		AL	AG
1205	Lei nº 5.531, de 30 de agosto de 1961 – Altera, sem aumento de despesas o vigente orçamento da ESCOLA PRÁTICA DE AGRICULTURA.		AL	AG
1206	Lei nº 5.553, de 13 de setembro de 1961 – Considera de utilidade pública a “UNIÃO ESTUDANTIL DEFENSORA DOS INTERESSES DE MANGABEIRA”.		AL	AG
1207	Lei nº 5.680, de 25 de outubro de 1961 – Discrimina os auxílios financeiros destinados às entidades educacionais que indica e dá outras providências.		AL	AG
1208	Lei nº 5.697, de 30 de outubro de 1961 – Autoriza a doação de imóveis e dá outras providências.		AL	AG
1209	Lei nº 5.832, de 18 de dezembro de 1961 – Suplementa o orçamento vigente da Secretaria de Negócios de Educação e Saúde.		AL	AG

Nº	EMENTA	Ano: 1962	ACERVO	SETOR
1210	Lei nº 5.883, de 25 de maio de 1962 - Autoriza o Poder Executivo a agregar à Viçosa do Ceará a Escola de Administração do Ceará.		MP	MF
1211	Lei nº 6.050, de 07 de setembro de 1962 - Dispõe sobre adoção orçamentária referente à construção de prédios Escolares e aquisição de material didático e dá outras providências.		MP	MF
1212	Lei nº 5.928, de 16 de julho de 1962 - Discrimina a dotação orçamentária referente a Bolsas de Estudos e dá outras providências.		MP	MF
1213	Lei nº 5.948, de 20 de julho de 1962 - Discrimina os auxílios, contravenções e subvenções do restante da verba global do vigente orçamento do Estado, e dá outras providências.		MP	MF
1214	Lei nº 5.990, de 30 de julho de 1962 - Discrimina os auxílios financeiros destinados às entidades que menciona e dá outras providências.		MP	MF
1215	Lei nº 6.311, de 22 de maio de 1962 - Discrimina a dotação orçamentária referente a Bolsas de Estudos e dá outras providências.		MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1963	ACERVO	SETOR
1216	Lei nº 6.337, de 14 de junho de 1963 - Discrimina a verba orçamentária referente às entidades educacionais.		MP	MF
1217	Lei nº 6.759, de 13 de novembro de 1963 - Reorganiza a Secretaria de Educação e Cultura e dá outras providências.		AL	AG
1218	Lei nº 6.833, de 06 de dezembro de 1963 - Concede o auxílio de quinze milhões de cruzeiros (Cr\$ 15.000,00), para construção e instalação do Pavilhão de Mecânica, da Escola Profissional Padre João Piamarta, no bairro de Nazaré.		AL	AG
Nº	EMENTA	Ano: 1964	ACERVO	SETOR
1219	Lei nº 7.096, de 08 de janeiro de 1964 - Estabelece normas para a construção de prédios escolares, por cooperação e dá outras providências.		AL	AG
1220	Lei nº 7.137, de 10 de janeiro de 1964 - Concede o auxílio de Cr\$ 724.000,00 para a instalação da Escola Senador Catunda, do Município de Santa Quitéria e dá outras providências.		AL	AG
1221	Lei nº 7.139, de 10 de janeiro de 1964 - Cria a Escola Técnica de Comércio Estadual e dá outras providências.		AL	AG
1222	Lei nº 7.175, de 16 de março de 1964 - Considera de utilidade pública a fundação Educacional Luzardo Viana.		AL	AG
1223	Lei nº 7.200, de 30 de abril de 1964 - Aprova o convênio celebrado entre a Secretaria de Educação e Cultura e a Prefeitura, do Município de Fortaleza.		AL	AG

1224	Lei nº 7.232, de 19 de maio de 1964 - Considera de utilidade pública a Escola Profissional Salesiana D. Bosco.	AL	AG	
1225	Lei nº 7.257, de 18 de maio de 1964 - Dispõe sobre a carreira do professor do Ensino de 2º Grau e dá outras providências.	AL	AG	
1226	Lei nº 7.307, de 25 de maio de 1964- Aprova contrato entre a Secretaria de Educação e Cultura e a Prefeitura Municipal de Óros.	AL	AG	
1227	Lei nº 7.436, de 30 de julho de 1964 - Dispõe sobre a carreira de Professor Diplomado do Ensino do 1º Grau e os cargos de Professor Especializado do Ensino do 1º Grau, e dá outras providências.	AL	AG	
1228	Lei nº 7.639, de 03 de novembro de 1964 - Autoriza a abertura do crédito especial para o fim que indica.	AL	AG	
1229	Lei nº 7.640, de 03 de novembro de 1964 - Cria a Escola de Iniciação Profissional Padre Cícero, em Juazeiro do Norte, e dá outras providências.	AL	AG	
1230	Lei nº 7.641, de 03 de novembro de 1964 - Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, para o fim que indica e dá outras providências.	AL	AG	
Nº	EMENTA	Ano: 1965	ACERVO	SETOR
1231	Lei nº 8.118, de 09 de julho de 1965 - Aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Ceará e o Ministério de Educação e Cultura, para a campanha da Merenda Escolar.	AL	AG	
1232	Lei nº 8.119, de 09 de julho de 1965 - Dá nova denominação à Escola Prática de Agricultura e Veterinária.	AL	AG	
1233	Lei nº 8.216, de 02 de setembro de 1965 - Dispõe sobre a carreira de Orientador de Educação e dá outras providências.	AL	AG	
1234	Lei nº 8.259, de 15 de outubro de 1965- Autoriza a abertura de crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros), destinados à construção de um grupo escolar no distrito de Inhamuns, no município de Tauá.	AL	AG	
1235	Lei nº 8.341, de 14 de setembro de 1965- Aprova o acôrdo celebrado entre o estado e o Ministério da Educação e Cultura para o fim que menciona.	AL	AG	
1236	Lei nº 8.355, de 15 de dezembro de 1965- Transforma em autarquia a Faculdade de Veterinária do Ceará e dá outra providências.	AL	AG	
1237	Lei nº 8.377, de 29 de dezembro de 1965 - Aprova têmio de cooperação celebrado entre a Secretaria de Educação e Cultura e a Prefeitura Municipal de Pacatuba.	AL	AG	
1238	Lei nº 8.379, de 30 de dezembro de 1965 - Dispõe a carreira de professor do Ensino do 2º Grau e dá outras providências.	AL	AG	

1239	Lei nº 8.380, de 29 de dezembro de 1965 - Autoriza o Chefe do Poder Executivo a celebrar contrato de seguradora vida em grupo, com empresa seguradora idônea, em proveito dos servidores do Estado.	AL	AG	
Nº	EMENTA	Ano: 1966	ACERVO	SETOR
1140	Lei nº 8.390, de 10 de janeiro de 1966 - Complementa a verba orçamentária relativa a Auxílio, Contravenções e Subvenções, como se vê abaixo.	MP	MF	
1141	Lei nº 8.410, de 11 de janeiro de 1966 - Complementa a verba orçamentária relativa as Bolsas de Estudo, como se vê abaixo.	MP	MF	
1142	Lei nº 8.423, de 03 de fevereiro de 1966 – Encampa a Faculdade Católica de Filosofia do Ceara, sob a denominação de Faculdade de Filosofia do Ceará, e dá outras providências.	AL	AG	
1143	Lei nº 8424, de 03 de fevereiro de 1966 - Aprova o convênio entre o Estado do Ceará e a Agencia para o Desenvolvimento Internacional - USAID - BRASIL.	MP	MF	
1144	Lei nº 8.423, de 11 de fevereiro de 1966 - Dispõe sobre a destinação de recursos ao Fundo Especial do Desenvolvimento do Ceará.	MP	MF	
1145	Lei nº 8.459, de 11 de maio de 1966 - Aprova termo de ajuste firmado pelo Estado com o Ministério de Educação e Cultura, a ser cumprido pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar e o Governo de Estado do Ceará.	MP	MF	
1146	Lei nº 8.460, de 11 de maio de 1966 - Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 552.000, para o fim que indica.	AL	AG	
1147	Lei nº 8.481, de 02 de junho de 1966 - Autoriza a abertura de crédito especial destinado a auxilios financeiros de estabelecimentos particulares de ensino de qualquer grau.	MP	MF	
1148	Lei nº 8.514, de 04 de julho de 1966 - Autoriza a abertura de crédito especial de CR\$ 4.000.000,00, destinado a auxiliar a Faculdade Católica de Filosofia do Ceará.	MP	MF	
1149	Lei nº 8.517, de 04 de julho de 1966 - Autoriza a abertura de crédito suplementar às dotações orçamentárias do Departamento de Ensino do 1º Grau, da Secretaria de Educação e Cultura.	MP	MF	
1150	Lei nº 8.521, de 27 de julho de 1966 - Discrimina os auxílios, contravenções e subvenções do corrente exercício.	MP	MF	
1151	Lei nº 8.541, de 09 de agosto de 1966 - Altera a denominação e a estrutura da Secretaria de educação e Cultura, cria a Secretaria de Cultura e dá outras providências.	AL	AG	
1152	Lei nº 8.546, de 12 de agosto de 1966 - Altera os padrões de vencimento do magistério, primário médio e superior do Estado.	MP	MF	

1153	Lei nº 8.559, de 19 de agosto de 1966 - Cria estabelecimento de ensino do 2. Grau.	MP	MF	
1154	Lei nº 8.563, de 12 de setembro de 1966 - Dispõe sobre os cargos da carreira de Técnico de Educação.	MP	MF	
1155	Lei nº 8.587, de 25 de outubro de 1966 - Autoriza a suplementação de ensino de 2. Grau, da Secretaria de Educação e Cultura, o crédito de Cr\$ 75.000.000,00.	MP	MF	
1156	Lei nº 8.590, de 10 de novembro de 1966 - Orça a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1967.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1967	ACERVO	SETOR
1157	Lei nº 8.736, de 25 de janeiro de 1967 - Discrimina as dotações orçamentárias referentes aos auxílios, contravenções e subvenções do corrente exercício e dá outras providências.	MP	MF	
1158	Lei nº 8.747, de 13 de abril de 1967 - Autoriza a abertura de crédito especial NCr\$ 500.000,00, destinado a fazer face durante o corrente exercício, ao pagamento da gratificação de 20% (VINTE POR CENTO) sobre os respectivos vencimentos aos professores do Ensino do 2. Gau.	MP	MF	
1159	Lei nº 8.766, de 02 de maio de 1967 - Aprova o Termo de Ajuste firmado entre o Ministério da Educação e o Governo do Estado de Ceará, através da Secretaria de Educação.	MP	MF	
1260	Lei nº 8.820, de 20 de junho de 1967 - Autoriza o Chefe do Poder Executivo a abrir o crédito especial de NCr\$ 7.700,00, destinados a auxiliar os estabelecimentos de veterinários - Doutorandos de 1967, numa viagem de caráter técnico cultural, ao Centro-Sul do país.	MP	MF	
1261	Lei nº 8.946, de 16 de outubro de 1967 - Autoriza o Chefe do Poder executivo a abrir, adicional ao orçamento vigente do Departamento de Estudos de NCr\$ 3.000,00, suplementar à dotação que indica.	AL	AG	
1262	Lei nº 8.975, de 23 de novembro de 1967 - Encampa a Escola Normal Mário Emílio Rabelo, com sede no município de Morada Nova e dá outras providências.	AL	AG	
1263	Lei nº 8.979, de 30 de novembro de 1967- Aprova a remessa ao Govêrno do Estao do Relatório da CPI, que investigou denúncias de irregularidade na Secretária de Educação e determina outra providências.	AL	AG	
1264	Lei nº 8.982, de 30 de novembro de 1967- Altera, sem aumento de despesa, o vigente orçamento do Conselho Regional de Desporto, da Secretaria de Educação.	AL	AG	

Nº	EMENTA	Ano: 1968	ACERVO	SETOR
1265	Lei nº 9.131, de 13 de agosto de 1968 - Discrimina as dotações orçamentárias referentes aos auxílios, contravenções e subvenções do corrente exercício e dá outras providências.		MP	MF
1266	Lei nº 9.030, de 22 de abril de 1968 - Cria cargos de Professor Adjunto na Escola de Administração do Ceará.		MP	MF
1267	Lei nº 9.045, de 27 de maio de 1968 - Dispõe sobre os vencimentos do magistério primário, médio e superior.		MP	MF
1268	Lei nº 9.056, de 14 de junho de 1968 - Considera de utilidade pública a "Escola de Pais de Fortaleza".		MP	MF
1269	Lei nº 9.071, de 18 de julho de 1968 - Considera de utilidade pública o Colégio Nossa Senhora de Lourdes.		MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1969	ACERVO	SETOR
1270	Lei nº 9.328, de 23 de outubro de 1969 - Discrimina as dotações orçamentárias referentes aos auxílios, contravenções e subvenções do corrente exercício.		MP	MF
1271	Lei nº 9.344, de 05 de dezembro de 1969 - Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o Exercício Financeiro de 1970.		MP	MF
1272	Lei nº 9.270, de 22 de abril de 1969 - Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Ceará e a Campanha Nacional de Alimentação Escolar.		MP	MF
1273	Lei nº 9.278, de 20 de maio de 1969 - Aprova o Termo de Convênio entre o Governo do Estado e o Ministério de Educação e Cultura, através da Campanha de Assistência ao Estudante.		MP	MF
1274	Lei nº 9.274, de 12 de maio de 1969 - Aprova o Termo de Convênio entre o Governo do Estado e o Ministério de Educação e Cultura, através da Comissão do LIVRO TÉCNICO e do LIVRO DIDÁTICO - COLTED.		MP	MF
1275	Lei nº 9.318, de 12 de setembro de 1969 - Autoriza a abertura de crédito suplementar de NCr\$ 937.296,00 ao orçamento vigente do Departamento de Ensino do 2. Grau, da Secretaria de Educação.		MP	MF
1276	Lei nº 9.337, de 02 de dezembro de 1969 - Autoriza a abertura de crédito suplementar de NCr\$ 268.600,00, ao orçamento vigente do Departamento de Ensino do 1. Grau, da Secretaria de Educação.		MP	MF
1277	Lei nº 9.351, de 09 de dezembro de 1969 - Aprova o Termo de Acordo celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e o Estado do Ceará.		MP	MF

Nº	EMENTA	Ano: 1971	ACERVO	SETOR
1278	Lei nº 9.458, de 07 de junho de 1971 - Reclassifica cargos e funções do Quadro I do Poder Executivo, estabelecendo novos níveis de vencimentos e dá outras providências.		MP	MF
1279	Lei nº 9.528, de 04 de novembro de 1971 - Complementa a Lei b. 9458, de 7 de junho de 1971 e dá outras providências.		MP	MF
1280	Lei nº 9.553, de 10 de dezembro de 1971 - Discrimina as dotações orçamentárias referentes aos auxílios, contravenções e subvenções do corrente exercício e dá outras providências.		MP	MF
1281	Lei nº 9.569, de 23 de dezembro de 1971 – Considera de utilidade pública o Instituto Psico-Pedagógico Eunice Damasceno, de Juazeiro do Norte.		MP	MF
1282	Lei nº 9.573, de 23 de dezembro de 1971 – Considera de utilidade pública a Escola Domestica São Rafael.		MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1972	ACERVO	SETOR
1283	Lei nº 9.684, de 19 de dezembro de 1972 - Discrimina as dotações orçamentárias referentes aos auxílios, contravenções e subvenções do corrente exercício e dá outras providências.		MP	MF
1284	Lei nº 9.344, de 30 de novembro de 1972 - Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado do Ceará para o Exercício Financeiro de 1973.		MP	MF
1285	Lei nº 9.636, de 31 de outubro de 1972 - Dispõe sobre o sistema de ensino do Estado do Ceará.		MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1973	ACERVO	SETOR
1286	Lei nº 9.727, de 14 de agosto de 1973 – Considera de utilidade pública a (ilegível) de Educação Pré – Escolar.		MP	MF
1287	Lei nº 9.753, de 18 de outubro de 1973 – Autoriza o Poder Escalar a instituir o Fundação de Educação do Estado do Ceará – FUNEDUCE, dispõe sobre a extensão das autarquias educacionais do Estado dá outras providências.		MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1974	ACERVO	SETOR
1288	Lei nº 9.812, de 08 de abril de 1974 – Fixa normas relativas à autorização de proventos dos professores universitários aposentados ou em disponibilidades da antiga Escola de Agronomia do Ceará.		MP	MF
1289	Lei nº 9.837, de 17 de junho de 1974 – Dispõe sobre a quantificação da locação dos cargos do Conselho Estadual de Educação e dá outras providências.		MP	MF

1290	Lei nº 9.825, de 10 de maio de 1974 – Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Oficial do Estado.	MP	MF	
1291	Lei nº 9.847, de 04 de junho de 1974 – Autoriza o chamado do Poder Executivo a encampar a Escola Johnson da F. Escolas Johnson e dá outras providências.	MP	MF	
1292	Lei nº 9.888, de 12 de dezembro de 1974 – Oficializa o Hino do professor com letra do poeta Pierre Luiz e música do maestro Antonio Gondim.	MP	MF	
1293	Lei nº 9.895, de 16 de dezembro de 1974 – Estima a Receita e Fixa a Despesa do Estado do Ceará para o exercício final de 1975.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1975	ACERVO	SETOR
1294	Lei nº 9.895, de 18 de novembro de 1975 – Estima a Receita e Fixa a Despesa do Estado para o exercício final de 1975.	MP	MF	
1295	Lei nº 9.974, de 28 de novembro de 1975 – Dispõe sobre os valores do (ilegível) dos membros do magistério público e dá outras providências.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1976	ACERVO	SETOR
1296	Lei nº 10.068, de 02 de dezembro de 1976 – Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício final de 1977.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1978	ACERVO	SETOR
1297	Lei nº 10.238, de 19 de dezembro de 1978 – Estima a receita e vários empréstimos junto aos bancos BN e agências financeiras, fixa a despesa do Estado para o exercício final de 1979.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1979	ACERVO	SETOR
1298	Lei nº 10.303, de 11 de setembro de 1979 – Dispõe sobre os (ilegível) e salários do Grupo Ocupacional – Magistério – Quadro I – Poder Executivo e dá outras providências.	MP	MF	
1299	Lei nº 10.342, de 22 de novembro de 1979 – Estima a receita e fixa a despesa do Estatuto para o exercício final de 1980.	MP	MF	
1300	Lei nº 10.353, de 29 de novembro de 1979 – Dispõe sobre a (ilegível) do valor de Unidade Constante a que se refere o Estado do Magistério Oficial do Estado, e dá outras providências.	MP	MF	
Nº	EMENTA	Ano: 1980	ACERVO	SETOR
1301	Lei nº 10.419, de 08 de setembro de 1980 – Altera os indícios, fixa o novo valor da Unidade Constitucional a que se refere o Estado do Magistério Oficial do Estado e dá outras providências.	MP	MF	

Nº	EMENTA	Ano: 1981	ACERVO	SETOR
1302	Lei nº 10.502, de 14 de maio de 1981 – Dispõe sobre a classificação de Cargos e Organização da locação da Secretaria de Educação e dá outras providências.		MP	MF
1303	Lei nº 10.598, de 02 de dezembro de 1981 – Dispõe sobre a vigência até 31 de dezembro de 1981, para todos os efeitos, os contratados celebrados com o Estado para o exercício do magistério, de 1º e 2º graus, por hora de atividade não excedente a 200 (duzentas) horas mensais.		MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1982	ACERVO	SETOR
1304	Lei nº 10.703, de 13 de agosto de 1982 - Inclui na lotação da Secretaria de Educação os cargos que indica e dá outras providências.		AL	AG
1305	Lei nº 10.709, de 23 de setembro de 1982 - Complementa dispositivo da Lei nº 10.662, de 19 de maio de 1982, e estabelece outras providências.		AL	AG
1306	Lei nº 10.724, de 18 de outubro de 1982 – Dispõe sobre o Conselho de Educação do Ceará e dá outras providências.		AL	AG
Nº	EMENTA	Ano: 1983	ACERVO	SETOR
1307	Lei nº 10.843, de 11 de outubro de 1983 – Modifica o Estatuto do Magistério Oficial do Estado do Ceará.		AL	AG
1308	Lei nº 10.852, de 05 de dezembro de 1983 – Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício final de 1984.		MP	MF
1309	Lei nº 10.876, de 26 de dezembro de 1983 - Dispõe sobre a classificação de cargos e organização da lotação do Conselho de Educação do Ceará – CEC e dá outras providências.		AL	AG
1310	Lei nº 10.877, de 27 de dezembro de 1983 – Dispõe sobre a Fundação Universal do Estadual do Ceará – UECE.		MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1984	ACERVO	SETOR
1311	Lei nº 10.884, de 02 de fevereiro de 1984 – Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Oficial do Estado.		AL	AG
1312	Lei nº 10.933, de 10 de outubro de 1984 - Cria, sob a forma Autárquica, a Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, na forma que indica e dá outras providências.		AL	AG
1313	Lei nº 10.986, de 14 de dezembro de 1984 – Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício final de 1985.		MP	MF
1314	Lei nº 10.979, de 12 de dezembro de 1984 – Eleva o valor do vencimento do cargo que indica (professor do Ensino Superior).		MP	MF

1315	Lei nº 10.991, de 26 de dezembro de 1984 – Dispõe sobre cessão das Quadras de Esportes e Auditórios das Escolas Públicas Estaduais de 1º e 2º graus.		MP	MF
1316	Lei nº 10.992, de 26 de dezembro de 1984 – Dispõe sobre a adoção do livro didático nas escolas públicas estaduais de 1º e 2º graus.		MP	MF
Nº	EMENTA	Ano: 1985	ACERVO	SETOR
1317	Lei nº 10.987, de 26 de dezembro de 1984 (DO 07.01.85) - Complementa a Lei nº 10.884, de 02 de fevereiro de 1984 (Estatuto do Magistério Oficial do Estado) e dá outras providências.		AL	AG
1318	Lei nº 10.991, de 26 de dezembro de 1984 (DO 08.01.85) - Dispõe sobre cessão das Quadras de Esporte e Auditórios das Escolas Públicas Estaduais de 1º e 2º Graus, na forma que indica.		AL	AG
1319	Lei nº 10.992, de 26 de dezembro de 1984 (DO 08.01.85) - Dispõe sobre a adoção de livro didático nas escolas públicas estaduais de 1º e 2º graus, na forma que indica.		AL	AG
1320	Lei nº 11.014, de 09 de abril de 1985 (DO 10.04.85) - Dispõe sobre o Conselho de Educação do Ceará e dá outras providências.		AL	AG
1321	Lei nº 11.034, de 22 de maio de 1985 (DO 31.05.85) - Considera de utilidade pública a Associação dos Orientadores Educacionais do Ceará - ASOECE - e dá outras providências.		AL	AG
1322	Lei nº 11.141, de 06 de dezembro de 1985 (DO 09.12.85) - Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 1986.		AL	AG
Nº	EMENTA	Ano: 1986	ACERVO	SETOR
1323	Lei nº 11.191, de 09 de junho de 1986 (DO 16.06.86) - Cria, sob forma autárquica, a Universidade Regional do Cariri-URCA e dá outras providências.		AL	AG
1324	Lei nº 11.192, de 09 de junho de 1986 (DO 24.06.86) - Autoriza a criação de creche que indica.		AL	AG
1325	Lei nº 11.196, de 16 de junho de 1986 (DO 23.06.86) - Tornando opcional o uso de fardamento escolar na rede de ensino.		AL	AG
1326	Lei nº 11.231, de 03 de outubro de 1986 (DO 06.10.86) - Fixa novos valores para os vencimentos mensais do pessoal integrante do Grupo Ocupacional Magistério - MAG, do Quadro I - Poder Executivo, dispõe sobre a Gratificação que indica e dá outras providências.		AL	AG
1327	Lei Nº 11.244, de 15 de dezembro de 1986 (DO 15.12.86) - Complementa e amplia a estrutura da Universidade Regional do Cariri - URCA e dá outras providências.		AL	AG

1328	Lei nº 11.247, de 16 de dezembro de 1986 (DO 22.12.86) - Fixa novos valores de vencimento mensal para o cargo de Professor do Ensino Superior e dá outras providências.	AL	AG
Nº	EMENTA	Ano: 1987	ACERVO
1329	Lei nº 11.303, de 13 de março de 1987 (DO 17.03.87) - Encampa o Colégio Municipal D. Pedro I de Guaraciaba do Norte, e dá outras providências.	AL	AG
1330	Lei nº 11.304, de 13 de março de 1987 (DO 17.03.87) - Dá nova redação ao Art. 3º da Lei nº 11.014, de 09 de abril de 1985.(Conselho de Educação)	AL	AG
1331	Lei nº 11.351, de 24 de setembro de 1987 (DO 29.09.87) - Modifica denominação de Escola que indica.	AL	AG
1332	Lei nº 11.368, de 17 de novembro de 1987 (DO 18.11.87) - Reajusta vencimentos e salários dos servidores integrantes do Magistério Oficial e dá outras providencias.	AL	AG
1333	Lei nº 11.397, de 21 de dezembro de 1987 (DO 28.12.87) - Denomina de Abrahão Baquit a Escola que indica	AL	AG
1334	Lei nº 11.405, de 24 de dezembro de 1987 (DO 24.12.87) - Estima e Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 1988.	AL	AG
1335	Lei nº 11.405, de 24 de dezembro de 1987 (DO 24.12.87) - Estima e Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 1988.	AL	AG
Nº	EMENTA	Ano: 1988	ACERVO
1336	Lei nº 11.517, de 19 de dezembro de 1988 (DO 20.12.88) - Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 1989.	AL	AG
Nº	EMENTA	Ano: 1989	ACERVO
1337	Lei nº 11.575, de 04 de julho de 1989 (DO 06.07.89) - Autoriza a abertura do crédito suplementar que indica e dá outras providências. (para cobrir despesas com o Desenvolvimento da Escolarização de 1º Grau)	AL	AG
1338	Lei nº 11.592, de 25 de julho de 1989 (DO 25.07.89) - Cria a Escola Superior do Ministério Público do Estado do Ceará e dá outras providências.	AL	AG
1339	Lei nº 11.596, de 26 de julho de 1989 (DO 27.07.89) - Considera de utilidade pública a entidade que indica. (Instituto Pedagógico Presidente Médice)	AL	AG

1340	Lei nº 11.647, de 15 de dezembro de 1989 (DO 19.12.89) - Considera de Utilidade Pública a entidade que indica. (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE)	AL	AG	
1341	Lei nº 11.655, de 26 de dezembro de 1989 (DO 27.12.89) - Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 1990.	AL	AG	
Nº	EMENTA	Ano: 1990	ACERVO	SETOR
1342	Decreto nº 20.620, de 12 de março de 1990 - Institui o programa de municipalização do ensino público no Estado do Ceará.	PGE	AG	
1343	Lei nº 11.703, de 03 de julho de 1990 - Transpõe servidores do Grupo Magistério Oficial do Estado do Ceará e dá outras providências.	AL	INT	
1344	Lei nº 11.719, de 21 de agosto de 1990 - Considera de utilidade pública a Escola Artesanal do Sertão Central.	AL	INT	
1345	Lei nº 11.752, de 12 de novembro de 1990 - Cria a Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa - FUNCAP e dá outras providências.	AL	INT	
Nº	EMENTA	Ano: 1991	ACERVO	SETOR
1346	Lei nº 11.812, de 31 de maio de 1991- Dispõe sobre o Grupo Ocupacional Magistério - MAG, reajusta os vencimentos e dá outras providências.	AL	INT	
1347	Lei nº 11.820, de 31 de maio de 1991 - Dispõe sobre o Exercício de Atividades Extra-Classe na Escola e dá outras providências.	AL	INT	
Nº	EMENTA	Ano: 1992	ACERVO	SETOR
1348	Lei nº 11.905, de 06 de janeiro de 1992 - Considera de utilidade pública o Centro Educacional e Cultural da Comunidade de Senador Catunda.	AL	INT	
1349	Lei nº 11.909, de 06 de janeiro de 1992 - Cria cargos de provimento efetivo no Grupo Ocupacional do Magistério, quadro I do Poder Executivo, e dá outras providências.	AL	INT	
1350	Lei nº 11.968, de 22 de junho de 1992 - Considera de utilidade pública a Sociedade Escola dos Meus Filhos.	AL	INT	
1351	Lei nº 12.018, de 20 de novembro de 1992 - Considera de utilidade pública a Fundação de Assistência Educacional à Criança - FAEC.	AL	INT	
Nº	EMENTA	Ano: 1993	ACERVO	SETOR
1352	Lei nº 12.049, de 06 de janeiro de 1993 - Considera de utilidade pública o Instituto Pedagógico Presidente Médici.	AL	INT	
1353	Lei nº 12.052, de 06 de janeiro de 1993 - Considera de utilidade pública o Instituto Educacional Daniel Berg. IEDG.	AL	INT	

1354	Lei nº 12.066, de 13 de janeiro de 1993 - Aprova a estrutura do Grupo Ocupacional Magistério de 1º e 2º graus - MAG, institui o Sistema de Carreira do Magistério Oficial de 1º e 2º graus do Estado e dá outras providências.	AL	INT	
1355	Lei nº 12.073, de 18 de janeiro de 1993 - Torna obrigatória a realização do teste de acuidade visual nas escolas pré-escolar e de 1º grau, no Estado do Ceará abrangendo as escolas públicas, conveniadas, particulares e dá outras providências.	AL	INT	
1356	Lei nº 12.091, de 16 de abril de 1993 - Considera de utilidade pública a Escola de Dança e Integração Social para Criança e Adolescente.	AL	INT	
1357	Lei nº 12.094, de 05 de maio de 1993 - Denomina de Dondon Feitosa a Escola de 1º e 2º graus situada no bairro de Tauzinho, no município de Tauá.	AL	INT	
1358	Lei nº 12.125, de 06 de julho de 1993 - Dispõe sobre a Fundação de Teleducação do Ceará - FUNTELC e dá outras providências.	AL	INT	
1359	Lei nº 12.140, de 22 de julho de 1993 - Dispõe sobre a criação de Escola de Saúde Pública do Ceará - ESP/CE, e dá outras providências.	AL	INT	
1360	Lei nº 12.150, de 29 de julho de 1993 - Prevê a realização da Semana de Conservação Escolar no Calendário da Secretária de Educação do Estado do Ceará e dá outras providências.	AL	INT	
1361	Lei nº 12.191, de 11 de outubro de 1993 - Dispõe sobre a criação de comissões escolares de prevenção às drogas nas escolas estaduais no Ceará.	AL	INT	
Nº	EMENTA	Ano: 1994	ACERVO	SETOR
1362	Lei nº 12.263, de 24 de fevereiro de 1994 - Cria cargos no Grupo Ocupacional Atividades de Magistério Superior-AMS, no quadro de pessoal da Universidade Regional do Cariri - URCA e Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA e dá outras providências.	AL	INT	
1363	Lei nº 12.295, de 28 de abril de 1994 - Considera de utilidade pública a Fundação de Educação Arte e Cultura do Bairro do Rosário - FEACBRO.	AL	INT	
1364	Lei nº 12.310, de 31 de maio de 1994 - Dispõe sobre a implantação do plano de cargos e carreiras, sobre os grupos ocupacionais e a fixação dos novos valores das referências vencimentais da Fundação de Teleducação do Ceará - FUNTELC e dá outras providências.	AL	INT	
1365	Lei nº 12.338, de 21 de julho de 1994 - Considera de utilidade pública a Associação Brasileira de Educação Familiar e Social (filial do Ceará).	AL	INT	
1366	Lei nº 12.345, de 31 agosto de 1994 - Considera de utilidade pública a Escola Profissional Monsenhor Melo-Ibiapina-Ceará.	AL	INT	

Nº	EMENTA	Ano: 1995	ACERVO	SETOR
1367	Lei nº 12.442, de 18 de maio de 1995 - Dispõe sobre o Processo de escolha de diretores de Escolas Públicas Estaduais de Ensino Básico, em cumprimento ao disposto no item V do Artigo 215 e no Artigo 220 da Constituição Estadual e dá outras providências.		AL	INT
1368	Lei nº 12.427, de 25 de abril de 1995 - Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores integrantes do Grupo Operacional Magistério de 1º e 2º graus e dá outras providências.		AL	INT
1369	Lei nº 12.416, de 17 de março de 1995 - Altera as leis nº 12.066, de 13 de janeiro de 1993 e nº 12.102, de 11 de maio de 1993 que dispõem sobre o Grupo Ocupacional Magistério de 1º e 2º graus - MAG e dá outras providências.		AL	INT
1370	Lei nº 12.452, de 06 de junho de 1995 - Dispõe sobre o Processo de Municipalização do Ensino Público do Ceará e dá outras providências.		PGE	AG
1371	Lei nº 12.502, de 31 de outubro de 1995 - Altera dispositivos da lei nº 12.066, de 13 de janeiro de 1993, e da lei nº 12.268, de 23 de março de 1994, que dispõem sobre a carga horária de trabalho do profissional do magistério de 1º e 2º graus e dá outras providências.		AL	INT
1372	Lei nº 12.503, de 31 de outubro de 1995 - Complementa e altera a lei nº 12.066, de 13 de janeiro de 1993, que aprova a estrutura do Grupo Ocupacional Magistério de 1º e 2º graus e dá outras providências.		AL	INT
Nº	EMENTA	Ano: 1996	ACERVO	SETOR
1373	Lei nº 12.569, de 10 de abril de 1996 - Concede o título de Cidadão Cearense ao educador Paulo Reglus Neves Freire.		AL	INT
1374	Lei nº 12.588, de 16 de maio de 1996 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de exames de avaliação aos concludentes das 4ª e 8ª séries do ensino de primeiro grau, na rede de escolas estaduais e dá outras providências.		AL	INT
1375	Lei nº 12.594, de 14 de junho de 1996 - Considera de utilidade pública a Associação Escolinha Beneficente da Comunidade Conjunto Ceará e dá outras providências.		AL	INT
1376	Lei nº 12.595, de 14 de junho de 1996 - Considera de utilidade pública a Associação dos Educadores de Campos Sales.		AL	INT
1377	Lei nº 12.611, de 31 de julho de 1996 - Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores integrantes do Grupo Ocupacional Magistério de 1º e 2º graus e dá outras providências.		AL	INT
1378	Lei nº 12.613, de 07 de agosto de 1996 - Autoriza o poder executivo a transferir da Fundação de Teleducação do Ceará - FUNTELC, para a Secretaria da Educação do Estado do Ceará - SEDUC, todas as atividades ligadas a pesquisa e educação a distância e dá outras providências.		AL	INT

1379	Lei nº 12.622, de 18 de setembro de 1996 - Dispõe sobre a criação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Escola - FADE e dá outras providências.		AL	AG
Nº	EMENTA	Ano: 1997	ACERVO	SETOR
1380	Lei nº 12.718, de 05 de setembro de 1997 - Cria cargos no Grupo Ocupacional Atividades de Magistério Superior - AMS, no quadro de pessoal da Fundação Universidade Regional do Cariri - URCA e dá outras providências.		AL	INT
1381	Lei nº 12.726, de 24 de setembro de 1997 - Considera de utilidade pública o Centro de Educação Integrada à Infância e Adolescência.		AL	INT
1382	Lei nº 12.740, de 16 de outubro de 1997 - Denomina a Escola Estadual de 1º grau, situada no município de Coreaú no bairro Alto Alegre, de "Alferes Augustinho Sérgio Portela".		AL	INT
1383	Lei nº 12.746, de 03 de novembro de 1997 - Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério no Estado do Ceará e dá outras providências.		AL	INT
1384	Lei nº 12.764, de 18 de dezembro de 1997 - Concede às entidades artísticas, comunitárias, filantrópicas e desportivas o direito à utilização do espaço físico e dos equipamentos das unidades de ensino estaduais e dá outras providências.		AL	INT
1385	Lei nº 12.771, de 24 de dezembro de 1997 - Dispõe sobre a isenção do ICMS nas operações internas de aquisição de veículos utilizados no transporte escolar realizado por órgãos da administração pública direta e dá outras providências.		AL	INT
Nº	EMENTA	Ano: 1998	ACERVO	SETOR
1386	Lei nº 12.873, de 16 de dezembro de 1998 - Considera de utilidade pública a Fundação Educacional André Luiz.		AL	INT
1387	Lei nº 12.868, de 11 de dezembro de 1998 - Concede o título de Cidadão Cearense ao sociólogo e professor Antenor Manoel Napolini, secretário da educação básica do Estado do Ceará.		AL	INT
1388	Lei nº 12.861, de 18 de novembro de 1998 - Dispõe sobre o processo de escolha e indicação para provimento do cargo em comissão de diretor junto às escolas públicas estaduais de ensino básico.		AL	INT
1389	Lei nº 12.849, de 27 de agosto de 1998 - Transforma cargos no Grupo Ocupacional Atividades de Magistério Superior - MAS, no quadro de pessoal da Fundação Universidade Regional do Cariri - URCA, e dá outras providências.		AL	INT

1390	Lei nº 12.825, de 07 de julho de 1998 - Autoriza a inclusão no currículo do ensino médio de conteúdos referentes aos primeiros socorros.	AL	INT
Nº	EMENTA	Ano: 1999	ACERVO
1391	Lei nº 12.888, de 12 de abril de 1999 - Denomina de "Maria Luiza de Castro Feitosa" o Liceu de Tauá.	AL	INT
1392	Lei nº 12.889, de 12 de abril de 1999 - Denomina de "Maria Cavalcante Costa" o Liceu de Quixadá.	AL	INT
1393	Lei nº 12.890, de 12 de abril de 1999 - Denomina Professor "José Teles de Carvalho" o Liceu de Brejo Santo.	AL	INT
1394	Lei nº 12.901, de 11 de maio de 1999 - Denomina "Maria da Conceição Costa Rêgo" o núcleo do programa abc - aprender, brincar e crescer -, em tauá.	AL	INT
1395	Lei nº 12.904, de 26 de maio de 1999 - Denomina o Liceu de Iguatu de "liceu Dr. José de Oliveira Gondim".	AL	INT
1396	Lei nº 12.915, de 17 de junho de 1999 - Denomina "Prefeito Raimundo Coelho Bezerra de Farias" o Liceu de Artes e Ofícios, a ser edificado no Conjunto Novo Crato, em Crato.	AL	INT
1397	Lei nº 12.924, de 05 de junho de 1999 - Considera de utilidade pública o "Centro Antônio Conselheiro - Assessoria, Pesquisa e Educação Popular-CAC" e dá outras providências.	AL	INT
1398	Lei nº 12.926, de 07 de julho de 1999 - Inclui na lei nº 12.746, de 03 de novembro de 1997 – Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEF- o artigo que indica.	AL	INT
1399	Lei nº 12.927, de 07 de julho de 1999 - Denomina de "Flora de Queiroz Teles" a unidade escolar de ensino fundamental e médio no município de Coreaú.	AL	INT
1400	Lei nº 12.935, de 19 de julho de 1999 - Dispõe sobre a redistribuição da quota estadual do salário educação nos termos da lei federal nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998.	AL	INT
1401	Lei nº 12.936, de 19 de julho de 1999 - Denomina "Maria Alice Ramos" o Liceu de Acaraú.	AL	INT
1402	Lei nº 12.940, de 15 de setembro de 1999 - Denomina o Liceu de Artes e Ofícios de Juazeiro do Norte de "Aderson Borges de Carvalho".	AL	INT
1403	Lei nº 12.948, de 1º de outubro de 1999 - Considera de utilidade pública o Centro de Desenvolvimento Infantil - CDI.	AL	INT

Nº	EMENTA	Ano: 2000	ACERVO	SETOR
1404	Lei nº 12.997, de 10 de janeiro de 2000 - Institui Programa Interdisciplinar e de Participação Comunitária para Prevenção à Violência nos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual.		AL	INT
1405	Lei nº 12.998, de 12 de janeiro de 2000 - Dispõe sobre a criação de cargos de direção e assessoramento superior para a Secretaria da Educação Básica (SEDUC), e dá outras providências.		AL	INT
1406	Lei nº 12.999, de 14 de janeiro de 2000 - Autoriza a criação de Colégios Militares na Polícia Militar do Estado do Ceará e no Corpo de Bombeiros Militar do Ceará e dá outras providências.		AL	INT
1407	Lei nº 13.077, de 13 de dezembro de 2000 - Autoriza a Secretaria de Educação e Cultura a instituir a Semana Educacional de Proteção aos Animais e dá outras providências.		AL	INT
Nº	EMENTA	Ano: 2001	ACERVO	SETOR
1408	Lei nº 13.096, de 12 de janeiro de 2001 - Autoriza a inclusão do suco de cajú na merenda escolar de todos os alunos da rede pública do Estado do Ceará.		AL	INT
1409	Lei nº 13.100, de 12 de janeiro de 2001 - Reconhece oficialmente no Estado do Ceará como meio de comunicação objetiva e de uso corrente a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e dispõe sobre a implantação da LIBRAS como língua oficial na rede pública de ensino para surdos.		AL	INT
1410	Lei nº 13.101, de 17 de janeiro de 2001 - Dispõe sobre a gratificação de incentivo profissional dos professores da Fundação Universidade Estadual do Ceará - FUNECE, da Fundação Universidade Regional do Cariri - URCA, e da Fundação Estadual Vale do Acaraú - UVA, e dá outras providências.		AL	INT
1411	Lei nº 13.104, de 24 de janeiro de 2001 - Altera a denominação da Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa - FUNCAP, que passa a denominar-se Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP, dispõe sobre sua disciplina e funcionamento e dá outras providências.		AL	INT
1412	Lei nº 13.109, de 26 de abril de 2001 - Considera de utilidade pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Orós e dá outras providências.		AL	INT
1413	Lei nº 13.113, de 08 de maio de 2001 - Considera de utilidade pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Iguatu e dá outras providências.		AL	INT
1414	Lei nº 13.114, de 08 de maio de 2001 - Considera de utilidade pública a Associação Beneficente Assistencial de Profissionalização do Menor e dá outras providências.		AL	INT

1415	Lei nº 13.124, de 12 de junho de 2001 - Considera de utilidade pública o "Lar Jaime Rollemberg de Lima".	AL	INT	
1416	Lei nº 13.133, de 12 de julho de 2001 - Denomina de Governador César Cals de Oliveira Filho, o Centro Vocacional Tecnológico - CVT, do município de Boa Viagem - Ceará.	AL	INT	
1417	Lei nº 13.143, de 29 de agosto de 2001 - Considera de utilidade pública estadual a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE" de Juazeiro do Norte.	AL	INT	
1418	Lei nº 13.156, de 1º de outubro de 2001 - Considera de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Iracema".	AL	INT	
1419	Lei nº 13.158, de 07 de novembro de 2001 - Considera de utilidade pública a "Fundação Maria de Fátima Garcia de Brito", de Antonina do Norte – Ceará.	AL	INT	
1420	Lei nº 13.159, de 07 de novembro de 2001 - Considera de utilidade pública o "Colégio Juvenal de Carvalho".	AL	INT	
1421	Lei nº 13.164, de 29 de novembro de 2001 - Considera de utilidade pública a "Fundação José Paz Rebouças".	AL	INT	
1422	Lei nº 13.166, de 29 de novembro de 2001 - Revoga o artigo 12 da lei nº 12.861/98, que dispõe sobre o processo de escolha e indicação para provimento do cargo em comissão de diretor junto às escolas públicas estaduais de ensino básico.	AL	INT	
1423	Lei nº 13.167, de 05 de dezembro de 2001 - Denomina o Centro Tecnológico do Cariri (CENTEC) localizado na cidade de Juazeiro do Norte, de "Centro Tecnológico José Teófilo Machado".	AL	INT	
1424	Lei nº 13.177, de 26 de dezembro de 2001 - Denomina "Dr. Emanuel Cardoso" a unidade escolar de ensino médio, no município de Arendá.	AL	INT	
Nº	EMENTA	Ano: 2002	ACERVO	SETOR
1425	Lei nº 13.186, de 04 de janeiro de 2002 - Denomina "Escola de Ensino Médio Waldemar Roriz" um estabelecimento de ensino do Estado, na sede do município de Chorozinho.	AL	INT	
1426	Lei nº 13.188, de 04 de janeiro de 2002 - Considera de utilidade pública a "Associação Beneficente Luiza Lopes".	AL	INT	
1427	Lei nº 13.196, de 10 de janeiro de 2002 - Torna obrigatória a entoação do Hino Oficial do Ceará nos estabelecimentos de ensino público no Estado do Ceará e dá outras providências.	AL	INT	
1428	Lei nº 13.197, de 10 de janeiro de 2002 - Torna obrigatório o uso do fardamento escolar na rede estadual de ensino público e dá outras providências.	AL	INT	

1429	Lei nº 13.198, de 10 de janeiro de 2002 - Dispõe sobre a divulgação dos Direitos da Criança e Adolescente na Propaganda Oficial do Governo do Estado.	AL	INT	
1430	Lei nº 13.203, de 21 de fevereiro de 2002 - Institui o prêmio educacional "Escola do Novo Milênio - Educação Básica de Qualidade no Ceará", relativa ao ano de 2001, e dá outras providências.	AL	INT	
1431	Lei nº 13.205, de 21 de fevereiro de 2002 - Considera de utilidade pública a "Casa dos Amigos de Russas - Carus".	AL	INT	
1432	Lei nº 13.206, de 21 de fevereiro de 2002 - Considera de utilidade pública a "Associação Comunitária de Almofala".	AL	INT	
1433	Lei nº 13.213, de 04 de abril de 2002 - Considera de utilidade pública a ASSIND - Associação de Integração de Deficiente.	AL	INT	
1434	Lei nº 13.215 de 04 de abril de 2002 - Cria os cargos de professor que indica, do Grupo Ocupacional Atividade de Magistério Superior - MAS, dos quadros de pessoal da FUNECE e da URCA e dá outras providências.	AL	INT	
1435	Lei nº 13.216, de 04 de abril de 2002 - Cria os cargos de professor que indica, do Grupo Ocupacional Atividade de Magistério Superior - MAS, dos quadros de pessoal da FUNECE.	AL	INT	
1436	Lei nº 13.218, de 19 de abril de 2002 - Denomina de "Deputado Edson Corrêa" o Liceu de Artes e Ofícios de Caucaia-CE.	AL	INT	
1437	Lei nº 13.225, de 19 de junho de 2002 - Considera de utilidade pública a "Associação Sociedade Beneficente Cearense – SBC".	AL	INT	
1438	Lei nº 13.228, de 27 de junho de 2002 - Considera de utilidade pública a "Sociedade de Assistência Comunitária Integrada – SACI".	AL	INT	
1439	Lei nº 13.232, de 27 de junho de 2002 - Considera de utilidade pública estadual a "Associação Beneficente e Assistencial Menino Jesus de Praga - ABAMEJEPPRA" e dá outras providências.	AL	INT	
1440	Lei nº 13.245 de 25 de julho de 2002 - Autoriza a administração pública estadual a transferir para o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC a gestão do equipamento denominado "Hotel Escola de Guaramiranga" e dá outras providências.	AL	INT	
1441	Lei nº 13.265, de 16 de dezembro de 2002 - Considera de utilidade pública o Grupo de Educação e Estudos Oncológicos do Estado do Ceará - GEEON.	AL	INT	
Nº	EMENTA	Ano: 2003	ACERVO	SETOR
1442	Lei nº 13.275, de 06 de janeiro de 2003 - Denomina-se de Deputado Francisco Alves Sobrinho o Liceu de Artes e Ofício do município de Acopiara.	AL	INT	

1443	Lei nº 13.279, de 06 de janeiro de 2003 - Considera de utilidade pública a Associação Creche Comunitária Padre Marcelino Zanella.	AL	INT
1444	Lei nº 13.283, de 06 de janeiro de 2003 - Denomina-se de Escola de Ensino Médio João Nogueira Jucá a Escola Estadual situada à Rua José Félix de Lima, 313, no bairro Edson Queiroz.	AL	INT
1445	Lei nº 13.285, de 09 de janeiro de 2003 - Denomina de Irmã Lins a Escola de Ensino Fundamental e Médio localizada à Av. Sebastião Nogueira, s/n em Viçosa do Ceará.	AL	INT
1446	Lei nº 13.286, de 09 de janeiro de 2003 - Considera de utilidade pública a Fundação Caldeirão da Criança.	AL	INT
1447	Lei nº 13.291, de 15 de janeiro de 2003 - Denomina-se de Marcionílio Gomes de Freitas, o Liceu de Artes e Ofício do município de Senador Pompeu-CE.	AL	INT
1448	Lei nº 13.292, de 15 de janeiro de 2003 - Denomina de deputado Murilo Aguiar o Liceu de Camocim.	AL	INT
1449	Lei nº 13.305, de 19 de maio de 2003 - Considera de utilidade pública a Sociedade Civil sem fins lucrativos, REVART – Resgate de Valores pela Arte.	AL	INT
1450	Lei nº 13.306, de 21 de maio de 2003 - Considera de utilidade pública o Instituto Monsenhor Pedro Rocha.	AL	INT
1451	Lei nº 13.310, de 16 de junho de 2003 - Considera de utilidade pública a Arca – Associação Recreativa e Esportiva para Crianças e Adolescentes.	AL	INT
1452	Lei nº 13.319, de 02 de julho de 2003 - Altera o nome da Escola de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Nogueira para Escola de Ensino Fundamental e Médio Frei Lauro Schwarte.	AL	INT
1453	Lei nº 13.323, de 10 de julho de 2003 - Considera de utilidade pública a Fundação Educativa Salesiana Padre Cícero.	AL	INT
1454	Lei nº 13.346, de 23 de julho de 2003 - Considera de utilidade pública a Fundação de Ciência e Pesquisa Maria Ione Xerez Vasconcelos (Funcipe), situada à av. 13 de maio, n.º 1820 – Bairro de Fátima – Fortaleza – CE.	AL	INT
1455	Lei nº 13.347, de 23 de julho de 2003 - Considera de utilidade pública a Associação Beneficente e Assistencial Marleine Moreira, no município de Juazeiro do Norte/CE.	AL	INT
1456	Lei nº 13.351, de 22 de agosto de 2003 - Institui, no âmbito da administração pública estadual, o Registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular do Estado do Ceará (RMCTP-CE) e dá outras providências.	AL	INT
1457	Lei nº 13.361, de 16 de setembro de 2003 - Considera de utilidade pública estadual a Associação Peter Pan.	AL	INT

1458	Lei nº 13.367, de 16 de setembro de 2003 - Considera de utilidade pública a Fundação Projeto Diferente – Centro de Vida para Crianças Excepcionais.	AL	INT
1459	Lei nº 13.381, de 1º de outubro de 2003 - Fixa o valor da remuneração dos profissionais contratados, por tempo determinado, para o exercício do magistério do ensino fundamental e médio.	AL	INT
1460	Lei nº 13.388, de 31 de outubro de 2003 - Considera de utilidade pública estadual a Biblioteca Gaivota.	AL	INT
1461	Lei nº 13.389, de 31 de outubro de 2003 - Considera de utilidade pública a Associação do Projeto Infoarte.	AL	INT
1462	Lei nº 13.393, de 31 de outubro de 2003 - Altera o art. 2.º da lei n.º 11.491, de 23 de setembro de 1988, que trata do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e dá outras providências.	AL	INT
1463	Lei nº 13.399, de 17 de novembro de 2003 - Institui, no âmbito da administração pública estadual, o depósito legal de obras impressas junto à Biblioteca Pública “Governador Menezes Pimentel” do Estado do Ceará, e dá outras providências.	AL	INT
1464	Lei nº 13.400, de 17 de novembro de 2003 - Dispõe sobre o Conselho Estadual da Cultura, e dá outras providências.	AL	INT
1465	Lei nº 13.403, de 20 de novembro de 2003 - Considera de utilidade pública a Associação Cultural Monsenhor Luiz Ximenes Freire no município de Santa Quitéria – CE.	AL	INT
1466	Lei nº 13.405, de 20 de novembro de 2003 - Considera de utilidade pública o Centro de Apoio à Infância e Adolescência Arlinda Lôbo no município de Santa Quitéria – CE.	AL	INT
1467	Lei nº 13.411, de 15 de dezembro de 2003 - Institui o dia da Literatura Cearense.	AL	INT
1468	Lei nº 13.412, de 18 de dezembro de 2003 - Dispõe sobre a concessão de título de utilidade pública à Associação Cultural Beneficente Manoel Jacintho Coelho.	AL	INT
1469	Lei nº 13.416, de 28 de dezembro de 2003 - Denomina Maria Pontes Vidal a escola estadual no município de Massapê.	AL	INT
1470	Lei nº 13.419, de 30 de dezembro de 2003 - Institui a semana de esclarecimento e incentivo à doação de órgãos, na rede pública escolar.	AL	INT
1471	Lei nº 13.427, de 30 de dezembro de 2003 - Institui, no âmbito da administração pública estadual, as formas de registros de bens culturais de natureza imaterial ou intangível que constituem patrimônio cultural do Ceará.	AL	INT

Nº	EMENTA	Ano: 2004	ACERVO	SETOR
1472	Lei nº 13.430, de 05 de janeiro de 2004 - Considera de utilidade pública o Centro Dom Fragoso de Direitos Humanos de Crateús - Ceará.		AL	INT
1473	Lei nº 13.431, de 05 de janeiro de 2004 - Denomina a unidade de ensino de 2.o grau do distrito de Ponta Serra, no município de Crato, Escola de Ensino Médio Joaquim Valdevino de Brito.		AL	INT
1474	Lei nº 13.433, de 06 de janeiro de 2004 - Dispõe sobre a livre organização de grêmios estudantis.		AL	INT
1475	Lei nº 13.440, de 28 de janeiro de 2004 - Modifica e altera a lei estadual n.º 12.999, de 14 de janeiro de 2000, que dispõe sobre os colégios militares estaduais e dá outras providências.		AL	INT
1476	Lei nº 13.460, de 27 de abril de 2004 - Dispõe sobre a concessão do título de utilidade pública do Instituto de Desenvolvimento Social e da Cidadania – IDESC.		AL	INT
1477	Lei nº 13.465, de 05 de maio de 2004 - Dispõe sobre a Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico do Ceará.		AL	INT
1478	Lei nº 13.474, de 20 de maio de 2004 - Institui o dia estadual do líder comunitário.		AL	INT
1479	Lei nº 13.479, de 24 de maio de 2004 - Dispõe sobre a concessão de título de utilidade pública à Casa da Felicidade, Instituto de Assistência e Proteção Social - IAPS.		AL	INT
1480	Lei nº 13.499, de 06 de julho de 2004 - Considera de utilidade pública estadual o Conselho Comunitário do Desenvolvimento Social de Aerolândia.		AL	INT
1481	Lei nº 13.504, de 15 de julho de 2004 - Considera de utilidade pública o “Projeto do Bem-estar Comunitário”.		AL	INT
1482	Lei nº 13.505, de 15 de julho de 2004 - Dispõe sobre a concessão de título de utilidade pública à Associação Comunitária Vila Mar.		AL	INT
1483	Lei nº 13.513, de 19 de julho de 2004 - Dispõe sobre o processo de escolha e indicação para o cargo de provimento em comissão, de diretor junto às escolas da rede pública estadual de ensino, e dá outras providências.		AL	INT
1484	Lei nº 13.516, de 31 de agosto de 2004 - Estabelece normas de educação para o transporte coletivo e dá outras providências.		AL	INT
1485	Lei nº 13.521 de 15 de setembro de 2004 - Dispõe sobre o Conselho de Educação do Ceará – CEC, e dá outras providências.		AL	INT
1486	Lei nº 13.525, de 28 de setembro de 2004 - Denomina Edson Queiroz o Liceu de Cascavel.		AL	INT

1487	Lei nº 13.526, de 28 de setembro de 2004 - Considera de utilidade pública a Fundação Social Raimundo Fagner.	AL	INT	
1488	Lei nº 13.541, de 22 de novembro de 2004 - Institui o Programa de Modernização e Melhoria da Educação Básica – PMMEB, nos estabelecimentos de ensino da rede pública do Estado do Ceará.	AL	INT	
1489	Lei nº 13.543, de 26 de novembro de 2004 - Considera de utilidade pública estadual a Associação do Movimento Comunitário das Dunas e da Barra do Ceará.	AL	INT	
1490	Lei nº 13.549, de 23 de dezembro de 2004 - Institui a Política Estadual do Livro e dá outras providências.	AL	INT	
1491	Lei nº 13.553, de 29 de dezembro de 2004 - Autoriza a destinação de recursos públicos para entidades do setor privado, sem fins lucrativos, a título de subvenções sociais, contribuições correntes e auxílios.	AL	INT	
1492	Lei nº 13.560, de 30 de dezembro de 2004 - Considera de utilidade pública o Grupo Espírita da Fraternidade Irmã Scheilla.	AL	INT	
1493	Lei nº 13.564, de 30 de dezembro de 2004 - Considera de utilidade pública a Oficina de Arte, Educação e Desenvolvimento Social – OFICIARTE.	AL	INT	
1494	Lei nº 13.565, de 30 de dezembro de 2004 - Considera de utilidade pública o Colégio Santo Inácio no município de Fortaleza – CE.	AL	INT	
Nº	EMENTA	Ano: 2005	ACERVO	SETOR
1495	Lei nº 13.665, de 20 de setembro de 2005 - Altera a lei n.º 13.541, de 22 de novembro de 2004, que dispõe sobre o Programa de Modernização e Melhoria da Educação Básica – PMMEB, e dá outras providências.	AL	INT	
1496	Lei nº 13.664, de 20 de setembro de 2005 - Considera de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Bela Cruz.	AL	INT	
1497	Lei nº 13.663, de 20 de setembro de 2005 - Institui 2006 o Ano Estadual de Incentivo à Leitura e Combate ao Analfabetismo.	AL	INT	
1498	Lei nº 13.654, de 09 de setembro de 2005 - Denomina Professor Milton Cunha o Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA de Messejana, no município de Fortaleza – CE.	AL	INT	
1499	Lei nº 13.651, de 09 de setembro de 2005 - Denomina José de Moreira o Liceu no município de Tianguá - CE.	AL	INT	
1500	Lei nº 13.650, de 09 de setembro de 2005 - Considera de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, do município de Independência.	AL	INT	

1501	Lei nº 13.631, de 20 de julho de 2005 - Considera de utilidade pública a Associação Comunitária de Assistência à Família – ACOAFA - Missão Velha/CE.	AL	INT
1502	Lei nº 13.618, de 15 de julho de 2005 - Considera de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, no município de Forquilha – CE.	AL	INT
1503	Lei nº 13.617, de 15 de julho de 2005 - Considera de utilidade pública a Associação dos Moradores Beneficentes do Bairro Santa Cecília e dá outras providências.	AL	INT
1504	Lei nº 13.614, de 28 de junho de 2005 - Institui, no Calendário Oficial do Estado do Ceará, o Dia Estadual de Combate ao Abuso, à Exploração Sexual e à Violência Infanto-Juvenil e dá outras providências.	AL	INT
1505	Lei nº 13.604, de 28 de junho de 2005 - Institui, no âmbito da administração pública estadual, o Sistema Estadual de Teatros do Ceará – SET/CE, e dá outras providências.	AL	INT
1506	Lei nº 13.603, de 28 de junho de 2005 - Institui, no âmbito da administração pública estadual, o Sistema Estadual de Centros Culturais do Ceará – SECC/CE, e dá outras providências.	AL	INT
1507	Lei nº 13.602, de 28 de junho de 2005 - Institui, no âmbito da administração pública estadual, o Sistema Estadual de Museus do Ceará – SEM/CE, e dá outras providências.	AL	INT
1508	Lei nº 13.594, de 15 de maio de 2005 - Denomina Maria Dolores Alcântara e Silva o Liceu de Artes e Ofícios no município de Horizonte - Ceará.	AL	INT
1509	Lei nº 13.589, de 12 de maio de 2005 - Considera de utilidade pública a Associação Pequeno Mundo.	AL	INT

Bibliografia

BELLOTO, Heloísa Liberalli (1982). “Teoria e prática: arquivos, bibliotecas e museus – fronteiras definidas”. In: **Arquivos Rio Claro**. v.1, n.1. Rio Claro. p. 5-11.

BEZERRA, José Arimatea Barros (2006a). “Fontes para a História da Educação: considerações acerca da sistematização dos documentos do Fundo da Instrução Pública do Ceará. **Documentos**. Revista do Arquivo Público do Ceará: história e educação n.2. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, p. 9-19.

BEZERRA, Maria do Socorro Sales Felipe (2006b). **Financiamento da Educação no Ceará: do Império ao início da República (1822-1922)**. Fortaleza: UECE. Monografia de graduação.

CARNOY, Martin (1999). **Globalization and educational reform: what planners need to know**. Paris: UNESCO.

GOLDMANN, Lucien (1975). **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli (2000). A necessidade das histórias dos lugares. In: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha.

MORAES, Rosalina Rocha Araújo (2006). **Formação de Professores no Ceará: do Império a Primeira República (1822-1922)**. Fortaleza: UECE. Monografia de graduação.

NOGUEIRA, Raimundo Frota de Sá (2001). **A prática pedagógica de Lourenço Filho no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC.

POMPEU, Gina Marcilio, FARIAS, Isabel Maria Sabino de, VIEIRA, Sofia Lerche (orgs.) (2005). **Constituições do Estado do Ceará**. Assembléia Legislativa do Estado do Ceará/Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará: Universidade Estadual do Ceará. Núcleo de Estudos, Documentação e Difusão em Educação. Vol. 1 a 9. Fortaleza: INESP.

VIEIRA, Sofia Lerche (2002). **História da educação no Ceará: sobre promessas, fatos e feitos**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha.

_____ (1982). **O (dis)curso da (re)forma universitária**. Fortaleza: Edições UFC.

_____ (1990). **Universidade federal nos aos 80: o jogo da política educacional**. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (mimeogr.).

_____ (1992). **O público e o privado na educação brasileira**. Tese de Concurso para Professor Titular. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará (mimeogr.).

_____ (2000). **Política educacional em tempos de transição**. Brasília: Plano.

VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de (2006). **Guia de Fontes em Política Educacional do Ceará**. Brasília: INEP.

_____(2005). **Relatório Técnico Final**. Projeto Integrado de Pesquisa Política Educacional e Magistério Cenários Históricos e Contemporâneos da Capitania do Siará Grande. Fortaleza: CNPq.

VIEIRA. Sofia Lerche, MENEGHEL. Stela Maria, ROBL. Fabiane (2006). **Educação superior no Ceará – compreendendo sua trajetória**. Fortaleza: INESP.